

Coletânea **MULTIATUAL** *Interdisciplinar*

Volume 3
2022

uniatual
EDITORA

Coletânea **MULTIATUAL** *Interdisciplinar*

Volume 3
2022

uniatual
EDITORA

© 2022 – Uniatual Editora

uniatual.grupomultiatual.com.br

universidadeatual@gmail.com

Editor Chefe e Organizador: Jader Luís da Silveira

Editoração e Arte: Resiane Paula da Silveira

Capa: Freepik/Uniatual

Revisão: Respective autores dos artigos

Conselho Editorial

Ma. Heloisa Alves Braga, Secretaria de Estado de Educação de Minas Gerais, SEE-MG

Me. Ricardo Ferreira de Sousa, Universidade Federal do Tocantins, UFT

Me. Guilherme de Andrade Ruela, Universidade Federal de Juiz de Fora, UFJF

Esp. Rícael Spirandeli Rocha, Instituto Federal Minas Gerais, IFMG

Ma. Luana Ferreira dos Santos, Universidade Estadual de Santa Cruz, UESC

Ma. Ana Paula Cota Moreira, Fundação Comunitária Educacional e Cultural de João Monlevade, FUNCEC

Me. Camilla Mariane Menezes Souza, Universidade Federal do Paraná, UFPR

Ma. Jocilene dos Santos Pereira, Universidade Estadual de Santa Cruz, UESC

Esp. Alessandro Moura Costa, Ministério da Defesa - Exército Brasileiro

Ma. Tatiany Michelle Gonçalves da Silva, Secretaria de Estado do Distrito Federal, SEE-DF

Dra. Haiany Aparecida Ferreira, Universidade Federal de Lavras, UFLA

Me. Arthur Lima de Oliveira, Fundação Centro de Ciências e Educação Superior à Distância do Estado do RJ, CECIERJ

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

C694m Coletânea MultiAtual: Interdisciplinar - Volume 3
/ Jader Luís da Silveira (Organizador). – Formiga (MG): Uniatual Editora, 2022. 164 p.: il.

Formato: PDF
Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader
Modo de acesso: World Wide Web
Inclui bibliografia
ISBN 978-65-86013-05-4
DOI: 10.5281/zenodo.6349437

1. Coletânea. 2. Multidisciplinar. 3. Saberes. 4. Conhecimentos. I. Silveira, Jader Luís da. II. Título.

CDD: 001.4
CDU: 001

Os artigos, seus conteúdos, textos e contextos que participam da presente obra apresentam responsabilidade de seus autores.

Downloads podem ser feitos com créditos aos autores. São proibidas as modificações e os fins comerciais.

Proibido plágio e todas as formas de cópias.

Uniatual Editora
CNPJ: 35.335.163/0001-00
Telefone: +55 (37) 99855-6001
www.uniatual.com.br
universidadeatual@gmail.com
Formiga - MG

Catálogo Geral: <https://editoras.grupomultiatual.com.br/>

Acesse a obra originalmente publicada em:
<https://uniatual.grupomultiatual.com.br/2022/03/coletanea-multiatual-interdisciplinar.html>



AUTORES

**ADRIANA RÉGIA MARQUES DE SOUZA
ADRIANO DA SILVA MATIAS
ADRIELLY RODRIGUES NOLETO
ALAÍDE AMANDA DA SILVA
ALANA DE MOURA MARTINS
ALINE ALVES DE OLIVEIRA MACHADO
ALINE RIBEIRO FERREIRA
CAMILA GUEDES B. DE LIMA
CAMILA MARANGONI CALEFI VIEZORKOSKY
CLEOSON MOURA DOS REIS
CLÉRIO PLEIN
DIMORIANI CRISTINA PINHEIRO
DIRCEU BASSO
FABIANA LIMA MARQUES
GERSON BESSA DE ANDRADE
ISAC LEITE OLIVEIRA
IZABELA CORONA SENA
JESSE CRUZ
KARLA KAROLAINÉ SILVA DE CARVALHO
LANNA LUISA SOUZA SENA
LEANDRO JOSÉ DA SILVA
LEILA AKEMI EVANGELISTA KUSANO
LEONARDO FAIDIGA
LUANA BEATRIZ MOREIRA NUNES
LUCIA SOARES BUSS COUTINHO
MIKAELLY VEIGA BORGES
NATHÁLIA PERINI ZAMPROGNO
PALOMA TONANI
PATRÍCIA ALZIRA PROSCÊNCIO
THAYSA DIOVANNA BORTONCELLO
VERIDIANA PEREIRA DURACZINSKI
VICTOR MANOEL NASCIMENTO ROSA
YASMIN NOLETO NASCIMENTO**

APRESENTAÇÃO

A obra “Coletânea MultiAtual: Interdisciplinar - Volume 3” foi concebida diante artigos científicos especialmente selecionados por pesquisadores da área.

Os conteúdos apresentam considerações pertinentes sobre os temas abordados diante o meio de pesquisa e/ou objeto de estudo. Desta forma, esta publicação tem como um dos objetivos, garantir a reunião e visibilidade destes conteúdos científicos por meio de um canal de comunicação preferível de muitos leitores.

Este e-book conta com trabalhos científicos interdisciplinares, aliados às temáticas das práticas ligadas a inovação, bem como os aspectos que buscam contabilizar com as contribuições de diversos autores. É possível verificar a utilização das metodologias de pesquisa aplicadas, assim como uma variedade de objetos de estudo.

SUMÁRIO

Capítulo 1 NOTAS SOBRE O DESENVOLVIMENTO RURAL E A REPRODUÇÃO SOCIOECONÔMICA DA AGRICULTURA FAMILIAR NA AMAZÔNIA BRASILEIRA <i>Cleeson Moura dos Reis; Clério Plein</i>	9
Capítulo 2 REPOSIÇÃO HORMONAL E SUA INFLUÊNCIA NA QUALIDADE DE VIDA NA MENOPAUSA: REVISÃO BIBLIOGRÁFICA <i>Nathália Perini Zamprogno; Izabela Corona Sena; Fabiana Lima Marques</i>	30
Capítulo 3 HIPÓTESE DIAGNÓSTICA DE CELULITE DISSECANTE NA ATENÇÃO PRIMÁRIA: UMA REVISÃO DE LITERATURA <i>Alana de Moura Martins; Lucia Soares Buss Coutinho</i>	34
Capítulo 4 TRAJETÓRIA DA DANÇA NO COMPONENTE CURRICULAR DE EDUCAÇÃO FÍSICA: BASE NACIONAL COMUM CURRICULAR (BNCC) E ALGUNS APONTAMENTOS <i>Camila Marangoni Calefi Viezorkosky; Patrícia Alzira Proscêncio; Jesse Cruz</i>	43
Capítulo 5 ATENÇÃO BÁSICA À SAÚDE COMO ESTRATÉGIA DE COMBATE A DOENÇAS CRÔNICAS NÃO TRANSMISSÍVEIS NO BRASIL: UMA REVISÃO DE LITERATURA <i>Leandro José da Silva; Aline Ribeiro Ferreira; Karla Karolaine Silva de Carvalho; Alaíde Amanda da Silva</i>	59
Capítulo 6 UM ENFOQUE ORIENTADO AOS ATORES: A “HERMENÊUTICA DAS EMERGÊNCIAS” E OS “CONTRAMOVIMENTOS” AO DESENVOLVIMENTO RURAL NA AMAZÔNIA BRASILEIRA <i>Cleeson Moura dos Reis; Clério Plein; Dirceu Basso</i>	73
Capítulo 7 CICLO DE OFICINAS: UMA ESTRATÉGIA PARA DIMINUIÇÃO DA EVASÃO <i>Camila Guedes B. de Lima; Adrielly Rodrigues Noletto; Lanna Luisa Souza Sena; Luana Beatriz Moreira Nunes; Mikaelly Veiga Borges; Victor Manoel Nascimento Rosa; Adriana Régia M. de Souza</i>	94
Capítulo 8 EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA EM TEMPOS DE PANDEMIA: CIÊNCIA EM CASA <i>Aline Alves de Oliveira Machado; Isac Leite Oliveira; Lanna Luiza Sousa Sena; Luana Beatriz Moreira Nunes; Mikaelly Veiga Borges; Adriana Régia Marques de Souza</i>	100

Capítulo 9 A EDUCAÇÃO EM SAÚDE NA COMUNIDADE COMO ESTRATÉGIA DE PREVENÇÃO DA COVID-19 E OUTRAS DOENÇAS RESPIRATÓRIAS EM BRASÍLIA <i>Leila Akemi Evangelista Kusano; Yasmin Noletto Nascimento</i>	108
Capítulo 10 RELAÇÕES BILATERAIS ENTRE BRASIL E ARGENTINA NA PANDEMIA DO COVID-19 <i>Adriano da Silva Matias; Gerson Bessa de Andrade</i>	125
Capítulo 11 ACIDENTE POR ESCORPIÃO EM CRIANÇAS <i>Paloma Tonani; Dimoriani Cristina Pinheiro; Leonardo Faidiga</i>	143
Capítulo 12 YOGA PARA CRIANÇAS NA EDUCAÇÃO INFANTIL <i>Veridiana Pereira Duraczinski; Thaysa Diovanna Bortoncello</i>	146
CURRÍCULOS DOS AUTORES	158

Capítulo 1

NOTAS SOBRE O DESENVOLVIMENTO RURAL E A REPRODUÇÃO SOCIOECONÔMICA DA AGRICULTURA FAMILIAR NA AMAZÔNIA BRASILEIRA

Cleoson Moura dos Reis

Clério Plein

NOTAS SOBRE O DESENVOLVIMENTO RURAL E A REPRODUÇÃO SOCIOECONÔMICA DA AGRICULTURA FAMILIAR NA AMAZÔNIA BRASILEIRA

Cleoson Moura dos Reis

Graduado em Agronomia pelo Instituto Federal do Pará, mestrado em Desenvolvimento Rural Sustentável pela Universidade Estadual do Oeste do Paraná e doutorando em Desenvolvimento Rural pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul. E-mail: cleosonmoura@gmail.com.

Clério Plein

Doutor em Desenvolvimento Rural pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul e professor adjunto da Universidade Estadual do Oeste do Paraná. E-mail: clerioplein@gmail.com.

Resumo: É objetivo deste texto compreender os aspectos teóricos e as dimensões do desenvolvimento rural, a reprodução socioeconômica na agricultura familiar, fazendo aproximações a Amazônia brasileira. Neste sentido, recorre-se a teoria social para captar os principais sentidos do desenvolvimento rural, suas principais raízes, contribuições e implicações ao caso brasileiro. No meio rural, será oportuno tratar dos aspectos que circunscrevem a reprodução socioeconômica, o papel e o lugar das formações sociais produtivas não capitalistas, incluídas no conceito genérico de agricultura familiar, a partir de contribuições do marxismo clássico, neomarxismo e as interpretações alternativas ao marxismo. O texto aponta que a presença do Estado tem se revelado como dinamizador de mudanças socioeconômica meio rural, em interface com a produção acadêmica e as mobilizações e lutas sociais rurais no Brasil. E, na Amazônia brasileira, as estratégias de reprodução socioeconômica não capitalista, se encontram articuladas em duas lógicas produtivas, a do *paradigma agropecuário*, que circunscrevem aspectos intensivos da produção, e o *paradigma extrativista*, associado as dinâmicas dos ecossistemas locais.

Palavras-chave: Amazônia brasileira. Teoria Social. Agricultura Familiar. Reprodução Socioeconômica. Desenvolvimento rural.

Abstract: The objective of this text is to understand the theoretical aspects and dimensions of rural development, socioeconomic reproduction in family farming, making approximations to the Brazilian Amazon. In this sense, social theory is used to capture the main meanings of rural development, its main roots, contributions and implications for the Brazilian case. In rural areas, it will be opportune to deal with aspects that circumscribe socioeconomic reproduction, the role and place of non-

capitalist productive social formations, included in the generic concept of family farming, based on contributions from classical Marxism, neomarxism and alternative interpretations to Marxism. The text points out that the presence of the State has revealed itself as a driver of socioeconomic changes in rural areas, in interface with academic production and rural social mobilizations and struggles in Brazil. And, in the Brazilian Amazon, non-capitalist socio-economic reproduction strategies are articulated in two productive logics, that of the agricultural paradigm, which circumscribe intensive aspects of production, and the extractive paradigm, associated with the dynamics of local ecosystems.

Keywords: Brazilian Amazon. Social Theory. Family Farming. Socioeconomic Reproduction. Rural Development.

INTRODUÇÃO

Neste trabalho pretende-se fazer uma reflexão sobre as principais noções de desenvolvimento rural, associado ao debate brasileiro, e a reprodução socioeconômica da agricultura familiar, com aproximações de aspectos da Amazônia brasileira¹. A ideia, fundamental, consistirá em compreender qual é o papel e o lugar da agricultura família no desenvolvimento do sistema capitalista? E, o que fundamenta a sua reprodução socioeconômica?

A partir da segunda metade do século XX, dois foram os eventos que legitimaram a aceitação da ideia de “desenvolvimento”, que atraiu demasiados interesses, orientando posições governamentais, e organizações sociais, instigados pelas suas vantagens (NAVARRO, 2001). O primeiro de tais eventos, refere-se ao, pós Segunda Guerra Mundial, entusiasmados pela polarização da Guerra Fria, as nacionalidades foram dominadas pela força do crescimento econômico, que demonstrou um novo padrão de sociedade, novas perspectivas e impulsionando inovações diversas. Torna-se inexorável, que o desenvolvimento rural, enquanto uma ramificação imediata, fosse envolvido pelas forças políticas governamentais e interesses diversos. Este período também releva uma nova compreensão da

¹ Por Amazônia é possível verificar diversos entendimentos. A visão contrastante externa a região, que a vê como natureza, floresta, atrasada, reserva de recursos, o futuro do Brasil, e outros (GONÇALVES, 2012). Sobre essa questão, Tavares (2011), reúne alguns entendimentos importantes, entre eles, a concepção político-administrativo que se refere ao conceito de Região Norte; como conceito econômico refere-se a Amazônia Legal, estabelecida na década de 50 para o novo planejamento de integração territorial da região, composta pelos estados do Acre, Amapá, Amazonas, Pará, Rondônia, Roraima, Tocantins e Mato Grosso e parte do Maranhão, correspondente a cerca de 61% do território brasileiro; e o conceito de Pan-Amazônia, que se refere a Amazônia Sul-Americana, que integra parte do território dos países limítrofes da Amazônia brasileira, apresenta relevante potencial geopolítico e econômico.

agricultura, onde foi revigorada sob o aporte tecnológico da revolução verde e sua popularizada mundialmente.

O segundo evento, refere-se a década de 1990, que circunscrevem a ré-emergência das discussões sobre o desenvolvimento (rural), reconfiguradas e distintas do primeiro período, questionando a *impossibilidade do desenvolvimento*, que mesmo aos descréditos, cria-se o interesse pelo tema.

É interessante notar, que no Brasil, antes deste segundo período, as referências atribuídas a agricultura familiar eram praticamente inexistentes, pois as denominações utilizadas eram de pequeno produtor, produtor de subsistência ou produtor de baixa renda. Em face das lutas dos movimentos sindicais rurais, estes adjetivos foram sendo substituídos pelo termo de agricultura familiar, bem como a própria identidade, para a noção de trabalhador rural. São relevantes as contribuições de estudos e pesquisas, que ajudam consolidar a categorial social no meio acadêmico, bem como a sua legitimação e reconhecimento pelo Estado, através do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) (SCHNEIDER, 2009).

As discussões em torno da agricultura familiar ganharam espaço, mais especificamente na virada da década de 1980 a 1990, e o uso da denominação “agricultura família” emerge, paralelamente, no meio político e acadêmico (PLEIN, 2003). Enfatiza-se as articulações circunscritas no ambiente político, das organizações sociais ligada a agricultura familiar, a sua projeção no âmbito comercial e econômica iniciadas no governo Fernando Collor, demarcando o estabelecimento de nova relação com Estado e saída de invisibilidade (PLEIN, 2012). Ainda de acordo com o autor, estas organizações sociais inseriram como pauta de debate imprescindível a compreensão, sobre o papel e o lugar da pequena produção rural, com articulações marcantes nos estados região Sul do Brasil, cuja discussões abrigavam o sistema de integração comercial e econômica das nacionalidades que compõe o Mercosul.

Neste sentido, na perspectiva de alcança aos objetivos propostos, o texto encontra-se estruturado em duas partes principais, além desta breve introdução e das considerações finais. Na primeira parte, compreende-se a emergência da ideia de desenvolvimento rural, seus principais aspectos teóricos e aportes do debate brasileiro. Na segunda parte, busca-se compreender o papel e o lugar da agricultura familiar, revisando o marxismo clássico, o neomarxismo e as interpretações

alternativas ao marxismo, além de fazer um esforço de aproximar, estas reflexões as formas produtivas familiares da Amazônia brasileira.

DESENVOLVIMENTO RURAL

Esta seção procura apresentar, os elementos substanciais do desenvolvimento rural, que possibilite compreender os diversos elementos que circunscrevem os espaços rurais, dentro de sua complexidade e diversidade.

O que é o Desenvolvimento rural?

A partir de meados da segunda metade do século XX, quando a noção de desenvolvimento alcançou demasiadamente o interesse nas diversas agendas, passando a orientar a política, a economia e estimular as expectativas e disputas sociais. Neste sentido, foi inevitável que o desenvolvimento rural, fosse de forma análoga uma das forças nas políticas nacionais, bem como atrair o interesse das organizações sociais do meio rural, e passando a agregar ricos debates teóricos (NAVARRO, 2001). É mister enfatizar, que neste período, as principais economias, possuíam na agricultura, uma importante fonte econômica.

Neste período, as principais mudanças direcionadas a agricultura foram articuladas no aporte tecnológico da “Revolução Verde”, e em decorrência disso, as dinâmicas do rural são fundamentalmente alteradas e orientadas pela economia de mercado. Esta imersão de modernidades no mundo rural, ocorrem simultaneamente com os avanços extraordinários do capitalismo mundial dos “anos dourados” (1950-1975), marcando a cisão das especificidades locais das atividades agrícolas e o meio rural (NAVARRO, 2001). Ainda de acordo com o autor, as primeiras referências ao desenvolvimento rural, estiveram contaminadas pelos estigmas do escrutínio das forças modernizante do desenvolvimento.

Entre as diferentes ideia-forças presente no debate sobre o desenvolvimento rural no pós-guerra, Ellis e Biggs (2001), sintetizaram os principais elementos substanciais que delinearam as matrizes práticas e teóricas sobre o tema. As interpretações, apontam que: a primeira aproximação é com o desenvolvimento comunitário (1950); a centralidade no crescimento de pequenas propriedades (1960) e o desenvolvimento rural integrado (1970); da direção do Estado (1970) à liberalização do mercado (1980); abordagens de processo, participação,

empoderamento e atores (1980 e 1990); a emergência dos meios de subsistência sustentáveis como uma estrutura integradora (1990); integração do desenvolvimento rural nos documentos de estratégia de redução da pobreza (2000). Aqui merecem alguns destaques, principalmente que as próprias influências do desenvolvimento que marcam algumas transições importantes, como na década de 1970, orientado pela economia política (marxismo e neomarxismo), as ênfases recaem sobre classe, poder, desigualdade e diferenciação social, estimulados pelas forças e tendência da grande escala do capitalismo. Outro destaque, são as transformações estruturais e específicas de comércio e a liberalização do mercado (1980), que representam aspectos multissetoriais, bem como as raízes provenientes das relações de Estado-mercado e boa governança (1990 e 2000). São mudanças, processos macropolíticos, que moldam quando aplicados ao meio rural, fundamentalmente não abrigar intrinsecamente da essência do rural em sua raiz.

Este período, final do século XX, importantes mudanças também são mencionadas por Buttel (2001), sobre a transição da sociologia rural a nova sociologia rural da agricultura, ou na economia política agrária - na América do Norte, especialmente nos EUA. Se, até a década de 1950, a sociologia rural tinha objeto os estudos de comunidades rurais; de 1950 a 1970, seguiu uma perspectiva indutiva, como a difusão das inovações e a extensão do raciocínio rural-urbano; e, a partir de 1970, ocorrem uma série de alterações, que contribuem para a emergência da nova sociologia rural. Além de aportes de diversas linhas teóricas, constavam os movimentos estudantis da década anterior e dos críticos da Revolução Verde, e os direitos civis.

Apesar de influências fortes do desenvolvimento nas ações de desenvolvimento rural no pós-guerra, as condutas de organizações não governamentais e governamentais foram nutridas por concepções mais ampla do desenvolvimento social, não agrícola e nacional (ELLIS e BIGGS, 2001). De acordo com os autores é mister enfatizar, que poucos governos e organizações utilizam uma ótica intersetorial ou multissetorial como estratégias para entender as dinâmicas locais e elaborar mecanismos a curto, médio ou longo prazo, que confrontasse as principais mazelas sociais rurais (coexistência da pobreza, fome e violação de liberdades).

No entanto, contribuições recentes sobre o desenvolvimento rural, preconizam a interface de aspectos internos e externos as regiões rurais, onde os atores e suas organizações articulam um complexo de redes, variando radicalmente a cada região.

Para Ploeg et al. (2000), o desenvolvimento rural é entendido como um processo multinível, multi-ator e multi-facetado, observado como a busca de um novo modelo de desenvolvimento para o setor agrícola, a busca constante de sinergias entre ecossistemas locais e regionais, a capacidade de gerar paisagens e valores naturais, novas formas de cooperação, a ênfase nas economias de escopo e a pluriatividade das famílias rurais. Seus aspectos práticos, refletem formas de multifuncionalidades, como a emergência de processos de mudanças locais, que antecedem a composição de políticas de desenvolvimento rural (internacionais, nacionais e regionais), que devido a interface complexa e até divergentes de ações institucionais, funcionam como um vasto conjunto de soluções das comunidades rurais ao squeeze da agricultura (PLOEG, 2008). Kageyama (2008, p. 55) assegura, que o desenvolvimento rural, não pode ser percebido como mero crescimento ou progresso econômico, “mas visto como um processo que envolve múltiplas dimensões: dimensão econômica, dimensão sociocultural, dimensão político-institucional e a dimensão ambiental”.

Nas três últimas décadas, o desenvolvimento rural tem alcançado diversos espaços (meio acadêmico, publicações e articulação política) no cenário internacional, e no Brasil, o debate tinha como foco a economia agrícola, o agronegócio e de seus mercados (KAGEYAMA, 2008). De acordo com Schneider (2010), na atualidade o debate brasileiro, tem recebido diversas contribuições, entre elas: as problematizações que possuem na agricultura familiar, as reivindicações de seu status social, econômico e produtivo; o segundo, refere-se aos novos impulsos e intervenções do Estado no meio rural, tanto em políticas para a agricultura familiar, como das ações relacionadas a reforma agrária, segurança alimentar, entre outras, e sua interface com os movimentos sociais rurais; terceiro, reflete a conjuntura política e ideológica, instaurada na polarização no meio rural, de um lado a agricultura familiar, cuja a produção enfoca prioritariamente os mercado locais, e de outro lado, a agricultura patronal-empresarial, ligada a produção de commodities, basicamente para exportação; e o quarto fator, refere-se as contribuições provenientes da perspectiva da sustentabilidade ambiental.

Por sua vez, os aspectos teóricos sobre o desenvolvimento rural no Brasil, de acordo com Schneider (2010), podem ser agrupados em quatro abordagens, que possuem interfaces de cunho normativo e de políticas do Estado. A primeira vertente salienta as instituições, inovação e sustentabilidade, as principais contribuições teóricas são os trabalhos de Jose Eli da Veiga e Ricardo Abramovay, parte da

importância e o reconhecimento da agricultura familiar, seu potencial dinamizador das economias de escopo, onde a capacidade empreendedora e inovadora é responsável pela diversificação social e produtiva dos territórios rurais e a interface com as instituições desenvolvem papel fundamental no desenvolvimento rural. A segunda vertente, possui como matriz teórica os trabalhos e pesquisas provenientes do Projeto Rurbano, seu principal expoente é José Graziano da Silva, e o enfoque é dado as atividades não-agrícolas e a pluriatividade, que circunscrevem um novo rural brasileiro. Este novo rural, configura a suposta rubarnização, possui suas raízes incrustradas no processo de modernização conservadora da base tecnológica da agropecuária, e se expressa principalmente em três grupos de atividades: o agronegócio dedicado a produção de commodities e agroindústrias; atividades não-agrícolas vinculadas a habitação, lazer, fabricas e prestação de serviços; e as novas atividades agropecuárias ativadas por nichos de mercado. A terceira perspectiva, ajustada ao campo sociológico, fundamentada nos valiosos estudos de José de Souza Martins e Zander Navarro, com agenda de pesquisa em torno dos processos de mudança social no meio rural brasileiro a partir da análise da tradição política que obscurecem as transformações estruturais e de natureza sociocultural. E, a quarta abordagem sobre o desenvolvimento rural no Brasil, possui como principais referência as pesquisas realizadas por John Wilkinson e colaboradores, refere-se ao conjunto de investigações que enfocam o agronegócio e as cadeias agroalimentares, fundamentalmente os sistemas de integração dos pequenos produtores nas cadeias agroalimentares e as condições e consequências sociais. Além destas vertentes, de acordo com o autor, existem diversos outros grupos de estudiosos que exploram temas de pesquisa que abrigam outras perspectivas do desenvolvimento rural.

Em face das diversas frentes discursivas e as vertentes teóricas do debate brasileiro sobre o desenvolvimento rural, o que se pode apreender em comum, é que a agricultura se mantém seguramente como a principal atividade do meio rural, e em face disso, ela não pode ser escamoteada nas interpretações sobre o desenvolvimento rural (KAGEYAMA, 2008).

REPRODUÇÃO SOCIOECONÔMICA DA AGRICULTURA FAMILIAR

No Brasil, as discussões sobre a noção de agricultura familiar, são tributárias da década de 1990, tem-se como pontos relevantes, o Programa Nacional de

Fortalecimento de Agricultura Familiar (PRONAF) criado em 1995 e a própria mobilização dos diversos movimentos sociais rurais. Além do aspecto, que lhe confere legitimidade social, por outro lado, há controversas sobre sua denominação conceitual e seu lugar na sociedade, bem como as generalizações de que o agricultor familiar é todo aquele que vive com sua família no meio rural e trabalham na agricultura. Assim, também será esforço teórico desta seção a mobilização de elementos substantivos que tratem das dinâmicas sobre a sua reprodução socioeconômica.

Agricultura familiar: das contribuições clássicas (marxismo) ao neomarxismo

Na tradição marxista sobre o desenvolvimento agrário, as contribuições clássicas se devem principalmente a Marx, Lênin e Kautsky, a partir de seus estudos nas sociedades russa e alemã, onde deduziram aspectos conjunturais e universais, apesar de limitados sobre o meio rural, uma vez que Marx não chegou a produzir teoricamente uma questão agrária. Para ambos, a agricultura familiar não teria espaço com o aprofundamento das relações capitalistas na agricultura. Não obstante, longe de sua concretude em todas as sociedades, esta categoria alcança projeção sociopolítica e institucional pelo Estado circunscrita em um portfólio de políticas públicas de desenvolvimento rural.

Em Marx, dada a importância e sua atenção parcial ao estudo da agricultura no capitalismo, seus escritos não conseguem traduzir, o que ficou conhecido, na segunda metade do século XIX, como a questão agrária, ou seja, “a produção familiar na agricultura, suas tendências e suas funções no desenvolvimento capitalista” (ABRAMOVAY, 1992, p. 32; 2007, p. 42). De acordo com Abramovay, sobre sua produção teórica é possível observar dois elementos essenciais direcionados ao campesinato, de um lado, imerso em questões políticas e repleto de ceticismo (Dezoito Brumário de Luís Bonaparte), e de outro, a emergência de uma visão teórica genial (Livro III de O Capital).

Neste sentido, sobre os camponeses, verifica-se em Marx (2011, p. 142-143),

[...] constituem uma gigantesca massa, cujos membros vivem na mesma situação, mas não estabelecem relações diversificadas entre si. [...] a parcela, não permite nenhuma divisão de trabalho no seu cultivo, nenhuma aplicação da ciência, portanto, nenhuma multiplicidade no seu desenvolvimento, [...] se compõe por simples adição de grandezas homônimas, como batatas dentro de um saco constituem um saco de batatas. Eles não são capazes de representar a si mesmos, necessitando, portanto, ser representados.

Os aspectos apontados em *O Capital*, de acordo com Abramovay, se referem ao relevo da fenomenologia das feições sociais, no mercado o centro destas relações. Com isso, a produção mercantil, firma sua realização a partir de duas situações, para alcançar sua vitalidade, quando é direcionada ao outro, mas não em relação de reciprocidade direta, mas de mercado. Neste sentido, o que confere a sociabilidade, é fundamentalmente a divisão em produtor e produto, além da natureza específica existente e a condição social. Na produção capitalista, os elementos (o trabalho abstrato, geral, universal) que possibilitam a reprodução social, dividem-se, de um lado em operariado e do outro, a burguesia. Em face disso, a sociedade capitalista, reflete o paradoxo da natureza do trabalho social e privado, restrito aos atributos intrínsecos da sociabilidade no mundo das mercadorias. As referências ao campesinato, evocam do desenvolvimento do capitalismo, onde seriam fatalmente fadados à diferenciação, e por conseguinte abolidos.

As concepções de Kautsky (1986), asseguram que devido a expansão e o domínio do modo de produção capitalista no meio rural, este passaria a determinar universalmente as condições de vida, bem como a própria estrutura social. Nesse sentido, o autor afirma que, “quanto mais a agricultura se identifica com os padrões capitalistas, tanto mais se diferenciam qualitativamente as diferenças técnicas empregadas pelos grandes estabelecimentos das empregadas pelos pequenos” (KAUTSKY, 1986, p. 87).

Lênin, acreditava que através da divisão social do trabalho, haveria a formação do mercado interno, em absoluto, a formação da economia capitalista. Na prática, isso resultaria na ruína, diferenciação, desintegração, descamponização, sob a tese de que “o processo de decomposição dos pequenos agricultores em patrões e operários agrícolas constitui a base sobre a qual se forma o mercado interno na produção capitalista” (LÊNIN, p. 35). E, acrescenta que neste processo, o campesinato “não se diferencia apenas: ele deixa de existir, se destrói, é inteiramente substituído por novos tipos de população rural, que constituem a base de uma sociedade dominada pela economia mercantil e pela produção capitalista” (LÊNIN, p. 114).

Da interface, entre a expansão do capitalismo e a diferenciação do trabalho, apontados por Lenin, obteve pouco respaldo empírico, e a forçosa ideologia de inferioridade econômica da agricultura familiar, em Kautsky, longe de ser confirmada, principalmente em países avançados. No marxismo clássico inexistia espaço para

tratar desta questão, “hoje decisiva, das razões pelas quais a agricultura familiar tem sido, nessas nações, a principal forma social do progresso técnico no campo” (ABRAMOVAY, 2007, p. 31).

Incrustado no marxismo clássico, o futuro e o lugar da agricultura familiar não eram tidos como prósperos de desenvolvimento, como poder ser observado em Jean (1994, p. 76),

Há mais de um século, o futuro da agricultura familiar tem sido alvo de um número impressionante de especulações as mais diversas. Se muitos tomavam sua defesa, mais de um profetizava seu desaparecimento próximo, ilustrava seu processo de decomposição para dar lugar a uma forma superior ou mais evoluída de exploração agrícola, seja a fazenda capitalista para uns ou a fazenda coletiva para outros. Por outro lado, a produção familiar agrícola parece ter sido capaz de gerar uma curiosa capacidade de manter-se, de reproduzir-se ao longo das gerações, de adaptar-se aos movimentos da conjuntura sócio-econômica e isto, independentemente dos regimes políticos, tão diferentes de norte a sul, de leste a oeste, nos quais ela foi levada a evoluir.

Para Abramovay, um dos aspectos de tal obscurantismo sobre as dinâmicas agrárias na atualidade, residem no que denomina de ambiguidades. As generalizações em torno da agricultura familiar, associado ao small farmy “pequena produção”, “produção de baixa renda”, “agricultura camponesa”, entre outros, não contribuem para o entendimento de sua originalidade, “seu dinamismo econômico, sua capacidade de inovação técnica, suas formas sociais inéditas com relação ao passado de que algumas vezes se origina, mas com o qual mantém laços cada vez mais tênues” (ABRAMOVAY, 2007, p.31). Longe de qualquer pragmatismo ideológico, Jean (1994, 78), defende que na contemporaneidade o “agricultor moderno se apresenta-se então como um personagem híbrido acumulando nele uma tríplice identidade: proprietário fundiário, empresário privado e trabalhado”.

No entanto, de acordo com Schneider (2009), na retomada dos estudos de inspiração marxista aplicados na agricultura e as relações sociais no meio rural, um dos enfoques que mobilizaram contribuições sobre a persistência da agricultura familiar no desenvolvimento capitalista, são denominados de “neomarxistas”. Apesar de diversos, aproximam-se teoricamente nos elementos que circunscrevem a incisão do capitalismo nas economias rurais, estrutura social e economias individuais, agrupados em: os obstáculos ao desenvolvimento do capitalismo na agricultura e a persistência das unidades familiares de produção (Susan Mann e David Goodman); e

as especificidades da agricultura familiar e a produção simples de mercadorias (Claude Servolin e Harriet Friedmann).

De acordo com Schneider (2009), os principais argumentos deste grupo de autores podem ser elencadas da seguinte forma: Susan Mann (MANN; DICKINSON, 1987), enfatiza que a tentativa de semelhança da indústria, a agricultura, não ocorre, devido a especificidades de natureza biológica, que desequilibram o tempo de trabalho e o tempo de produção, a circulação de mercadorias, além da perecibilidade da produção agrícola, que se materializam em riscos e dificuldades ao capital na obtenção de lucro; para David Goodman (GOODMAN, SORJ e WILKINSON, 1990), a agricultura apresenta especificidades ao capitalismo que impedem seu funcionamento de forma semelhante ao sistema industrial, e na impossibilidade de transpor estas barreiras, a perspectiva adota pelo capital refletem adaptações, tanto por apropriação (visa a captação de processos do ciclo agrícola, sua conversão em atividades agrícolas e sua reinserção como meio de produção), quanto por substituição (objetiva a troca de alimentos agrícolas por produtos industrializados), acelerados pelo progresso técnico na agricultura; Claude Servolin (SERVOLIN, 1972), acreditava que a agricultura no sistema capitalista, funciona como um “modo de produção específico”, regido pela produção mercantil simples, possuem interface com o modo de produção capitalista mediante o intercâmbio de mercadorias entre os pequenos agricultores e as agroindústrias. Esta face onipresente da agricultura familiar, traço urbano-industrial, se mostrou atraente ao capital, uma vez que oportuniza preços baixos dos alimentos a classe trabalhadora, atributo que confere vantagens comparativas em relação à produção capitalista. Por sua vez, Harriet Friedmann (FRIEDMANN, 1978), ressalta que nas agriculturas familiares, cuja orientação é a produção simples de mercadorias, além de a agricultura ser uma atividade específica, os processos produtivos se estruturam em função de relações sociais específicas, onde, a disponibilidade da força de trabalho não está separada da posse dos meios de produção, circunscritos por relações de parentesco e de gênero, e a produção busca atender, prioritariamente, aos interesses de reprodução do núcleo familiar, diferente da produção capitalista, onde trabalho (contratado) e produção, objetivam gerar a mais valia.

Em síntese, de acordo com Schneider (2009), para os autores neomarxistas o que explica a permanência das formas familiares de produção na agricultura no desenvolvimento capitalista, se referem as suas especificidades, que congregam os

obstáculos naturais, a indissociabilidade da gestão do trabalho e da produção. Estas particularidades, impõem barreiras ao capital na realização de mais valia e auferir lucros crescentes, e sua incapacidade em segmentar os meios de produção e os aspectos sociais.

Contribuições de interpretações alternativas ao marxismo

Diante das profecias da economia política clássica, em Marx, Lênin e Kautsky, determinavam como decorrência natural da expansão do capitalismo no meio rural, a desestruturação das formas pré-capitalistas de produção, e fundamentalmente a sua eliminação. Chayanov (1974), não só se contrapõe essa ótica de análise, como apresenta outra perspectiva de interpretação da produção não capitalista, articulada na lógica da família camponesa (micro).

Vinculado a Escola da Organização e Produção, a contribuição de Chayanov, consistiu no que ficou conhecido como a Teoria da Organização da Unidade Econômica Campesina (CHAYANOV, 1974). A reprodução socioeconômica, orientada pelo trabalho familiar, observa-se a inexistência da categoria trabalho assalariado, portanto, o modelo proposto se encontra baseado em outras categorias: “a) a remuneração única e indivisível do trabalho familiar, que reage sobre os fatores que contribuem para formar a renda; b) o preço das mercadorias; c) a reprodução dos meios de produção; d) os preços do capital na circulação do crédito; e) o preço da terra” (CHAYANOV, 1981, p. 487). Neste sentido, longe de o ano agrícola campesino gerar o lucro, materializado no sistema trabalho-família-propriedade, o que se observa são formação do excedente como uma retribuição do próprio trabalho.

No entanto, a relevância em Chayanov (1974; 1981), reside em compreender os elementos que estão ocultos ao trabalho da família no estabelecimento agrícola. Em seu modelo, de um lado constam o tamanho e a relação familiar entre quem trabalha e quem não trabalha, e de outro, articula-se aos recursos e os meios de produção, terra e as ferramentas de trabalho, equilibrados por uma dimensão “subjetiva”, característico deste tipo de economia, a intensidade do trabalho. A partir deste modelo, é possível afirmar que as formas familiares de produção, tem como finalidade principal a satisfação de suas necessidades, ajustado pelo consumo familiar e a exploração de sua força de trabalho.

Para Hugues Lamarche os agricultores familiares são atores que possuem na tradição a centralidade da família, as lógicas produtivas e o modo de vida, e longe de

representar formações sociais homogêneas, “a agricultura familiar não é um elemento de diversidade, ela é a própria diversidade” (LAMARCHE, 1993, p. 18). No Brasil, o debate entre campesinato e agricultura familiar, em seu contexto histórico, tem-se a década 1990 que marca a inserção do segundo termo ao vocabulário científico, e a principal diferença pode ser observada na forma de organização, além do fato de a agricultura familiar ser “altamente integrada ao mercado, capaz de incorporar os principais avanços técnicos e de responder às políticas governamentais não pode ser nem de longe caracterizada como camponesa” (ABRAMOVAY, 2007, p. 33).

Em 2006, a agricultura familiar alcança projeção institucional e elevação a condição de categoria social, com a promulgação da Lei 11.326/2006, instrumento que define o agricultor familiar ou empreendedor rural é aquele que pratica atividades no meio rural e que atendam aos seguintes critérios:

I - não detenha, a qualquer título, área maior do que 4 (quatro) módulos fiscais; II - utilize predominantemente mão-de-obra da própria família nas atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento; III - tenha renda familiar predominantemente originada de atividades econômicas vinculadas ao próprio estabelecimento ou empreendimento; IV - tenha percentual mínimo da renda familiar originada de atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento; V - dirija seu estabelecimento ou empreendimento com sua família (BRASIL, 2006).

Wanderley chama a atenção para o entendimento da agricultura familiar, além do aspecto em si de a família ser proprietária dos meios produtivos e realizar o trabalho, enfatizando que “o caráter familiar não é mero detalhe superficial e descritivo: o fato de uma estrutura produtiva associar família-trabalho-produção tem consequências fundamentais para a forma como ela age econômica e socialmente” (WANDERLEY, 1996, p. 2). Ploeg (2014), acrescenta que as dificuldades em compreender a agricultura familiar, se devem a sua essência, per se como um fenômeno complexo e multidimensional, e faz uma importante contribuição com as dez qualidades sobre agricultura familiar articuladas em três eixos: o equilíbrio entre o estabelecimento e a família; unindo passado, presente e futuro; e a conexão com seu entorno. Em síntese, Ploeg diz que o estabelecimento é o lócus que se representa uma instituição atrativa, onde a família goza da relativa dupla liberdade, a ausência das forças expropriativas de agentes externos e a autonomia para agir ao seu modo.

Metamorfoses a reprodução socioeconômica da agricultura familiar na Amazônia brasileira

Na Amazônia brasileira, a reprodução socioeconômica das formas familiares de produção ou a produção simples de mercadoria, ou “campesinato”, como refere-se analogamente Moreira e Hébette (2009), ocorrem circunscritos a diversos elementos que geraram metamorfoses, imersos em duplos movimentos, ou seja, uma interface retroalimentativa no interagir e no reagir. De acordo com os autores os principais elementos destas metamorfoses podem ser elencados da seguinte forma (MOREIRA e HÉBETTE, 2009):

- a) Em meados do início do século XIX no Pará, materializam-se as contradições de uma sociedade com diferentes visões étnicas (nativos, colonizadores europeus e escravos africanos). Sob o domínio europeu, eram frequentes as tentativas de fugas, e na eminência das tratativas do regime constitucional previsto pela revolução de Porto de 1820, e que resultou na independência do Brasil, emergiram posições sociais e políticas contraditórias na província. Divergências que organizaram (cabanagem) os pequenos proprietários rurais, trabalhadores mestiços e tapuios (índios) e escravos, contra o governo português, que mesmo alcançando brevemente o poder, foram combatidos severamente, e das fugas e refúgios, constituíram quilombos (PRADO JR., 1947);
- b) A partir da década de 1870, com o aumento da exploração de seringais nativos estimulado pelo capital industrial e financeiro europeu e norte-americano, sustentado com o êxodo de nordestinos, arrasados pelas secas sucessivas;
- c) Entre 1942 e 1945, emerge uma nova campanha da borracha pela incorporação compulsória de recrutas militares – “os soldados da borracha” – na extração do látex. Tratava-se de abastecer de borracha as tropas “aliadas” após a ocupação das ilhas do Pacífico, então as maiores produtoras mundiais, mas em mãos das tropas japonesas associadas ao Eixo Roma-Berlim;
- d) De 1990 a 1995, surgem novas formas de interação com o meio envolvente: uma de natureza política nacional, o desgaste do regime militar; e a outra, de cunho religioso internacional, a entrada no campo das ideias do Concílio Vaticano II.

No entanto, será através do Programa Nacional de Integração (PIN) da Amazônia, que se materializa a colonização oficial, articulando movimentos

migratórios ligados à corrida pela terra, ao setor mineral ou, naturalmente a busca de uma vida melhor (PIRAUX et al., 2015). Ritmo mais rápido e intenso que a ocupação tradicional, deslocam o fluxo de mobilidades através dos rios (Amazônia dos Rios), para outra realidade, paralela, a Amazônia das estradas, que mobiliza agricultores de outras regiões a constituir frentes pioneiras, em especial ao longo das rodovias (Belém-Brasília, Transamazônica). Além da concentração de terras e grilagem, o modo de produção incorria em desmatamento, e a pecuária se insere como a única alternativa que se adapta às precárias condições de isolamento e carências econômicas, sociais e institucionais.

Desta configuração, de acordo com Piraux et al. (2015), pode ser apreendido dois elementos importantes da estrutura social rural. O primeiro deles é o antagonismo entre pequenos e grandes produtores, substanciados por modelos técnico agrícolas contrastantes, além dos conflitos sangrentos na luta pela terra, típico de regiões de fronteiras agrícolas. O segundo aspecto, se refere ao frágil desenvolvimento institucional, no que tange as instituições públicas, devido à ausência de recursos, a corrupção e o isolamento, limitavam seu funcionamento, além da pressão econômica e da organização efetiva de cadeias produtivas como a madeira e pecuarista.

A reprodução socioeconômica das formas familiares na Amazônia, até a década de 1980, coexistiram sob diversas adjetivações, como extrativista, agricultura migratória, caboclos e pequenos produtores de subsistência, que traziam uma visão ideológica e de cunho pejorativos, como pouco eficiente e atrasados (HURTIENE, 2005). Esta era a visão apregoada sobretudo, pelo ciclo da fronteira, que considerava o funcionamento destes sistemas de produção com base em culturas anuais no sistema de derrubada e queimada como altamente insustentáveis, tanto no nível econômico como no ecológico.

Não obstante, as fronteiras, sejam reflexo de um portfólio complexo de fatores, onde o Estado possui atuação importante, através de políticas agrárias matizadas nas especificidades dos espaços territoriais, “a evolução dos sistemas de produção não segue só uma trajetória, como pressupõe o modelo de ciclo de fronteira ou a interpretação mais evolutiva da complexificação”. (HURTIENE, 2005, p. 33). Neste sentido, é valiosa a contribuição de Costa (2009), onde investigou as trajetórias tecnológicas agrárias na Amazônia, e identificou que se encontram estruturadas em duas macros trajetórias, uma camponesa e outra patronal.

A referência camponesa utilizada por Costa (2009), refere-se aos modos de produção que se orientam pela indissociabilidade dos meios de produção, gestão do trabalho e parte da produção é para o autoconsumo da família. Neste universo social agrário, da trajetória camponesa, o autor indica a existência de três trajetórias, abrigados em duas lógicas produtivas diferentes. A primeira lógica, circunscreve o paradigma agropecuário, refere-se ao aporte tecnológico que implicam em mudanças radicais no meio ambiente (COSTA, 2009, p. 81):

Trajetória (camponês T3) conduzida por agentes camponeses, marcada por uso extensivo do solo, homogeneização da paisagem (alto impacto na biodiversidade) e formação intensa de dejetos: na forma de emissões poluentes (pela queima da floresta na formação de plantações e pastagens) e na forma de áreas degradadas;
Trajetória (camponês T1) conduzida por agentes camponeses, marcada por uso intensivo do solo, com sistemas diversificados (baixo impacto na biodiversidade) e baixa formação de dejetos/impacto poluidor.

A segunda lógica, sugere a representação de um paradigma extrativista, fundamentada em atributos tecnológicos que consideram os fluxos de funcionamento do ecossistema natural, representado pela “Trajetória (camponês T2) conduzida por agentes camponeses, marcada por uso altamente diverso das disponibilidades naturais, com baixíssimo impacto na biodiversidade e baixíssima formação de dejetos/impacto poluidor” (COSTA, 2009, p. 81).

Embora a agricultura familiar, nas principais frentes pioneiras não tenha conseguido se consolidar, gerando o êxodo rural em direção aos núcleos urbanos e a concentração fundiária (PIRAUX et al., 2015), não existe uma linha divisória clara entre as novas formas da agricultura familiar se comparada as mais velhas (as chamadas tradicionais, como grupos indígenas, ribeirinhos e extrativistas), pois ambas possuem suas “roças de culturas temporárias, árvores frutíferas, aves, porcos e crescentemente o gado” (HURTIENE, 2005, p. 29).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A retomada do debate brasileiro sobre o desenvolvimento rural, a partir do final do século XX e início do século XXI, observa-se a confluência de três elementos essenciais, marcadas pela produção acadêmica, as mobilizações dos movimentos sociais rurais e a presença do Estado. As contribuições acadêmicas,

materializam-se em reflexões e interpretações que trazem à tona uma nova leitura do rural, transcendendo os aspectos econômico e estruturais, acrescentando suas dinâmicas territoriais, os mercados e principalmente dimensão ambiental e da sustentabilidade. Neste período, emergem um portfólio de políticas públicas que dialogam com as dimensões do desenvolvimento rural, visando a institucionalidade e o fortalecimento dos espaços sociais rurais.

É em função das lutas e mobilizações das organizações sociais rurais, que a agricultura familiar alcança a projeção de categoria sociopolítica e a interlocução com o Estado através de políticas públicas. A maior destas conquistas, é o PRONAF instituído em 1995, além de outras políticas públicas de desenvolvimento rural que foram sendo construídas, contribuindo para a sua dinamização social, econômica e produtiva. Também é relevante mencionar, a diversidade de estudos e interpretações que surgiram, articulados as diversas vertentes teóricas das escolas do desenvolvimento (rural).

Nas dinâmicas rurais complexas, tornam-se de capital importância compreender as formas familiares de produção, ou os sistemas produtivos pré-capitalistas. Neste sentido, é mister notar que o lugar e papel desta forma produtiva, era anunciado pelo marxismo clássico, que em função do aprofundamento da diferenciação social no campo, tenderia a sua desintegração ou aniquilamento, tornando-se proletários ou burgueses. Porém, em leituras oportunizadas por um grupo denominados de neomarxistas, fundamentam que a permanência desta forma social na agricultura no desenvolvimento capitalista, se deve as suas especificidades, que congregam os obstáculos naturais, a indissociabilidade da gestão do trabalho e da produção. É, por tanto, nas leituras alternativas ao marxismo, que se consegue decifrar a racionalidade econômico-produtiva destes atores sociais.

Na Amazônia brasileira, as formas familiares de produção sofrem um logo e complexo processo de metamorfoses socioeconômicas. De um lado enfatiza-se os aspectos políticos que incidem sobre a região, iniciando pela ocupação europeia, a atuação do governo imperial e a materialização da PIN. São aspecto distintos, que corroboram na dinâmica socioespacial e produtivas de região. No entanto, os estudos têm revelado, que as estratégias de reprodução socioeconômicas não capitalista, se encontram articuladas em duas lógicas produtivas, a do *paradigma agropecuário*, que circunscrevem aspectos intensivo da produção agrícola, e o *paradigma extrativista*, associado as dinâmicas dos ecossistemas locais.

REFERÊNCIAS

- ABRAMOVAY, R. Paradigmas do capitalismo agrário em questão. São Paulo; Rio de Janeiro; Campinas: Hucitec; Anpocs; Unicamp, 1992.
- ABRAMOVAY, R. **Paradigmas do capitalismo agrário em questão**. - 3. ed. - São Paulo: Edusp, 2007. 296 p.
- BRASIL, Lei 11.326, de 24 de julho de 2006. **Estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais**. Diário Oficial da União, dia 25/07/2006.
- BUTTEL, F. H. Some reflections on late twentieth century agrarian political economy. **Sociologia Ruralis**, v. 41, n. 2, p. 165-181, 2001.
- CHAYANOV, A. V. **La Organización de la Unidad Económica Campesina**. Buenos Aires: Nueva Vision, 1974. 342 p.
- CHAYANOV, A. V. Sobre a teoria dos sistemas econômicos não-capitalistas. In: SILVA, J. G.; STOLKE, V. **A questão agrária**. Brasiliense, 1981. São Paulo.133-163 p.
- COSTA, F. A. Trajetórias Tecnológicas como objeto de política de conhecimento para a Amazônia: uma metodologia de delineamento. **Revista Brasileira de Inovação**, Rio de Janeiro (RJ), 8 (1), p.35-86, janeiro/junho, 2009.
- ELLIS, F.; BIGGS, S. Evolving Themes in Rural Development 1950s-2000s. **Development Policy Review**, 2001, 19 (4): 437-448 p.
- FRIEDMANN, H. World Market, State and Family Farm: social bases of household production in the era of wage labour. **Comparative Studies in Society and History**, Cambridge, v.20, n.4, p.545-586, 1978.
- GONÇALVES, C. W. P. **Amazônia, Amazônias**. 3. Ed. São Paulo: Contexto, 2012.
- GOODMAN, D.; SORJ, B.; WILKINSON, J. **Da lavoura as biotecnologias**. Rio de Janeiro: Campus, 1990.
- HURTIENNE, T. Agricultura familiar e desenvolvimento rural sustentável na Amazônia. **Novos Cadernos NAEA**, v. 8, n. 1 - p. 019-071 jun. 2005.
- JEAN, B. A forma social da agricultura familiar contemporânea: sobrevivência ou criação da economia moderna. **Cadernos de Sociologia**, PPGS/UFRGS, Porto Alegre, v. 6, p. 76-89, 1994.
- KAGEYAMA, A. **Desenvolvimento rural: conceitos e aplicação ao caso brasileiro**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2008. 240 p.

KAUTSKY, K. **A questão agrária**. Tradução de Otto Erich Walter Maas. São Paulo: Nova Cultural, 1986.

LÊNIN, V. I. **O desenvolvimento do capitalismo na Rússia**: o processo de formação do mercado interno para a grande indústria. Tradução de José Paulo Netto. 2. ed. São Paulo: Nova Cultural, 1985.

MANN, S.; DICKINSON, J. Collectivizing Our Thoughts: a reply to Patrick Mooney. **Rural Sociology**, Kansas, v.52, n.2, p.296-303, 1987.

MARX, K. **O 18 de brumário de Luís Bonaparte**. São Paulo: Boitempo, 2011. 169 p.

MAZOYER, M.; ROUDART, L. **História das agriculturas no mundo**: do neolítico à crise contemporânea. São Paulo: Editora UNESP; Brasília, DF: NEAD, 2010. 568 p.

MOREIRA, E. S.; HÉBETTE, J. Metamorfoses de um campesinato nos Baixo Amazonas e Baixo Xingu Paraenses. In: GODOI, E. P.; MENEZES, M. A.; ACEVEDO MARIN, R. **Diversidade do campesinato**: expressões e categorias: construções identitárias e sociabilidades. São Paulo: Editora UNESP; Brasília, DF: Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural, 2009. 187-207 p.

NAVARRO, Z. Desenvolvimento rural no Brasil: os limites do passado e os caminhos do futuro. **Estudos Avançados**, 15 (43), 2001. p. 83-100.

PIRAUX, M.; CIALDELLA, N.; POCCARD, R.; ASSIS, W. O futuro incerto da agricultura familiar na Amazônia brasileira: um desafio para territórios e políticas públicas. In: MIRANDA, C.; GUIMARÃES, I. **Agricultura Familiar**: ruralidade, território e política pública/IICA, FÓRUM DRS – Brasília: IICA, 2015. 85-92 p.

PLEIN, C. **As metamorfoses da agricultura familiar**: o caso do município de Iporã d' Oeste, Santa Catarina. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Faculdade de Ciências Econômicas, Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural, Porto Alegre, BR-RS, 2003. 158 f.

PLEIN, C. **Os mercados da pobreza ou a pobreza dos mercados?** As instituições no processo de mercantilização da agricultura familiar na Microrregião de Pitanga, Paraná. Tese (Doutorado) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Faculdade de Ciências Econômicas, Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural, Porto Alegre, BR-RS, 2012. 266 f.

PLOEG, J. D. et al. Rural Development: from practices and policies towards theory. **Sociologia Ruralis**, Netherlands, vol. 40, nº 4, p. 391- 408, 2000.

PLOEG, J. D. **Camponeses e impérios alimentares**: lutas por autonomia e sustentabilidade na era da globalização. Tradução: Rita Pereira. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2008. 376 p.

PLOEG, J. D. Dez qualidades da agricultura familiar. Cadernos de debate, nº 1, fevereiro de 2014. **Revista Agriculturas: experiências em agroecologia**. Número Extra.

PRADO JR., C. **Evolução política do Brasil**: ensaio de interpretação dialética da história brasileira. São Paulo: Brasiliense, 1947.

SERVOLIN, C. L'Absorption de l'agriculture dans le mode de production capitaliste. In: TAVERNIER, Y.; GERVAIS, M.; SERVOLIN, C. **L'Univers Politique des Paysans dans la France Contemporaine**. Paris: Presses de la Fondation National des Sciences Politiques, 1972. p.41-77.

SCHNEIDER, S. Situando o desenvolvimento rural no Brasil: o contexto e as questões em debate. **Revista de Economia Política**, vol. 30, no 3 (119), pp. 511-531, julho-setembro/2010.

SCHNEIDER, S. Teoria social, capitalismo e agricultura familiar. In: SCHNEIDER, S. **A pluriatividade na agricultura familiar**. 2. ed. – Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009. 21-72 p.

TAVARES, M. G. C. A Amazônia brasileira: formação histórico-territorial e perspectivas para o século XXI. **GEOUSP - Espaço e Tempo**, São Paulo, nº 29 - Especial, pp. 107 - 121, 2011.

WANDERLEY, M. N. B. Raízes históricas do campesinato brasileiro. **Anais: XX Encontro Anual da ANPOCS**. GT 17: Processos Sociais Agrários. Caxambu, MG, outubro 1996. 18 p.

Capítulo 2

REPOSIÇÃO HORMONAL E SUA INFLUÊNCIA NA QUALIDADE DE VIDA NA MENOPAUSA: REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

Nathália Perini Zamprogno

Izabela Corona Sena

Fabiana Lima Marques

REPOSIÇÃO HORMONAL E SUA INFLUÊNCIA NA QUALIDADE DE VIDA NA MENOPAUSA: REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

Nathália Perini Zamprogno

Acadêmica de Medicina pela Escola Superior de Ciências da Santa Casa de Misericórdia de Vitória (EMESCAM), nathalia.perini@hotmail.com.

Izabela Corona Sena

Acadêmica de Medicina pela Escola Superior de Ciências da Santa Casa de Misericórdia de Vitória (EMESCAM), izabelasena98@gmail.com.

Fabiana Lima Marques

Médica Endocrinologista pelo Hospital Santa Casa de Misericórdia de Vitória (HSCMV), fabianamarques4@gmail.com.

Resumo

INTRODUÇÃO: A menopausa é a cessação permanente dos ciclos menstruais e marca o fim do período de transição menopáusica e início da pós-menopausa. Esse processo ocorre devido a uma redução gradual no número de folículos ovarianos e por isso resulta em diversas mudanças hormonais, que podem comprometer o bem estar das mulheres. Nesse contexto, a terapia hormonal (TH) ganha destaque, por ser um tratamento eficaz para melhorar a qualidade de vida, aliviando sintomas vasomotores, sexuais e geniturinários, como suores noturnos, ondas de calor, insônia, ressecamento vaginal e labilidade emocional. Além disso a TH pode minimizar a perda de massa óssea, com implicações importantes para a saúde em longo prazo. Quando indicada, deve ser iniciada para mulheres na perimenopausa, antes dos 60 anos, ou antes de 10 anos da menopausa, desde que não apresentem contraindicações.

OBJETIVO: Elucidar os benefícios da TH na qualidade de vida feminina.

METODOLOGIA: Revisão bibliográfica realizada nas bases de dados PubMed/MEDLINE, durante agosto e setembro de 2021, por meio do cruzamento dos descritores, cadastrados no DeCS, “Hormone Replacement Therapy” AND “menopause”. Utilizou-se como critérios de inclusão artigos publicados nos últimos cinco anos, nos idiomas inglês, português ou espanhol. Foram excluídos aqueles cujo título ou resumo eram incoerentes com a linha de interesse da atual revisão. Com base nisso, encontraram-se 55 artigos, dos quais 5 foram selecionados, além de outros 2 e um livro didático, julgados importantes para a discussão do tema.

RESULTADOS E DISCUSSÃO: A TH é o tratamento mais eficaz para os sintomas da menopausa. Além disso, ela fornece outros benefícios na qualidade de vida da mulher,

como, por exemplo, a manutenção da saúde esquelética. No entanto, aumenta o risco de eventos cardiovasculares, cerebrovasculares, câncer de mama e outros eventos adversos, o que torna importante se atentar aos fatores individuais, o tempo de uso, a idade e o tipo de hormônio. O grupo alvo no qual os benefícios na grande maioria superam os riscos são mulheres de 50 a 59 anos ou com menos de 10 anos de menopausa. **CONSIDERAÇÕES FINAIS:** De acordo com a literatura, a terapia hormonal é o tratamento mais eficaz para os sintomas vasomotores, genitourinárias. Contudo, os riscos e benefícios da terapia com hormônios femininos devem ser considerados por médicos e pacientes, e as decisões de tratamento devem ser tomadas individualmente, sendo que o tempo de uso em relação a menopausa, a idade e o tipo de hormônio são fatores a serem levados em consideração na tomada de decisão.

Palavras-chave: Hormone Replacement Therapy. Menopause. Women's Health.

Abstract:

INTRODUCTION: Menopause is the permanent cessation of menstrual cycles and marks the end of the menopausal transition period and the beginning of post-menopause. This process occurs due to a gradual reduction in the number of ovarian follicles and therefore results in several hormonal changes, which can compromise the well-being of women. In this context, hormone therapy (HT) is highlighted, as it is an effective treatment to improve quality of life, relieving vasomotor, sexual and genitourinary symptoms, such as night sweats, hot flashes, insomnia, vaginal dryness and emotional lability. Furthermore, HT can minimize bone loss, with important long-term health implications. When indicated, it should be initiated for perimenopausal women, before age 60, or before 10 years of menopause, provided they do not have contraindications. **OBJECTIVE:** To elucidate the benefits of HT on women's quality of life. **METHODOLOGY:** Bibliographic review carried out in the PubMed/MEDLINE databases, during August and September 2021, by crossing the descriptors, registered on the DeCS, "Hormone Replacement Therapy" AND "menopause". Articles published in the last five years, in English, Portuguese or Spanish, were used as inclusion criteria. Those whose title or abstract were inconsistent with the line of interest of the current review were excluded. Based on this, 55 articles were found, of which 5 were selected, in addition to another 2 and a textbook, considered important for the discussion of the topic. **RESULTS AND DISCUSSION:** HT is the most effective treatment for menopausal symptoms. Furthermore, it provides other benefits to women's quality of life, such as maintenance of skeletal health. However, it increases the risk of cardiovascular and cerebrovascular events, as well as, breast cancer and other adverse effects, which makes it important to be attentive to individual factors, such as: time of use, age and type of hormone. The target group in which the benefits largely outweigh the risks are women aged 50 to 59 years or with less than 10 years of menopause. **FINAL CONSIDERATIONS:** According to the literature, hormone therapy is the most effective treatment for vasomotor, genitourinary symptoms. However, the risks and benefits of female hormone therapy must be considered by clinicians and patients, and treatment decisions must be made individually, considering the time of use in relation to menopause, age and type of hormone as factors for decision making.

Keywords: Hormone Replacement Therapy. Menopause. Women's Health.

Referências:

- 1.Porto & Porto, Exame clínico 7ª. Edição Guanabara Koogan Rio de Janeiro 2011, Cap 5.
- 2.KOHN, G E et al. The History of Estrogen Therapy.Sex Med Rev, n 7, p 416–421, July, 2019. DOI: [10.1016/j.sxmr.2019.03.006](https://doi.org/10.1016/j.sxmr.2019.03.006) Disponível em: <https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/31147294/> Acesso em: 10 setembro de 2021.
- 3.CHESTER, R C. KLING, J M. MANSON, J E. What the Women's Health Initiative has taught us about menopausal hormone therapy.Clin Cardiol,n 41, p 247–252, Feb, 2018. DOI: [10.1002/clc.22891](https://doi.org/10.1002/clc.22891) Disponível em:<https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/29493798/> Acesso em: 10 de setembro de 2021.
- 4.ROZENBERG, S. Is there a role for menopausal hormone therapy in the management of postmenopausal osteoporosis? Osteoporos Int, n31(12), p 2271–2286, 2020. DOI:[10.1007/s00198-020-05497-8](https://doi.org/10.1007/s00198-020-05497-8) Disponível em: <https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/32642851/> Acesso em:10 de setembro de 2021.
- 5.JAVED, A A. Association Between Hormone Therapy and Muscle Mass in Postmenopausal Women. JAMA Netw Open, 2019 Aug; v 2, n.8, e1910154, Aug 2019. DOI: [10.1001/jamanetworkopen.2019.10154](https://doi.org/10.1001/jamanetworkopen.2019.10154) Disponível em:<https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/31461147/> Acesso em: 28 de agosto de 2021.
- 6.VELENTZIS, L S.SALAGAME, U. CANFELL, K. Menopausal hormone therapy: a systematic review of cost-effectiveness evaluations. BMC Health Serv Res, n 17, p 326, 2017. DOI: [10.1186/s12913-017-2227-y](https://doi.org/10.1186/s12913-017-2227-y) Disponível em: <https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/28476121/> Acesso em: 28 de agosto de 2021.
- 7.GIACOMINI, D R. MELLA E A C. Reposição Hormonal: vantagens e desvantagens. Semina: Ciências Biológicas e da Saúde, v 27, n.1, 2006.
DOI: <http://dx.doi.org/10.5433/1679-0367.2006v27n1p71>. Disponível em:<http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/seminabio/article/view/3530/0> Acesso em: 5 de setembro de 2021.
- 8.PARDINI, D.Terapia de reposição hormonal na menopausa, Arq Bras Endocrinol Metab, v 58, n.2, Mar, 2014. DOI: <https://doi.org/10.1590/0004-2730000003044> Disponível em: <https://www.scielo.br/j/abem/a/bnhD8LVvNT9P5yWFvhzfvBc/?lang=pt&format=html> Acesso em: 10 de setembro de 2021.

Capítulo 3

HIPÓTESE DIAGNÓSTICA DE CELULITE DISSECANTE NA ATENÇÃO PRIMÁRIA: UMA REVISÃO DE LITERATURA

Alana de Moura Martins

Lucia Soares Buss Coutinho

HIPÓTESE DIAGNÓSTICA DE CELULITE DISSECANTE NA ATENÇÃO PRIMÁRIA: UMA REVISÃO DE LITERATURA

Alana de Moura Martins

Acadêmica do Curso de Medicina da Universidade do Planalto Catarinense

Lucia Soares Buss Coutinho

Médica de Família e Comunidade e professora no Curso de Medicina da Universidade do Planalto Catarinense

Resumo

INTRODUÇÃO: A celulite dissecante (CD) é uma foliculite cicatricial profunda rara, que compõe a “tétrade de oclusão folicular”, juntamente à hidradenite supurativa, ao cisto pilonidal e à acne conglobata. Mais recentemente, passou a compor, também, o grupo “celulite capilar terminal dissecante” (DTHF), juntamente às mesmas dermatites, exceto a acne conglobata. Por ser uma dermatose incomum e, consequentemente, de difícil diagnóstico por profissionais de saúde na atenção primária, propôs-se realizar essa revisão bibliográfica a fim de ampliar o conhecimento à cerca do assunto, para o profissional de Medicina de Família e Comunidade. **OBJETIVO:** Este estudo tem como objetivo ressaltar os aspectos histopatológicos e os fatores de risco a serem considerados durante a formulação da hipótese diagnóstica de celulite dissecante, no cenário da atenção primária, facilitando a conclusão diagnóstica da mesma e antecipando, assim, o tratamento da doença a fim de reduzir a ocorrência de efeitos adversos. **MÉTODOS:** Trata-se de uma revisão de literatura, realizada a partir de 7 referências, do período de 2016 à 2021, acerca dos aspectos levados em conta para a formação da hipótese diagnóstica de celulite dissecante na atenção primária. Estudos referentes à instrumentos diagnósticos exclusivos da área da dermatologia foram excluídos e os que representavam possível manejo na atenção básica e poderiam ser utilizados nesse cenário foram incorporados ao estudo. As bases de dados escolhidas foram a Arca Fiocruz e o MEDLINE. **RESULTADOS:** Estudos apontam o mecanismo patogênico a partir da hiperqueratose e, então, oclusão e ruptura folicular, seguidas de inflamação, podendo, ou não, de acordo com a demora do diagnóstico e do início do tratamento, evoluir, posteriormente, para uma alopecia cicatricial. Pesquisas têm demonstrado a predominância da celulite dissecante no sexo masculino, no fototipo escuro e em jovens adultos, além de ressaltarem novos possíveis fatores de risco para o desenvolvimento da doença. **CONCLUSÃO:** Concluiu-se que as patologias que compõem a “tétrade da oclusão folicular” compartilham de um mecanismo patogênico semelhante, sendo que a histopatologia da DTHF acomete folículos pilosos terminais, enquanto a acne conglobata acomete folículos pilosos sebáceos. Além disso, ainda são necessárias novas pesquisas referentes aos fatores de risco relacionados às questões genéticas, imunológicas,

índice de massa corporal, administração de esteroides anabólicos androgênicos e contato frequente com óleos e gases de escapamento.

Palavras-chave: Celulite Dissecante. Dissecting Cellulitis. Folliculite Dissecante. Diagnósticos. Fatores de Risco.

Abstract

INTRODUCTION: Cellulitis dissecans (CD) is a rare deep scar folliculitis, which makes up the “follicular occlusion tetrad”, together with suppurative hidradenitis, pilonidal cyst and acne conglobata. More recently, it also became part of the group “capillary cellulite dissecting terminal” (DTHF), together with the same dermatitis, except for acne conglobata. As it is an uncommon dermatosis and, consequently, difficult to diagnose by health professionals in primary care, it was proposed to carry out this bibliographic review in order to expand the knowledge about the subject, for the Family and Community Medicine professional. **OBJECTIVE:** This study aims to highlight the histopathological aspects and risk factors to be considered when formulating the diagnostic hypothesis of dissecting cellulitis, in the primary care setting, facilitating its diagnostic conclusion and thus anticipating the treatment of the disease in order to reduce the occurrence of adverse effects. **METHODS:** This is a literature review, carried out from 7 references, from the period 2016 to 2021, about the aspects taken into account for the formation of the diagnostic hypothesis of dissecting cellulitis in primary care. Studies referring to diagnostic tools exclusive to the field of dermatology were excluded and those that represented possible management in primary care and could be used in this scenario were incorporated into the study. The databases chosen were Arca Fiocruz and MEDLINE. **RESULTS:** Studies indicate the pathogenic mechanism from hyperkeratosis and then follicular occlusion and rupture, followed by inflammation, which may or may not, according to the delay in diagnosis and the start of treatment, later evolve to cicatricial alopecia. Research has shown the predominance of cellulite dissectant in males, in the dark phototype and in young adults, in addition to highlighting new possible risk factors for the development of the disease. **CONCLUSION:** It was concluded that the pathologies that make up the “follicular occlusion tetrad” share a similar pathogenic mechanism, and the DTHF histopathology affects terminal hair follicles, while conglobate acne affects sebaceous hair follicles. In addition, further research is still needed regarding risk factors related to genetic, immunological, body mass index, administration of anabolic androgenic steroids and frequent contact with exhaust oils and gases.

Key-words: Dissecting Cellulitis. Dissecting Cellulitis. Dissecting Folliculitis. Diagnostics. Risk Factors.

INTRODUÇÃO

A celulite dissecante do couro cabeludo, também conhecida como perifolliculitis capitis abscedens et suffodiens, é uma foliculite cicatricial profunda, que faz parte da “tétrade de oclusão folicular”, grupo em que as determinadas dermatoses compartilham um mecanismo patogênico semelhante e, mais recentemente, passou a compor, também, o grupo “celulite capilar terminal dissecante”, juntamente à

hidradenite supurativa e ao cisto pilonidal, visto que as três cursam com inflamação dos folículos pilosos terminais (BADAoui et al., 2016; LEE et al., 2018; SEGURADOMIRAVALLS et al., 2017).

A respeito da progressão da celulite dissecante, essa inicia por uma oclusão e ruptura folicular profunda, devido à hiperqueratose, resultando na entrada de infiltrado inflamatório, o que então, pode, ou não, evoluir para alopecia cicatricial. Os principais fatores de risco para o desenvolvimento da CD são o sexo masculino, o fototipo escuro e a idade jovem adulta; entretanto, novos estudos propõem, por meio de pesquisas e relatos de casos, diversos outros possíveis fatores de risco associados com a dermatose, os quais, ainda, precisam de mais estudos para confirmar a relação com o desenvolvimento da doença; porém, é de extrema importância que façam parte do conhecimento inicial, dos profissionais de saúde, à cerca do assunto, facilitando e auxiliando na hipótese diagnóstica de CD (FERNANDES et al., 2018; BADAoui et al., 2016).

Dessa forma, por meio de revisão de literatura, o presente estudo tem como objetivo conhecer a progressão histopatológica e os principais fatores de risco para o desenvolvimento da celulite dissecante, a fim de identifica-la precocemente e com maior facilidade, na atenção primária, uma vez que é uma dermatose rara e de difícil diagnóstico quando não há conhecimento à respeito do assunto; visando, assim, reduzir a incidência de efeitos adversos da doença e obter melhores resultados durante e após o tratamento.

METODOLOGIA

Trata-se de uma revisão bibliográfica acerca da Celulite Dissecante. As buscas pelas referências foram realizadas utilizando-se os seguintes descritores: Celulite Dissecante, Dissecting Cellulitis, Folliculite Dissecante do Couro Cabeludo, Diagnósticos. O trabalho teve como fonte de pesquisa a seleção de artigos científicos nas plataformas Arca Fiocruz e MEDLINE. Priorizou-se a busca por materiais referentes aos últimos cinco anos, de 2016 à 2021. Assim, totalizou-se 14 fontes. Dessas, 1 foi excluída pois estava duplicada e 6 não contemplavam o objetivo, sendo relacionadas à exames diagnósticos exclusivos da área de dermatologia, os quais

estavam indisponíveis na atenção primária; resultando, então, em 7 fontes que se encaixaram nos critérios de inclusão do tema.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Definição, histopatologia e progressão

A celulite dissecante é uma foliculite cicatricial profunda de origem não infecciosa, geralmente localizada no vértice da cabeça, área em que os fios de cabelo assumem um padrão de verticilo e, na região occipital, sendo que algumas vezes podem afetar outras áreas, como a região da barba, em homens. A celulite dissecante compõe a "tétrade de oclusão folicular" juntamente à hidradenite supurativa, acne conglobata e o cisto pilonidal, por compartilharem um mecanismo patogênico semelhante. Entretanto, recentemente foi proposta uma subdivisão dessa classificação, a "celulite capilar terminal dissecante" (DTHF), a qual abrange três das quatro dermatoses, a CD, a hidradenite supurativa e o cisto pilonidal, visto que essas cursam com a inflamação dos folículos pilosos terminais, o que as diferenciam da acne conglobata, a qual cursa com o envolvimento de folículos pilosos sebáceos, somente (BADAQUI et al., 2016; SEGURADO-MIRAVALLS et al., 2017; LEE et al., 2018; BOLDUC et al., 2016).

Desse modo, histopatologicamente a celulite dissecante inicia como uma hiperqueratose, a qual ocasiona obstrução e dilatação do folículo piloso; posteriormente, ocorre ruptura folicular profunda, promovendo a entrada de um infiltrado inflamatório misto, constituído por linfócitos, histiócitos e, principalmente, neutrófilos; assim, como resultado do processo inflamatório, ocorre destruição das estruturas adjacentes ao folículo e formação de pústulas, fístulas, abscessos ou nódulos, sendo esses únicos ou múltiplos, os quais podem formar interconexões e progredir para um granuloma de tipo corpo estranho, como forma de defesa do organismo. Em seguida, pode haver ruptura da lesão, com a liberação transepidérmica de seu conteúdo, composto por material córneo e haste folicular, resultando em um tecido de granulação e fibrose extensa, a qual pode progredir para uma alopecia cicatricial neutrofílica desfigurante, se não for identificada e tratada precocemente (FERNANDES et al., 2018; LEE et al., 2018).

Epidemiologia e fatores de risco

Nesse cenário, Badaoui et al. realizou um estudo envolvendo 51 pacientes com celulite dissecante os quais foram atendidos em dois centros dermatológicos de Paris, na França. Desses, 50 eram homens e 1 era mulher; 65% possuíam fototipo cutâneo escuro, entre IV à VI na escala de Fitzpatrick; a idade média de aparecimento da celulite dissecante foi de 26,6 anos, dentro de um intervalo de 15 à 62 anos; e, a duração média dos sintomas, anteriormente ao diagnóstico, foi de 34,3 meses, em um intervalo bastante variado de 4 à 120 meses. Ainda, a gravidade da CD nesses pacientes foi estabelecida com base na presença de dor, número de abscessos, superfície do couro cabeludo afetada e existência de inflamação e supuração (BADAoui et al., 2016).

Nesse contexto, Lee et al. realizou um estudo retrospectivo, com 66 pacientes de um único centro médico no sul de Taiwan, com o objetivo de analisar as características da celulite dissecante e propor uma classificação para definir sua gravidade. Nesse estudo, a predominância masculina foi bastante significativa, sendo 63 homens e 3 mulheres; a idade média para o desenvolvimento da doença foi de 24,9 anos, em um intervalo entre 12 à 59 anos; o tempo entre o aparecimento dos sintomas e o diagnóstico da doença foi de 12 meses, em um intervalo de 1 dia à 10 anos; o IMC realizado em 45 desses pacientes, apontou 14 com sobrepeso e 15 com obesidade; e, ainda, 15, dos 66 pacientes, já haviam apresentado DTHF e/ou acne conglobata. Desse modo, foram propostos estágios para classificar a CD, sendo o estágio I caracterizado pela presença de nódulos ou abscessos isolados; estágio II, por interconexões entre os nódulos ou abscessos; e, estágio III, pela alopecia cicatricial. Além disso, cada estágio poderia ser subcategorizado em “a”, “b” ou “c”, indicando o acometimento de uma, duas ou três ou mais regiões do couro cabeludo, respectivamente. Com isso, o diagnóstico foi estabelecido exclusivamente de forma clínica em 33 desses pacientes (LEE et al., 2018).

Além disso, Segurado-Miravalles et al. realizou um estudo multicêntrico retrospectivo em quatro hospitais espanhóis, incluindo 21 pacientes diagnosticados clínica e histologicamente com celulite dissecante. Diante do estudo, verificou-se que 17 eram homens e 4 eram mulheres; a idade média era de 32,8 anos, em um intervalo

de 18 à 58 anos; 2 pacientes eram primos de primeiro grau; e, 3 pacientes associaram o início da doença ao uso de esteroides anabólicos androgênicos (EAAS). Ainda, por mais que, geralmente, descrita como uma doença prevalentemente afro-americana e em fototipos escuros, foi relatado um grande número de casos em pacientes caucasianos. Também, notou-se que trabalhar com substâncias oleosas e possuir contato frequente com gases de escapamento, como nos casos de cozinheiros e mecânicos, respectivamente, poderia acelerar o desencadeamento de CD em indivíduos que já fossem predispostos à essa condição (SEGURADO-MIRAVALLÉS et al., 2017).

Também, Kurtzman et al. relatou em seu estudo o caso de um paciente homem, de 38 anos, com início abrupto de celulite dissecante após algumas semanas de uso de esteroides anabólicos androgênicos. Para isso, foi utilizada uma terapia anti-androgênica no tratamento da dermatose, o que resultou em uma melhora significativa (KURTZMAN et al., 2017).

Ademais, Díaz-Pérez et al. relatou um caso de celulite dissecante em gêmeos monozigotos de 17 anos, no México. Nesse contexto, o gêmeo “A” apresentou queixa referente à lesões dolorosas e queda capilar durante três meses e, no exame físico, foi relatada a presença de um nódulo no vértice do couro cabelo e alopecia sobrejacente. Já, o gêmeo “B”, referiu queixa de lesões múltiplas indolores cerca de duas semanas após o aparecimento do nódulo no seu irmão e, no exame físico, foram encontradas áreas de alopecia no vértice. Ambos os irmãos não possuíam histórico de dermatoses ou doenças sistêmicas, entretanto, os dois possuíam IMC de aproximadamente 31kg/m^2 , sendo classificados como obesidade grau I (DÍAZ-PÉREZ et al., 2020).

Conforme as pesquisas e estudos realizados referente à celulite dissecante concluiu-se que a dominância masculina poderia sugerir um fator de risco hormonal e, também, um fator traumático inicial, a exemplo do ato de barbear, uma vez que esse poderia levar à disfunção da barreira cutânea e favorecer o aparecimento de CD; a predominância do fototipo escuro, especialmente pacientes afro-caribenhos, poderia ressaltar a questão de que a pele negra possui mais camadas de células no estrato córneo, quando comparada à pele branca, e, também, do tipo de cabelo, que nessa etnia, tende a ser mais grosso, crespo e com queratina formada por diferentes aminoácidos; a microbiota poderia desempenhar um papel importante, na gravidade

da CD, uma vez que a perda de tolerância imunológica à aloantígenos no folículo piloso poderia levar à uma reação inflamatória; o componente genético poderia favorecer o aparecimento da doença em pacientes com algum outro fator de risco já pré-existente; e, a elevada porcentagem de gordura corporal poderia fazer parte dos fatores de risco para a CD, uma vez que a inflamação iniciada no epitélio folicular poderia ser agravada pela liberação de citocinas pró-inflamatórias por adipócitos e, consequentemente, pela obesidade; e, por fim, os recentes estudos sugerem, também, que o uso de EAAS podem, muito provavelmente, desempenhar um papel importante no desenvolvimento da doença (BADAoui et al., 2016; DÍAZ-PÉREZ et al., 2020; KURTZMAN et al., 2017).

CONCLUSÃO

Diante do estudo realizado, conclui-se que a celulite dissecante, componente da “tétrade de oclusão folicular” e, mais recentemente, da “celulite capilar terminal dissecante”, é mais comumente encontrada no vértice da cabeça e na região occipital, e, ocorre por conta de um mecanismo histopatológico de oclusão e ruptura folicular profunda, devido à hiperqueratose, resultando na entrada de infiltrado inflamatório, o que então, a depender do tempo de formulação do diagnóstico e início do tratamento, pode, ou não, evoluir para fibrose e, assim, para alopecia cicatricial neutrofílica.

Além disso, diante dos resultados analisados, por meio de revisão de literatura, percebe-se que os principais fatores de risco para a ocorrência da celulite dissecante são o sexo masculino, o fototipo escuro e a idade jovem adulta; por outro lado, recentemente muitos estudos referentes aos fatores de risco genéticos, imunológicos, índice de massa corporal elevado, administração de esteroides anabólicos androgênicos e contato frequente com substâncias oleosas e gases de escapamento, já demonstram acentuada relação com o desenvolvimento da doença, mesmo que ainda sejam necessários mais estudos e pesquisas na área; entretanto, vale destacá-los a fim de que haja maior atenção quando forem citados no contexto de dermatoses, em consultas médicas, nas unidades básicas de saúde.

Em conclusão, o adequado entendimento referente à progressão histopatológica da celulite dissecante e aos fatores de risco, certos e prováveis, para

o desenvolvimento da mesma, possibilita um precoce e eficaz reconhecimento da patologia por profissionais da saúde, na atenção primária, o qual pode ainda ser auxiliado e complementado pelo uso das classificações de CD por estágios, conforme Lee et al. e, de acordo com a gravidade da doença, conforme Badaoui et al., o que poderia resultar em agilidade no início do tratamento, permitindo, assim, reduzir a incidência de efeitos adversos da doença e, também, alcançar melhores resultados durante e após o tratamento.

REFERÊNCIAS

- Badaoui, A., P. Reygagne, B. Cavelier-Balloy, L. Pinquier, L. Deschamps, B. Crickx, e V. Descamps. **“Dissecting Cellulitis of the Scalp: A Retrospective Study of 51 Patients and Review of Literature”**. The British Journal of Dermatology 174, no 2 (fevereiro de 2016): 421–23. <https://doi.org/10.1111/bjd.13999>.
- Bolduc, C., Sperling, LC, & Shapiro, J. (2016). **Alopecia cicatricial primária**. Journal of the American Academy of Dermatology, 75 (6), 1101-1117. doi: 10.1016 / j.jaad.2015.01.056
- Díaz-Pérez, Lily Michel, Karina Escobar-Ramírez, e Luis Enrique Sánchez-Dueñas. **“A New Familial Presentation of Dissecting Cellulitis: The Genetic Implications on Scarring Alopecias”**. JAAD Case Reports 6, nº 8 (1º de agosto de 2020): 705–7. <https://doi.org/10.1016/j.jdc.2020.05.027>.
- Fernandes, Nurimar Conceição, Taissa Cañedo Magalhães, Danielle Carvalho Quintella, e Tullia Cuzzi. **“Foliculite supurativa crônica de couro cabeludo: desafio terapêutico”**. Surgical & Cosmetic Dermatology 10 (2018). <https://doi.org/10.5935/scd1984-8773.20181031831>.
- Kurtzman, D. J. B., e C. E. Alexander. **“Image Gallery: Dissecting Cellulitis of the Scalp Following Anabolic Steroid Use”**. British Journal of Dermatology 177, no 4 (2017): e160–e160. <https://doi.org/10.1111/bjd.15825>.
- Lee, C.-N., Chen, W., Hsu, C.-K., Weng, T.-T., Lee, JY-Y., & Yang, C.-C. (2018). **Foliculite dissecante (celulite dissecante) do couro cabeludo: série de casos de 66 pacientes e proposta de classificação**. JDDG: Journal Der Deutschen Dermatologischen Gesellschaft. doi: 10.1111 / ddg.13649
- Segurado-Miravalles, G., F. M. Camacho-Martínez, S. Arias-Santiago, C. SerranoFalcón, S. Serrano-Ortega, R. Rodrigues-Barata, P. Jaén Olasolo, e S. Vañó-Galván. **“Epidemiology, Clinical Presentation and Therapeutic Approach in a Multicentre Series of Dissecting Cellulitis of the Scalp”**. Journal of the European Academy of Dermatology and Venereology: JEADV 31, no 4 (abril de 2017): e199–200. <https://doi.org/10.1111/jdv.13948>.

Capítulo 4

TRAJETÓRIA DA DANÇA NO COMPONENTE CURRICULAR DE EDUCAÇÃO FÍSICA: BASE NACIONAL COMUM CURRICULAR (BNCC) E ALGUNS APONTAMENTOS

Camila Marangoni Calefi Viezorkosky

Patrícia Alzira Proscêncio

Jesse Cruz

TRAJETÓRIA DA DANÇA NO COMPONENTE CURRICULAR DE EDUCAÇÃO FÍSICA: BASE NACIONAL COMUM CURRICULAR (BNCC) E ALGUNS APONTAMENTOS

Camila Marangoni Calefi Viezorkosky²

Professora de Educação Física da Rede Municipal de Londrina, Pedagoga e Especialista em Educação Especial e Dança Educacional, cviezorkosky@gmail.com.

Patrícia Alzira Proscêncio²

Professora na Rede Municipal de Sinop e Docente na Universidade do Estado de Mato Grosso, Doutora e Mestre em Educação, Especialista em Dança Educacional, Metodologia da Ação Docente e Arte-Educação, pproscencio@gmail.com

Jesse Cruz³

Docente substituto na Universidade Federal do Paraná e Universidade Regional de Blumenau, Doutorando em Educação e Mestre em Educação e Licenciado em Artes, jesseacruz@ufpr.br

Resumo: A Dança é claramente indicada como um conteúdo escolar da Educação Física, porém, pouco efetivado neste contexto. Contudo, este estudo visa apontar como a Dança percorreu todo o processo histórico da Educação Física, como as políticas educacionais favoreceram ou não a presença deste conteúdo no contexto

² Professora de Educação Física da Rede Municipal de Londrina, formada em Educação Física pela Universidade Estadual de Londrina (UEL) e Pedagogia pela Faculdade Instituto Superior de Educação do Paraná (FAINSEP) e Especialista em Educação Especial pela ESAP (Instituto de Estudos Avançados e Pós-Graduação) e Dança Educacional pela CENSUPEG; Londrina, Paraná, Brasil; cviezorkosky@gmail.com.

² Professora contratada pela Rede Municipal de Sinop/MT e Docente contratada pela Universidade do Estado de Mato Grosso (UNEMAT); formada em Pedagogia pela Universidade Norte do Paraná (UNOPAR) e Geografia pela Universidade Estadual de Londrina (UEL), Doutora em Educação pela Universidade Estadual Paulista (UNESP), Mestre em Educação pela Universidade Estadual de Londrina (UEL), Especialista em Dança Educacional pela Faculdade CENSUPEG, em Arte-Educação pela Faculdade Instituto Superior de Educação do Paraná (FAINSEP) e em Metodologia da Ação Docente pela Universidade Estadual de Londrina (UEL); Sinop, Mato Grosso, Brasil; pproscencio@gmail.com.

³ Doutorando em Educação pela Universidade Federal do Paraná (PPGE-UFPR) e Mestre em Educação pela Universidade Regional de Blumenau (PPGE-FURB). Licenciado em Artes pela Universidade Uirapuru – Sorocaba/SP. Professor substituto no SEPT (Setor de Educação Profissional e Tecnológica) da Universidade Federal do Paraná e no Departamento de Artes da Fundação Universidade Regional de Blumenau. Membro da linha de pesquisa LICORES (Linguagem, Corpo e Estética na Educação) e pesquisador do grupo de pesquisa RIZOMA (RIZOMA/UFPR); jessecruz@ufpr.br. Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-8815-9662>.

escolar. Ainda, como a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) proporciona o ensino da Dança na escola, como uma das unidades temáticas do componente curricular Educação Física. Para tanto, utilizou-se da pesquisa bibliográfica, tendo como principal documento consultado e estudado a BNCC. Autores como Barbosa (2011), Strazzacappa (2003), Ehrenber e Gallardo (2005) foram consultados para enriquecer a fundamentação teórica. Concluiu-se que o contexto histórico e as políticas existentes pouco contribuíram para o efetivo ensino da Dança, porém, este novo documento da educação brasileira pode levá-la a ter novos rumos neste componente curricular e favorecer efetivamente com a formação dos educandos. Claro que dependente da maneira em que os profissionais atuantes na área conduzirem suas práticas.

Palavras-chave: Dança. Educação Física. Políticas Educacionais. BNCC

Abstract: Dance is clearly indicated as a school content of Physical Education, however, not very effective in this context. However, this study aims to point out how Dance covered the entire historical process of Physical Education, how educational policies favored or not the presence of this content in the school context. Also, as the Common National Curriculum Base (BNCC) provides the teaching of Dance at school, as one of the thematic units of the Physical Education curricular component. For that, bibliographical research was used, having as main document consulted and studied the BNCC. Authors such as Barbosa (2011), Strazzacappa (2003), Ehrenber and Gallardo (2005) were consulted to enrich the theoretical foundation. It was concluded that the historical context and existing policies contributed little to the effective teaching of Dance, however, this new document of Brazilian education can lead it to take new directions in this curricular component and effectively favor the training of students. Of course, it depends on the way in which professionals working in the area conduct their practices.

Keywords: Dance. Physical Education. Educational Policies. BNCC

INTRODUÇÃO

Todos nós já dançamos um dia, em festas, comemorações, entre outras situações, e na escola não é diferente, todos já tivemos uma experiência de dança na escola. Mas, por que a dança está na escola?

No Brasil a Educação Física está presente na escola como um componente curricular obrigatório na educação básica, de acordo com a Base Nacional Comum Curricular (BNCC).

A dança é uma das unidades temáticas, tanto no componente curricular da Educação Física quanto em Arte.

Porém, ainda é negligenciada no contexto escolar tanto como conteúdo desses componentes curriculares, como principalmente como área de conhecimento. Strazzacappa apresenta a seguinte reflexão e questiona

A dança trabalha o corpo e o movimento do indivíduo, mas isso a Educação Física também faz. A dança desenvolve noções rítmicas, mas a música também. A dança amplia as noções espaciais da criança e do adolescente, situando-os no tempo e no espaço e desenvolvendo sua expressão corporal, mas o teatro também. A dança preocupa-se com a educação estética, mas as artes plásticas também. A dança proporciona o desenvolvimento da criatividade e da sensibilidade, mas isso todas as linguagens artísticas proporcionam... Afinal, o que é exclusivo da dança? (2003, p.74-75).

Acrescenta-se: enfim, o que a dança pode oferecer que merece ser ensinada neste contexto?

A disciplina de Educação Física tem como o foco o movimento culturalmente construído, por isso é de suma importância que ela identifique as manifestações que expressem esses movimentos em diferentes modalidades como jogo, esporte, dança, ginástica, luta, bem como os benefícios tanto fisiológicos, como psicológicos e as expressões culturais e sociais que cada um pode trazer, além de identificar as “possibilidades de utilização como instrumentos de comunicação expressão, lazer e cultura para, a partir daí, formular as propostas de ensino e aprendizagem na escola”. (BARBOSA, 2011, p. 10).

Pode-se dizer que Dança e Educação Física são áreas de conhecimento com delimitações específicas, mas que possuem elementos em comum e também complementares por estarem relacionadas ao movimento humano. Por ser uma prática corporal social, a Dança é considerada, também, conteúdo da Educação Física. (BARBOSA, 2011, p. 11).

Surgem algumas indagações e a busca pelas respostas direcionaram esta pesquisa: que caminhos a dança percorreu na educação? Como a legislação promoveu o ensino da dança? Como a Educação Física entende a dança? Enfim, como a dança vem sendo desenvolvida na disciplina de Educação Física até a publicação da Base Nacional Comum Curricular? Como esse recente documento a apresenta?

Com isso, este artigo se caracteriza como uma pesquisa bibliográfica tendo como principal estudo a BNCC. Pretende-se discutir como a dança vem sendo desenvolvida durante todos esses anos pela escola e pela disciplina de Educação Física até a publicação do documento mais recente da educação, a BNCC. Com isso,

em um primeiro momento será traçada a trajetória histórica da Educação Física aqui no Brasil e como a dança percorreu esse processo; no segundo momento será apresentado como a dança está nos documentos norteadores da educação, e por fim, como na BNCC a dança pode ter a sua situação modificada como unidade temática do componente curricular Educação Física.

Neste sentido, este artigo se justifica por ser um tema atual e relevante e temos o intuito de ampliar a visão e motivar demais professores desta disciplina, mesmo que de forma singela, a buscar novos caminhos e conhecimentos para inserir de forma consciente o conteúdo de dança em suas aulas.

Educação Física e Dança - Trajetória Histórica

A educação brasileira como um todo transita por diversos processos históricos e ideológicos, assim, as concepções de homem, sociedade, escola, ensino-aprendizagem tiveram diferentes concepções em cada época histórica e na Educação Física não foi diferente.

Se observarmos a trajetória da Educação Física pela história, veremos que esta sofreu influências das mais diversas áreas como a médica, militar, esportivista e principalmente a das Ciências Naturais, ou seja, a Educação Física já se preocupou com a saúde e a higiene da população, se preocupou em preparar os homens para a guerra e o trabalho e as mulheres para a maternidade, já se preocupou também em formar atletas. Todas essas vertentes pela qual a Educação Física passou e ainda podemos encontrar hoje, faz do homem um ser essencialmente biológico. (CALEFI, 2009, p. 16- 17).

Se considerarmos todo esse percurso da Educação Física veremos que a dança permeou por todo o seu processo, mas em cada momento se deu de uma forma específica.

Segundo os Parâmetros Curriculares Nacionais PCNs (1997) a Educação Física no século XIX procurou favorecer “a educação do corpo, tendo como meta a constituição de um físico saudável e equilibrado organicamente, menos suscetível às doenças” (p.19). Sendo assim, o modelo europeu de disciplinar os corpos foi trazido ao Brasil, e com isso a dança passou a ser ensinada para as mulheres no ensino secundário

com o objetivo de promover exercícios físicos que eram sinônimos de boa saúde, além de possibilitar e preparar estas mulheres para a maternidade. A característica destas aulas de dança dá-se por exercícios calistênicos, com reprodução de gestos de forma harmônica e padronizada, ritmadas por uma música de fundo. (EHRENER; GALLARDO, 2005, p. 122).

Depois deste período que chamamos de higienista vamos à década de 1930, neste período o país passou por algumas mudanças significativas, como o processo de industrialização e urbanização e o estabelecimento do Estado Novo. A Educação Física acabou ganhando novas atribuições, “fortalecer o trabalhador, melhorando sua capacidade produtiva, e desenvolver o espírito de cooperação em benefício da coletividade” (BRASIL, 1997, p. 20).

A partir daí, o esporte passou a ocupar cada vez mais espaço nas aulas de Educação Física. O processo de esportivização da Educação Física escolar iniciou com a introdução do Método Desportivo Generalizado, que significou uma contraposição aos antigos métodos de ginástica tradicional e uma tentativa de incorporar esporte, que já era uma instituição bastante independente, adequando-o a objetivos e práticas pedagógicas. (BRASIL, 1997, p. 20).

Foi neste momento, que a dança perdeu o espaço na Educação Física sendo relegada aos momentos festivos do calendário escolar. A incorporação do esporte na Educação Física se consolidou definitivamente na década de 1970 quando houve um investimento nas diretrizes nacionalistas. Acreditava-se que as atividades esportivas poderiam melhorar a força de trabalho e levar ao “milagre econômico brasileiro”. Período de grande investimento em campanhas nacionalistas com o uso da Seleção Brasileira de Futebol na Copa do Mundo de 1970.

Nesse período, a criatividade, a expressão e o livre movimento foram totalmente excluídos e deram lugar para técnica e a aptidão física. Não teria como pensar a dança neste momento a não ser totalmente padronizada, por isso, não tinha mais espaço para ela nas escolas a não ser em momentos específicos.

Já na década de 1980, a Educação Física começou a sofrer uma crise de identidade, os pressupostos das diretrizes militaristas não deram os resultados esperados e começou a se pensar em uma Educação Física diferente, pautada em ajudar o desenvolvimento psicomotor do aluno. E a dança como fica nesse cenário?

Ainda como uma estratégia a fim de se atingir objetivos maiores, não é considerada como área de conhecimentos a serem explorados pelos alunos.

Portanto, a dança foi perdendo seu valor dentro da escola, deixou de representar uma cultura, um povo, enfim, deixou de ser um símbolo cultural e passou a ser um meio para melhorar a coordenação motora, lateralidade, noção de tempo e espaço, socializar os alunos, relaxar, conter a agressividade e principalmente se tornou sinônimo de festas. (CALEFI, 2009, p. 17).

Porém, foi neste período também que muitos estudiosos no assunto começam a retornar do exterior e trazem novos debates na área, assim,

As relações entre Educação Física e sociedade passaram a ser discutidas sob a influência das teorias críticas da educação: questionou-se seu papel e sua dimensão política. Ocorreu então uma mudança de enfoque, tanto no que dizia respeito à natureza da área quanto no que se referia aos seus objetivos, conteúdos e pressupostos pedagógicos de ensino e aprendizagem. No primeiro aspecto, se ampliou a visão de uma área biológica, reavaliaram-se e enfatizaram-se as dimensões psicológicas, sociais, cognitivas e afetivas, concebendo o aluno como ser humano integral. No segundo, se abarcaram objetivos educacionais mais amplos (não apenas voltados para a formação de um físico que pudesse sustentar a atividade intelectual), conteúdos diversificados (não só exercícios e esportes) e pressupostos pedagógicos mais humanos (e não apenas adestramento). (BRASIL, 1997, p. 21).

Contudo, a disciplina de Educação Física ganhou maior legitimidade no contexto escolar e conseqüentemente a dança passou a ter espaço nesta área, ainda que enfrentando diversas barreiras para ser efetivamente ensinada.

Enfim, é notório que a Educação Física escolar sofreu diversas influências, seus objetivos e propostas educacionais foram se modificando ao longo do tempo, porém, essas tendências ainda hoje influenciam a formação e atuação dos professores de Educação Física. Neste sentido, é importante que os profissionais ao longo da sua formação e atuação ampliem seus conhecimentos e sejam conscientes de suas ações.

Educação Física, Dança e Políticas Educacionais

Todo o sistema educacional brasileiro é regido por leis, e a lei maior é Lei de Diretrizes Bases da Educação Nacional (LEI Nº 9.394, DE 20 DE DEZEMBRO DE 1996) que teve a sua primeira versão publicada em 1961, nesta versão segundo o Artigo 22 a Educação Física era uma prática obrigatória nos cursos primários e médio até a idade de 18 anos.

aqui a obrigatoriedade da sua prática até os 18 anos se justificava pela compreensão de que era essa a idade na qual se dava o término do processo de instrução escolar e o ingresso no mercado de trabalho, cabendo a este último os cuidados com a manutenção da capacitação física do não mais educando, e sim, trabalhador. [...]. Porém, em 25 de julho de 1969, já durante o governo da chamada Ditadura Militar, o Decreto-lei nº 705 alterou a redação do artigo 22 da lei de 1961:

Art. 1º – Será obrigatória a prática da Educação Física em todos os níveis e ramos de escolarização, com predominância desportiva no ensino superior. (MONTEIRO, 2014, p. 6).

Neste período a Educação Física não passava de uma prática que deveria ocorrer nas escolas, conseqüentemente a dança também não teve seu espaço legitimado dentro desta área. Mas em 1996 foi promulgada outra versão da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, e no contexto histórico da época a Educação Física passou a ser um componente curricular obrigatório da Educação Básica claramente indicado no Artigo 26, se igualando aos componentes de matemática, português, ciências, história e geografia, ao menos teoricamente.

Como dito anteriormente, a Educação Física sofreu uma crise de identidade e chegou-se à conclusão de que no contexto escolar ela não deveria ser mais uma reprodutora de técnicas e produtora de aptidões físicas, mas sim buscar uma compreensão do movimento culturalmente construído.

Pressuposto, a fim de atender a essa “nova Educação Física” e deixá-la em consonância ao que se estabelecia a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira (LDB), em 1997 outros documentos foram publicados, cada componente curricular teve garantido um Parâmetro Curricular Nacional, mais conhecidos como PCN, estes documentos foram elaborados a fim de ser um instrumento de apoio para as discussões pedagógicas, elaboração de projetos educativos, planejamento de aulas, reflexão sobre a prática educativa e para a análise de materiais didáticos. Para tanto

este documento é dividido em duas partes, a primeira se refere ao 1º e 2º ciclos que é destinado a 1ª a 4ª série do ensino fundamental e a segunda parte se refere ao 3º e 4º ciclos da 5ª à 8ª série do ensino fundamental. Atualmente com nova nomenclatura 1º ao 5º ano do Ensino Fundamental e 6º ao 9º ano do Ensino Fundamental.

Estes documentos definem alguns objetivos gerais que deveriam ser alcançados ao longo do ensino fundamental, e objetivos específicos da Educação Física que estão em consonância com o ensino de temas transversais que perpassam por todos os componentes curriculares, sendo eles: ética, saúde, meio ambiente, orientação sexual, pluralidade cultural, trabalho e consumo.

Nos PCNs de Educação Física consta primeiro uma caracterização da área e explorou-se uma Educação Física como cultura corporal, delimitou-se os objetivos gerais da Educação Física para os ciclos e propôs uma forma de organização curricular desta disciplina em três blocos de conteúdos (Conhecimento sobre o próprio corpo; Esportes, jogos, lutas e ginásticas e Atividades rítmicas e expressivas), bem como alguns critérios de avaliação.

Nesse sentido, a presente proposta aborda a complexidade das relações entre corpo e mente num contexto sociocultural, tem como princípio a igualdade de oportunidades para todos os alunos e o objetivo de desenvolver as potencialidades, num processo democrático e não seletivo. Assim, nas aulas de Educação Física o professor deverá sempre contextualizar a prática, considerando as suas várias dimensões de aprendizagem, priorizando uma ou mais delas e possibilitando que todos seus alunos possam aprender e se desenvolver. (BRASIL, 1997, p. 58).

Dentre os blocos de conteúdos proposto pelo PCN estão as Atividades Rítmicas e Expressivas, este é o primeiro documento em que aparece a dança como um dos conteúdos da Educação Física, porém, faz uma ressalva ao professor, para buscar mais subsídios desse conteúdo nos PCN de Arte.

Neste bloco de conteúdos aparecem as manifestações da cultura corporal que se caracterizam por expressão e comunicação por meio gestos e estímulos sonoros gerando movimentos corporais, neste caso se refere às danças e as brincadeiras cantadas. Também se ressalta neste documento a importância de uma dança livre, criativa, sem movimentos estereotipados que busque “contribuir na adoção de atitudes de valorização e apreciação dessas manifestações expressivas” (BRASIL, 1998, p.73).

Este documento também propõe que os conteúdos deste bloco, assim como os demais, sejam abordados nas dimensões conceituais, procedimentais e atitudinais e lista como os conteúdos deste bloco deverão ser abordados nos quatro ciclos.

Porém, os PCNs não possuem força de lei, são apenas diretrizes separadas por disciplinas que orientam o trabalho pedagógico, por meio de referências curriculares. Para tanto, o Conselho Nacional de Educação a fim de cumprir com a Lei de Diretrizes e Bases publicou o [Parecer CNE/CEB nº 7/2010, aprovado em 7 de abril de 2010](#) e a [Resolução CNE/CEB nº 4, de 13 de julho de 2010](#) que instituiu por força de lei as Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais da Educação Básica (DCNs).

As DCNs como são conhecidas, são normas obrigatórias para a Educação Básica que orientam o planejamento curricular das escolas e dos sistemas de ensino, a fim de buscar a equidade de aprendizagem, garantindo que os conteúdos básicos sejam ensinados para todos os alunos independente de sua região ou contexto nas quais estejam inseridos. Cada estado e município ficou responsável em regime de colaboração de estabelecer as diretrizes mínimas a serem alcançadas na Educação Infantil, Ensino Fundamental e Médio. Foram as DCNs que também estabeleceram o ensino de nove anos para o Ensino Fundamental.

A partir das DCNs é que a Base Nacional Comum Curricular foi elaborada, esta por sua vez

tem por objetivo orientar os sistemas na elaboração de suas propostas curriculares, e normatiza um conjunto de aprendizagens essenciais que todo aluno da Educação Básica brasileira deve desenvolver, em conformidade com o que preceituam o Plano Nacional de Educação (PNE) e a Conferência Nacional de Educação (CONAE). (GASPARELO; KRONBAUER; GOMES, 2018. p. 32).

Ou seja, esses dois documentos se complementam, as DCNs dão a estrutura e a BNCC dá o detalhamento dos conteúdos e competências para serem alcançados pelos alunos durante cada etapa da Educação Básica.

Este documento busca superar a fragmentação das políticas educacionais e em conjunto com todas as esferas de governo garantir o acesso e a permanência de uma educação de qualidade, por meio de um patamar comum de aprendizagem, que deverá ser garantido por todas as redes e suas respectivas escolas nos seus currículos.

Visto isso, a BNCC traz novidades na forma como a aprendizagem deverá se consolidar, trazendo dez competências gerais que deverão ser asseguradas aos estudantes. No documento

competência é definida como a mobilização de conhecimentos (conceitos e procedimentos), habilidades (práticas, cognitivas e socioemocionais), atitudes e valores para resolver demandas complexas da vida cotidiana, do pleno exercício da cidadania e do mundo do trabalho. (BRASIL, 2018, p. 8).

Para garantir essas competências a BNCC apresenta cinco Áreas do Conhecimento que perpassam por todo o Ensino Fundamental, seja ele inicial ou final. São elas: Área de Linguagens; Matemática; Ciências da Natureza; Ciências Humanas e Ensino Religioso. Segundo o documento essas áreas “se intersectam na formação dos alunos, embora se preserve as especificidades e saberes próprios construídos e sistematizados nos diversos componentes” (p.27).

Outra novidade trazida pela BNCC é que cada área do conhecimento é composta por componentes curriculares, e a Educação Física passa a ser um componente curricular da Área de Linguagens juntamente com a Língua Portuguesa, Artes e Língua Inglesa. Nota se aqui um novo entendimento para a Educação Física conforme explica Darido et al (2017, p. 6):

A Educação Física está inserida na área de Linguagens, pois as práticas corporais presentes na cultura corporal de movimento se apresentam como textos culturais, permitindo produção, reprodução, leitura e interpretação. Os gestos constituem a linguagem corporal que possuímos e transformamos nos seios culturais, eles são responsáveis por expressar desejos, emoções, sentimentos e pela emissão e tradução de mensagens diversas.

Segundo a BNCC, as práticas corporais são divididas em seis unidades temáticas que deverão ser abordadas ao longo de todo o Ensino Fundamental, são elas: Brincadeiras e Jogos; Esportes; Danças; Ginásticas; Lutas e as Práticas Corporais de Aventura.

Com isso podemos inferir que atualmente por força de lei a dança deve ser ensinada nas escolas por meio do componente curricular de Educação Física e, também por meio do componente de Arte.

BNCC, Educação Física e Dança

Como dito anteriormente a Dança passou a ser uma unidade temática do componente curricular de Educação Física assim, este documento preconiza que:

a unidade temática Danças explora o conjunto das práticas corporais caracterizadas por movimentos rítmicos, organizados em passos e evoluções específicas, muitas vezes também integradas a coreografias. As danças podem ser realizadas de forma individual, em duplas ou em grupos, sendo essas duas últimas as formas mais comuns. Diferentes de outras práticas corporais rítmico-expressivas, elas se desenvolvem em codificações particulares, historicamente constituídas, que permitem identificar movimentos e ritmos musicais peculiares associados a cada uma delas. (BRASIL, 2018, p. 216).

Esta unidade temática, foi organizada em objetos de conhecimento “conforme a ocorrência social dessas práticas corporais, das esferas sociais mais familiares (localidade e região) às menos familiares (esferas nacional e mundial)” (p. 217). Por sua vez, para cada objeto de conhecimento foram definidas as habilidades a serem alcançadas privilegiando oito dimensões do conhecimento: experimentação; uso e apropriação; fruição; reflexão sobre a ação; construção de valores; análise; compreensão e protagonismo comunitário.

Para a primeira etapa do Ensino Fundamental (1º ao 5º ano) as habilidades são voltadas para o contexto cultural local e regional do aluno, se aproximando de seu cotidiano. Outra questão muito importante abordada nesta etapa são as danças de matriz indígena e africana reconhecendo-as como constituintes da cultura brasileira.

Assim, a dança se torna uma importante ferramenta de valorização e conhecimento cultural, permitindo os alunos um entendimento de suas próprias origens, e que consigam de forma respeitosa entender a dança como um ato prazeroso de felicidade que tem uma identidade própria. Para os anos seguintes, prevê-se a valorização dos diferentes tipos de dança existentes na cultura nacional, fazendo com que o aluno conheça as diferentes manifestações culturais brasileiras. (GASPARELO; KRONBAUER; GOMES, 2018. p. 43).

Para a etapa final do Ensino Fundamental (6º ao 9º ano) é proposto uma ampliação de repertório na qual os alunos têm contato com diferentes tipos de dança. Ou seja,

“nos anos anteriores a ênfase está nas descobertas corporais e na relação com elementos da cultura tradicional local, regional e nacional, nos últimos anos os alunos precisam desenvolver habilidades relativas às danças contemporâneas e a sua capacidade criadora”. (GASPARELO; KRONBAUER; GOMES, 2018. p. 44).

Segundo estes mesmos autores, fica evidente então que são abordados os “conhecimentos de elementos característicos de danças específicas, o reconhecimento das possibilidades corporais, experimentação de danças diferentes, e a capacidade de criar e recriar elementos coreográficos” (p.45). De forma que a dança seja contextualizada histórica e culturalmente relacionando “os alunos, seu corpo, o corpo do outro, seus gestos e a escola com o mundo em que se situam” (p. 45).

A dança mais do que qualquer outro conteúdo, justifica a presença da Educação Física na Área de Linguagens, visto que por meio dela podemos nos comunicar, além de produzir e reproduzir a cultura, nos permitindo entender que somos membros de uma sociedade, e é por meio dela que enxergamos que nossos movimentos estão cheios de significados importantes tanto para quem os produz, quanto para quem os interpreta. É importante salientar também, a ênfase dada às danças de matriz indígena e africana, no sentido de reconhecer a construção da nossa identidade.

Outra questão importante a se dizer, a dança presente neste documento, não exclui os passos codificados ou as coreografias prontas, mas caminha para além deles, leva o aluno a pensar sobre os mesmos e a modificá-los a fim de que no final do processo o aluno possa fruir desse produto cultural, produzido por ele e por outros.

É importante salientar também, que na BNCC os temas transversais não são propostos como nos PCN, não são discutidas questões de gênero e sexualidade tão claramente. Porém, no componente de Educação Física os alunos precisam discutir questões relacionadas a preconceitos e estereótipos. E especificamente na Unidade Temática de Dança é proposto uma discussão acerca da identificação de situações de injustiça e preconceitos tanto presentes, quanto geradas na/pela dança, assim, como discutir alternativas para superá-las. Destaca-se também que a BNCC prioriza a interdisciplinaridade em todas as áreas de conhecimento, e que estes temas transversais estão embutidos nas competências gerais que deverão ser alcançadas ao longo da Educação Básica.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Para um país considerado dançante e rico em festas e tradições em que a dança está presente, é até estranho pensar que a dança ainda não teve seu lugar legitimado no contexto escolar. Visto que já faz um certo tempo da publicação do primeiro documento que faz referência a dança na Educação Física enquanto conteúdo.

Porém, nota-se que com a BNCC a Dança teve um avanço significativo dentro deste contexto, por lei ela deve estar presente nas escolas, entretanto, ainda não é garantia de ter definitivamente a sua legitimidade dentro deste espaço. Muitas redes de ensino ainda não possuem o professor específico de Educação Física, ficando este componente a cargo do professor generalista, que não possui formação para o ensino da dança, assim como os demais conteúdos desta área. E embora muito se tenha avançado nos currículos de formação inicial de professores de Educação Física, estes ainda precisam quebrar diversas barreiras para efetivar esse conteúdo em suas aulas.

Contudo, espera-se que este documento seja um aliado do professor, e que seja amplamente utilizado para implementar a dança na escola e fugir do estereótipo que dança na escola limita-se a eventos comemorativos como festa junina.

Queremos ressaltar também, que a dança presente na escola pode complementar essa formação integral e humana que tanto buscamos, afinal, por meio da dança nosso corpo fala, revela emoções e sentimentos, tanto para aquele que dança quanto para aquele que a interpreta. Por meio dela produzimos cultura e apreciamos culturas.

Enfim, vamos continuar lutando por uma dança tratada como conhecimento, como conteúdo escolar que proporciona ao aluno os elementos necessários para a análise criteriosa da dança na sociedade, capaz de experimentar os mais diversos gestos e criar práticas de dança próprias da sua realidade.

REFERÊNCIAS

BARBOSA, E. A. **A Dança na Formação de Professores de Educação Física: saberes e conhecimentos na intervenção profissional** / Elisângela Almeida Barbosa. __ Cuiabá, 2011. 158f. Dissertação (Mestrado em Educação) –. Instituto de Educação - Universidade Federal de Mato Grosso. Disponível em:

<https://www1.ufmt.br/ufmt/unidade/userfiles/publicacoes/e01504d20ac674cde996f0e95a549019.pdf>. Acesso em: 22/10/2019 às 08:50h.

BRASIL. **Base Nacional Comum Curricular:** Educação Infantil e Ensino Fundamental. Brasília: MEC/Secretaria de Educação Básica, 2017.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação; Câmara de Educação Básica. Parecer nº 7, de 7 de abril de 2010. **Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Básica.** Diário Oficial da União, Brasília, 9 de julho de 2010, Seção 1, p. 10. Disponível em:

<http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=13448diretrizes-curriculares-nacionais-2013-pdf&Itemid=30192>. Acesso em: 11/03/2020 às 08:00h.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.** Lei número 9394, 20 de dezembro de 1996. 2 ° Ed. 2018.

BRASIL, Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros Curriculares Nacionais (1ª e 4ª série).** SEF: Brasília: MEC 1997. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/livro07.pdf>. Acessado em: 23/10/2019 as 09:47h.

BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros Curriculares Nacionais (5ª à 8ª série).** Terceiro e quarto ciclos, SEF: Brasília: MEC, 1998.

CALEFI, C. M. **Dança nas aulas de Educação Física na educação básica.** 2009. 61 folhas. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Educação Física - Licenciatura) – Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2009.

DARIDO, S. C. et al. **Práticas corporais:** educação física: 1º e 2º anos: manual do professor. 1. ed. São Paulo: Moderna, 2017.

EHERENBERG. M. C.; GALLARDO. J. S. P. Dança: conhecimento a ser tratado nas aulas de educação física escolar. **Motriz**, Rio Claro, v.11, n.2, p.121-126, mai./ago. 2005.

GASPARELO, A. C.; KRONBAUER, G. A.; GOMES, D. Arte e educação física: o caso da dança na escola. **EDUCA - Revista Multidisciplinar em Educação**, Porto Velho, v. 5, n. 10, p. 30-49, jan/abr, 2018. Disponível em: <<http://www.periodicos.unir.br/index.php/EDUCA/index>>. e-ISSN: 2359-2087.

MONTEIRO, F. **A Educação Física Escolar e LDB.** V SEMEF, 2014. Mesa 3. Disponível em:

[http://www.gpef.fe.usp.br/sefef%202014/Mesa%20Fabricio Monteiro - A EDUCA%C3%87%C3%83O F%C3%8DSICA ESCOLAR E A LDB.pdf](http://www.gpef.fe.usp.br/sefef%202014/Mesa%20Fabricio_Monteiro_-_A_EDUCA%C3%87%C3%83O_F%C3%8DSICA_ESCOLAR_E_A_LDB.pdf). Acessado em: 05/03/2020 às 08:00hs.

STRAZZACAPPA. M. Dança na Educação – Discutindo Questões Básicas e Polêmicas. **Pensar a Prática (UFG)**, Goiania, v. 6, p. 73-85, 2003.

Capítulo 5

ATENÇÃO BÁSICA À SAÚDE COMO ESTRATÉGIA DE COMBATE A DOENÇAS CRÔNICAS NÃO TRANSMISSÍVEIS NO BRASIL: UMA REVISÃO DE LITERATURA

Leandro José da Silva

Aline Ribeiro Ferreira

Karla Karolaine Silva de Carvalho

Alaíde Amanda da Silva

ATENÇÃO BÁSICA À SAÚDE COMO ESTRATÉGIA DE COMBATE A DOENÇAS CRÔNICAS NÃO TRANSMISSÍVEIS NO BRASIL: UMA REVISÃO DE LITERATURA

Leandro José da Silva

Nutricionista pelo Centro Universitário Tabosa de Almeida – ASCES-UNITA, Pós-graduando em Nutrição Clínica, Metabolismo, Prática e Terapia Nutricional pela FAVENI. leo.silva186@gmail.com.

Aline Ribeiro Ferreira

Nutricionista pelo Centro Universitário UNIFAVIP, Pós-graduanda em Nutrição Clínica e Funcional pela Faculdade Integrada de Brasília - FABRAS, aline_ferreira94@outlook.com.

Karla Karolaine Silva de Carvalho

Nutricionista, pelo Centro Universitário UNIFAVIP, Pós-graduanda em Nutrição Clínica, Metabolismo, Prática e Terapia Nutricional pela FAVENI. karlakarolaine5@gmail.com.

Alaíde Amanda da Silva

Nutricionista pela Universidade Federal de Campina Grande, especialização em Atenção Básica/ Saúde da Família, pela Residência Multiprofissional da ASCES-UNITA. alaideamandanutri@gmail.com.

Resumo:

INTRODUÇÃO: O Brasil, seguindo uma tendência mundial, tem passado por processos de transição demográfica, epidemiológica e nutricional, resultando em alterações nos padrões de ocorrência de patologias, com elevação significativa da prevalência das doenças crônicas não transmissíveis (DCNTs). Nesse contexto, a Atenção Básica à Saúde (ABS) se caracteriza como a principal estratégia na prevenção e no combate a esses agravos, sobretudo por ser o primeiro nível de assistência e se caracterizar pelo conjunto de ações, em âmbito individual e coletivo, abrangendo a promoção e a proteção da saúde. **OBJETIVO:** Verificar e analisar as ações de saúde realizadas na Atenção Básica, e sua estratégia organizacional

referente aos fluxos de serviços relacionados as Doenças Crônicas Não Transmissíveis. **METODOLOGIA:** Trata-se de uma revisão de literatura narrativa, com a busca de artigos acadêmicos em português publicados no período de 2016-2021 que abordassem a ABS e as estratégias do Brasil na vigilância, prevenção e controle de DCNTs. Foram excluídos os artigos incompletos e repetidos e coletados artigos com base nos descritores “Atenção Básica à Saúde”, “Doenças Crônicas Não Transmissíveis”, “promoção da saúde” e “Sistema Único de Saúde” nos sites de busca de trabalhos acadêmicos Lilacs, Scielo e Biblioteca Virtual em Saúde (BVS). **RESULTADOS E DISCUSSÃO:** Neste estudo foram encontrados 9 artigos relacionados ao tema, após análise, 5 foram escolhidos. Os artigos utilizados tiveram como objetivo avaliar as ações desenvolvidas e as dificuldades enfrentadas por profissionais de saúde na ABS referentes as DCNTs. Existem inúmeros indicadores que servem como base para a avaliação das políticas de atenção primária em um País. No Brasil, o Ministério da Saúde estabeleceu uma lista com 20 grupos de patologias e agravos que, se tratadas de forma adequada e prematura na atenção primária, evitariam internações. O ICSAB (Internações por Condições Sensíveis à Atenção Básica), o indicador mede a proporção das internações mais sensíveis em relação ao total de internações clínicas realizadas para residentes de um determinado município. Este indicador obteve entre os períodos de 2001 a 2016 uma redução de 45% (de 120 para 66 internações por 10.000 habitantes). Para Pinto e Giovanella, apesar de ser difícil e de certa forma impossível isolar os efeitos da atenção básica, é de se esperar que a atenção primária tenha um papel de protagonismo no resultado do indicador. A abordagem integral dos indivíduos e o primeiro contato e intervenção longitudinal, atributos primordiais na APS, são reconhecidos como as respostas mais adequadas e efetivas aos desafios de morbidades, em especial para acompanhamento dos portadores de DCNTs. **CONSIDERAÇÕES FINAIS:** Contudo, destaca-se que as atividades, tanto as coletivas quanto as individuais de educação em saúde promovidas pelos profissionais da ABS, caracterizam-se como uma ferramenta importante de combate e controle das doenças crônicas não transmissíveis. É possível apontar também a ABS como o nível de atenção à saúde com o maior potencial de desenvolvimento de ações de promoção de saúde, sobretudo por visar a integralidade do cuidado e tendo como um dos objetivos o fortalecimento da autonomia do paciente nesse processo. **Palavras-chave:** Atenção Básica à Saúde. Doenças Crônicas Não Transmissíveis. Promoção da Saúde. Sistema Único de Saúde.

Abstract:

Introduction: Brazil, following a global trend, has gone through processes of demographic, epidemiological and nutritional transition, resulting in changes in the patterns of occurrence of pathologies, with a significant increase in the prevalence of chronic non-communicable diseases (NCDs). In this context, Primary Health Care (ABS) is characterized as the main strategy in preventing and combating these diseases, mainly because it is the first level of care and is characterized by a set of actions, at an individual and collective level, covering the health promotion and protection. **Objective:** To verify and analyze the health actions carried out in Primary Care, and its organizational strategy regarding the flows of services related to Chronic Non-Communicable Diseases. **Methodology:** This is a narrative literature review, with the search for academic articles in Portuguese published in the period 2016-2021 that addressed ABS and Brazilian strategies in the surveillance, prevention and control of NCDs. Incomplete and repeated articles were excluded and articles were collected

based on the descriptors “Primary Health Care”, “Non-Communicable Chronic Diseases”, “health promotion” and “Unified Health System” on the search engines for academic papers Lilacs, Scielo and the Virtual Health Library (VHL). **Results and discussion:** In this study, 9 articles related to the topic were found, after analysis, 5 were chosen. The articles used aimed to evaluate the actions developed and the difficulties faced by health professionals in the ABS regarding CNCDs. There are numerous indicators that serve as a basis for the evaluation of primary care policies in a country. In Brazil, the Ministry of Health established a list of 20 groups of pathologies and diseases that, if treated properly and prematurely in primary care, would prevent hospitalizations. The ICSAB (Admissions for Sensitive Conditions to Primary Care), the indicator measures the proportion of the most sensitive hospitalizations in relation to the total clinical hospitalizations performed for residents of a given municipality. This indicator obtained a reduction of 45% between the periods from 2001 to 2016 (from 120 to 66 hospitalizations per 10,000 inhabitants). For Pinto and Giovanella, although it is difficult and to some extent impossible to isolate the effects of primary care, it is to be expected that primary care will play a leading role in the result of the indicator. The integral approach of individuals and the first contact and longitudinal intervention, essential attributes in PHC, are recognized as the most adequate and effective responses to the challenges of morbidities, especially for the follow-up of patients with NCDs. **Final considerations:** However, it is noteworthy that the activities, both collective and individual, of health education promoted by ABS professionals, are characterized as an important tool for combating and controlling chronic non-communicable diseases. It is also possible to point to PHC as the level of health care with the greatest potential for the development of health promotion actions, mainly because it aims at comprehensive care and having as one of the objectives the strengthening of the patient's autonomy in this process.

Keywords: Primary Health Care. Non-Communicable Chronic Diseases. Health Promotion. Unified Health System.

INTRODUÇÃO

Antes da criação do Sistema Único de Saúde, garantido pela Constituição Federal em 1988 e regulamentado pelas leis orgânicas de saúde 8.080 e 8.142 de 1990, o Ministério da Saúde (MS) desenvolvia quase que exclusivamente ações de promoção da saúde e prevenção de doenças com ênfase para as campanhas de vacinação e controle de endemias, com apoio dos estados e dos municípios. O acesso a serviços de saúde no Brasil era dividido basicamente entre três grupos: os que podiam pagar diretamente pelos serviços médicos; os trabalhadores segurados com acesso à rede de Previdência Social; e a população rural e pobre, sem direito explícito e pouco ou quase nenhum acesso a assistência médica individual (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2005).

Após importantes mobilizações sociais, lideradas por várias classes da população brasileira e movimentos para uma reforma sanitária, ocorreu a VIII

Conferência Nacional de Saúde e aprovação do texto da Constituição Federal de 1988, que definiu “saúde como direito de todos e dever do Estado”, visando promover o acesso universal e igualitário às ações e serviços para promoção, proteção da saúde assim como sua recuperação e a prevenção de doenças (CATARINO, 2020). A rede que abrange o SUS é ampla e inclui ações e serviços de saúde organizados em três níveis: a Atenção Primária à Saúde (APS) ou Atenção Básica (AB), Atenção Secundária à Saúde (ASS) e Atenção Terciária à Saúde (ATS) (MENDES, 2010). Quando comparada com as outras duas, a APS se diferencia na dedicação aos problemas mais frequentes e na fase inicial, caracterizando-se por estar mais próxima da vida das pessoas (CATARINO, 2020).

Segundo o Ministério da Saúde (2012), a Atenção Básica é o primeiro nível de assistência e se caracteriza pelo conjunto de ações, em âmbito individual e coletivo, abrangendo a promoção e a proteção da saúde, a prevenção de agravos, o diagnóstico, o tratamento, a reabilitação, a redução de danos e a sua manutenção, com o objetivo de desenvolver uma atenção integral que impacte positivamente na situação de bem-estar das coletividades.

Em relação aos grandes marcos da AB no Brasil, nos primeiros anos do Sistema Único de Saúde, encontram-se o Programa de Agentes Comunitários de Saúde (PACS), em 1991, e o Programa de Saúde da Família, hoje nomeado Estratégia de Saúde da Família (ESF), em 1994, os quais se constituíram nas principais estratégias para organização das ações de Atenção Básica e para a publicação da Política Nacional de Atenção Básica (PNAB) em 2006 (JAIME et.al, 2011). Ambos têm o objetivo de reorganizar a ABS para que se concentrem nas famílias e nas comunidades a fim de integrar a assistência médica com a promoção de saúde através das ações individuais e coletivas (PAIM et. al, 2011).

O Brasil, seguindo uma tendência mundial, tem passado por processos de transição demográfica, epidemiológica e nutricional desde a década de 60, resultando em alterações nos padrões de ocorrência de patologias, com elevação significativa da prevalência das Doenças Crônicas Não Transmissíveis (DCNTs). Esse aumento se dá por predisposições genéticas, entrelaçadas a um estilo de vida inadequado (MALTA et. al, 2006). As doenças cardiovasculares, os cânceres, as doenças respiratórias crônicas e o diabetes se configuram como as principais doenças crônicas não transmissíveis, sendo responsáveis, em 2016, por 56,9% do total de óbitos na

população de 30 a 69 anos segundo dados da Secretaria de Vigilância em Saúde do MS em 2018 (MALTA et. al, 2019).

Entre os fatores de risco modificáveis mais comuns no desenvolvimento de doenças, o consumo excessivo de sal, alimentos gordurosos e bebidas alcoólicas, o tabagismo e inatividade física estão entre os fatores relacionados com o aumento do risco de DCNTs, segundo o Ministério da Saúde (2017). Tendo em vista que para colaborar na redução desses fatores de risco modificáveis a oferta de ações preventivas e de promoção de saúde vêm sendo consideradas estratégicas ao longo dos últimos anos, a Atenção Básica é a principal ferramenta no desenvolvimento e ofertas dessas ações (DAMICO, 2013; GOMES et. al, 2014).

Dessa forma, o estudo tem o objetivo de verificar e analisar as ações de saúde realizadas na Atenção Básica, e sua estratégia organizacional referente aos fluxos de serviços relacionados as Doenças Crônicas Não Transmissíveis. Justifica-se pela importância do monitoramento dessas ações, que serve como base no planejamento de políticas públicas e de investimentos na Atenção Básica.

METODOLOGIA

Trata-se de uma revisão de literatura narrativa, que se propõe a descrever o desenvolvimento do assunto mediante a análise e interpretação da produção científica existente, com relação a importância da Atenção Básica no planejamento estratégico de combate a Doenças Crônicas Não Transmissíveis. Buscaram-se artigos acadêmicos em português publicados no período de 2016-2021 que abordassem a Atenção Básica à Saúde e as estratégias do Brasil na vigilância, prevenção e controle de doenças crônicas não transmissíveis. Foram excluídos os artigos incompletos e repetidos. Foram coletados artigos com base nos descritores “Atenção Básica à Saúde”, “Doenças Crônicas Não Transmissíveis”, “promoção da saúde” e “Sistema Único de Saúde” nos sites de busca de trabalhos acadêmicos Lilacs, Scielo e Biblioteca Virtual em Saúde (BVS).

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Neste estudo foram encontrados 9 artigos relacionados ao tema, após análise, 5 foram escolhidos, pois se adequavam aos critérios estabelecidos na metodologia. Os artigos utilizados tiveram como objetivos avaliar as ações desenvolvidas e as

dificuldades enfrentadas por profissionais de saúde na Atenção Básica referentes as Doenças Crônicas Não Transmissíveis (Quadro 1).

QUADRO 1 – Artigos utilizados na presente pesquisa de acordo com o objetivo, método e conclusão, publicados no período de 2016 a 2021

AUTORES/ ANO	TÍTULO	OBJETIVO	MÉTODO	CONCLUSÃO
Oliveira, Souza, Morais/2019	Enfrentamento das doenças crônicas não transmissíveis na atenção primária à saúde em Goiás: estudo descritivo, 2012 e 2014	Comparar as ações realizadas pela ABS para atenção às pessoas com DCNTs em Goiás, Brasil, entre os anos de 2012 e 2014.	Estudo descritivo, com base nos dados do Programa Nacional de Melhoria do Acesso e da Qualidade da Atenção Básica (PMAQ-AB). Foram comparadas as proporções de equipes que executavam ações de enfrentamento das DCNTs, entre os ciclos I e II do PMAQ-AB.	Os dados indicam fortalecimento das ações de enfrentamento das DCNTs pela ABS em Goiás, no decorrer dos dois momentos analisados.
Pinto, Giovanella/2018	Do Programa à Estratégia Saúde da Família: expansão do acesso e redução das internações por condições sensíveis à atenção	Avaliar os efeitos da implementação da Estratégia de Saúde da Família ao longo das duas últimas décadas no Brasil, demonstrando	Estudo ecológico de série temporal com dados secundários referentes ao número de equipes implantadas de saúde da família e a	O estudo aponta a contribuição da ESF na redução internações por condições sensíveis à atenção básica (ICSAB), sobretudo na melhoria do acompanhamento

	básica (ICSAB)	o acesso proporcionado e a tendência das internações por condições sensíveis à atenção básica	redução das ICSAB no SUS de 2001 a 2016	o das condições crônicas, no aprimoramento do diagnóstico e na facilidade do acesso aos medicamentos
Santos et al./2020	Qualidade da atenção aos pacientes com Diabetes Mellitus no Programa Mais Médicos, em um município da região metropolitana do Recife (PE), Brasil	Avaliar a qualidade da atenção aos pacientes com diabetes em ESF ligadas ao Programa Mais Médicos.	Trata-se de um estudo quantitativo, com delineamento transversal, realizado no município de Goiana (PE), no período de novembro de 2016 a agosto de 2017, por meio de entrevistas entre médicos e usuários.	Os resultados sugerem que o PMM vem contribuindo para a melhoria do atendimento à população estudada, não só pelo aumento da cobertura, mas também pelos altos escores de qualidade apresentados por importantes atributos da APS em combate a DCNTs.
Pereira, Santos e Uehara/ 2020	Efeito da Estratégia Saúde da Família na redução de internações por doenças crônicas não transmissíveis.	Analisar o perfil de internações por Doenças Crônicas Não Transmissíveis (DCNT) e sua relação com a cobertura da Estratégia Saúde da Família (ESF).	Estudo descritivo, exploratório e de abordagem quantitativa, realizado em São Carlos-SP, no período de 2016 a 2018. As informações foram coletadas no sistema e-SUS e nas fichas de Autorizações de Internação	Evidencia que as taxas de internação por dor no peito, insuficiência cardíaca, diabetes e hipertensão diminuíram, sobretudo entre 2017 e 2018, quando houve ampliação da cobertura de ESF.

			Hospitalar. Os dados foram analisados por meio da estatística descritiva.	
Suplici et al./2021	Mortalidade prematura por doenças crônicas não transmissíveis e cobertura da atenção básica: análise dos indicadores.	Avaliar a taxa de mortalidade prematura por doenças crônicas não transmissíveis (DCNT) e sua associação com a cobertura populacional pelas equipes de Atenção Básica nos municípios de Santa Catarina.	Estudo transversal com base nos dados secundários do banco de dados oficiais do Estado. Utilizando os indicadores de mortalidade prematura por DCNT e cobertura populacional pelas equipes de Atenção Básica nos anos 2017 e 2018	Apontou um aumento nas taxas de mortalidade prematura por DCNT e redução na cobertura populacional pelas equipes de Atenção Básica, embora sejam necessários outros estudos para uma associação significativa entre esses indicadores

Fonte: Elaborada pelo autor (2021).

Com objetivo de incentivar gestores e equipes a melhorar a qualidade dos serviços de saúde oferecidos pela ABS aos cidadãos em determinado território, o Programa Nacional de Melhoria do Acesso e da Qualidade da Atenção Básica (PMAQ-AB), propõe um conjunto de estratégias que qualificam o acompanhamento e avaliação do trabalho das equipes de saúde nas UBS (PINTO, SOUZA, FERLA, 2014).

Para Oliveira; Souza e Moraes (2019), que analisaram as ações de combate a DCNTs utilizadas pelas equipes de saúde no estado de Goiás que aderiram aos dois primeiros ciclos do PMAQ-AB, houve um aumento da promoção do autocuidado para doenças crônicas e de promoção de práticas corporais e/ou atividade física entre os usuários, essas ações buscavam promover a diminuição dos fatores de riscos para o desenvolvimento de DCNTs. Embora apresente algumas limitações, como os critérios

de seleção das equipes e os instrumentos de avaliação nos dois ciclos analisados, para os autores, o estudo aponta evidências dos avanços importantes no enfrentamento das DCNTs pela ABS em Goiás entre os dois ciclos do PMAQ-AB e demonstra a importância de um esforço para que todas as atividades dirigidas sejam realizadas na sua integralidade pelas equipes multiprofissionais na Estratégia Saúde da Família e na Atenção Primária à Saúde.

Existem inúmeros indicadores que servem como base para a avaliação das políticas de atenção primária em um País. No Brasil, o Ministério da Saúde estabeleceu uma lista com 20 grupos de patologias e agravos que, se tratadas de forma adequada e prematura na atenção primária, evitariam internações. Conhecido como ICSAB (Internações por Condições Sensíveis à Atenção Básica), o indicador mede a proporção das internações mais sensíveis em relação ao total de internações clínicas realizadas para residentes de um determinado município. Este indicador obteve entre os períodos de 2001 a 2016 uma redução de 45% sendo de 120 para 66 internações por 10.000 habitantes (PINTO, GIOVANELLA, 2018).

Entre os agravos de saúde classificados como ICSAB, destacam-se as doenças cardiovasculares e respiratórias. Para Pinto e Giovanella (2018), apesar de ser difícil e de certa forma impossível isolar os efeitos da atenção básica, é de se esperar que a atenção primária tenha um papel de protagonismo no resultado da redução de internações por condições sensíveis a saúde, sobretudo pelo avanço da cobertura das ESF. A abordagem integral dos indivíduos e o primeiro contato e intervenção longitudinal, atributos primordiais na APS, são reconhecidos como as respostas mais adequadas e efetivas aos desafios de morbididades, em especial para acompanhamento dos portadores de DCNTs.

Corroborando com esses achados, Santos e colaboradores (2020), por meio de um estudo quantitativo com o objetivo de avaliar o Programa Mais Médicos (PMM) e sua contribuição junto a ESF ao cuidado com portadores de Diabetes Mellitus, evidenciou que o programa vem contribuindo para um melhor atendimento aos pacientes com diabetes bem como a portadores de doenças crônicas. O PMM foi criado em 2013 com o objetivo de melhorar os atendimentos aos usuários do SUS e levar mais profissionais médicos a regiões distante dos grandes centros urbanos.

Em um outro estudo, Pereira, Santos e Uehara (2020), apontaram uma redução nas taxas de internação proveniente de doenças crônicas, em especial insuficiência cardíaca, diabetes e hipertensão, sobretudo decorrente da ampliação da Estratégia de Saúde da Família em São Carlos, município de São Paulo. Em contrapartida, as internações por DCNTs foram maiores entre os usuários residentes em áreas da cidade que não possuíam ESF. Serviram como base os dados coletados no e-SUS e nas fichas de Autorizações de Internação Hospitalar da Secretaria de Saúde, referente ao período de 2016 a 2018. A comparação entre os dados permite concluir que os investimentos na APS, no sentido de garantir o acesso a um maior número de pessoas à ESF e evitar complicações, são determinantes para a redução nos números dessas internações.

Para Suplici et al. (2021) que tentaram apontar essa relação por meio de estudo ecológico transversal realizado com base no banco de dados oficiais da Diretoria de Vigilância Epidemiológica do Estado de Santa Catarina entre os anos 2017 e 2018 sendo objeto de estudo todos os seus 295 municípios do estado, o aumento das taxas de mortalidade prematura por DCNT no período estudado e a redução da cobertura populacional pelas equipes de Atenção Básica não teve associação com o aumento da taxa de mortalidade por DCNT. Embora o estudo indique não relação, os autores ressaltam que o modelo de AB, a avaliação das ações realizadas pelas equipes das ESF e os determinantes sociais de saúde são fatores importantes a serem considerados na redução da taxa de mortalidade por DCNT, justificando a necessidade de mais estudos que evidenciem ou não essa associação.

Por fim, um dos parâmetros que deve ser considerado na análise do cenário das DCTNs no país, é o Plano de Ações Estratégicas para Enfrentamento das Doenças Crônicas não Transmissíveis Brasil 2011-2022, que estabeleceu os compromissos, as ações e investimentos necessários para enfrentar e deter as DCTN e seus fatores de risco, englobando diretrizes e ações em três eixos bases: Vigilância, Informação e Monitoramento; Promoção da Saúde; e Cuidado Integral. Como a maioria das metas não deverão ser atingidas até 2022, resultado da crise econômica, dos cortes de gastos na saúde aprovados para os próximos 20 anos e da falta de medidas regulatórias, o ministério da Saúde criou em 2021 um novo plano dessa vez intitulado: Plano de Ações Estratégicas para Enfrentamento das Doenças Crônicas e

Agravos não Transmissíveis no Brasil 2021-2030 (MALTA et, al., 2019; MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2021).

O novo documento tem como objetivo reafirmar e ampliar as propostas e ações no enfrentamento DCTNs e a promoção de saúde, e teve como ponto de partida o balanço do plano anterior, identificando avanços e desafios em relação às metas propostas em 2011 e nos novos direcionamentos da sua implementação no Brasil (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2021).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante da análise dos estudos selecionados, observou-se que em regiões onde a atenção básica e a estratégia de saúde da família são fortalecidas, os números de mortes por DCNTs tiveram uma tímida redução, embora sejam necessários mais estudos para apontar uma relação efetiva entre os indicadores. Porém, destaca-se que as atividades, tanto as coletivas quanto as individuais de educação em saúde promovidas pelos profissionais da ABS, caracterizam-se como uma ferramenta importante de combate e controle das doenças crônicas não transmissíveis. É possível apontar também a ABS como o nível de atenção à saúde com o maior potencial de desenvolvimento de ações de promoção de saúde, sobretudo por visar a integralidade do cuidado e tendo como um dos objetivos o fortalecimento da autonomia do paciente nesse processo.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério da Saúde, Secretaria de Vigilância em Saúde. Vigitel Brasil 2016: vigilância de fatores de risco e proteção para doenças crônicas por inquérito telefônico. Brasília: Ministério da Saúde; 2017.

BRASIL. Ministério da Saúde. A vigilância, o controle e a prevenção das doenças crônicas não-transmissíveis : DCNT no contexto do Sistema Único de Saúde brasileiro / Brasil. Ministério da Saúde – Brasília : **Organização Pan-Americana da Saúde**, 2005.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Política Nacional de Atenção Básica**. Brasília: Ministério da Saúde, 2012. (Série E. Legislação em Saúde).

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. Departamento de Análise em Saúde e Vigilância de Doenças Não Transmissíveis. Plano de Ações

Estratégias para o Enfrentamento das Doenças Crônicas e Agravos não Transmissíveis no Brasil, 2021-2030. Brasília: Ministério da Saúde, 2021.

CATARINO, Caroline Muniz. Ações de promoção da saúde para adultos e idosos e o uso dos serviços de saúde na Atenção Básica: um estudo retrospectivo. 2020.

DAMICO, José Geraldo Soares; KNUTH, Alan Goulart. O des (encontro) das práticas corporais e atividade física: hibridizações e borramentos no campo da saúde. **Movimento**. Vol. 20, n. 1. (jan/mar de 2014), p. 329-350, 2014.

GOMES, Grace Angélica de Oliveira et al. Characteristics of physical activity programs in the Brazilian primary health care system. **Cadernos de saúde publica**, v. 30, p. 2155-2168, 2014.

JAIME, Patrícia Constante et al. Ações de alimentação e nutrição na atenção básica: a experiência de organização no Governo Brasileiro. **Revista de Nutrição**, v. 24, p. 809-824, 2011.

MALTA, Deborah Carvalho et al. A construção da vigilância e prevenção das doenças crônicas não transmissíveis no contexto do Sistema Único de Saúde. **Epidemiologia e serviços de saúde**, v. 15, n. 3, p. 47-65, 2006.

MALTA, Deborah Carvalho et al. Avaliação do alcance das metas do plano de enfrentamento das doenças crônicas não transmissíveis no Brasil, 2011-2022. **Anais do Instituto de Higiene e Medicina Tropical**, n. supl. 1, p. 9-16, 2019.

MALTA, Deborah Carvalho et al. Probabilidade de morte prematura por doenças crônicas não transmissíveis, Brasil e regiões, projeções para 2025. **Revista Brasileira de Epidemiologia**, v. 22, p. e190030, 2019.

MENDES, Eugênio Vilaça. As redes de atenção à saúde. **Ciência & saúde coletiva**, v. 15, p. 2297-2305, 2010.

OLIVEIRA, Júlio Henrique de; SOUZA, Marta Rovey de; MORAIS, Otaliba Libânio de. Enfrentamento das doenças crônicas não transmissíveis na atenção primária à saúde em Goiás: estudo descritivo, 2012 e 2014. **Epidemiologia e Serviços de Saúde**, v. 29, 2020.

PAIM, Jairnilson Silva et al. O sistema de saúde brasileiro: história, avanços e desafios. 2011.

PEREIRA, Helena Nayara Santos; DE OLIVEIRA SANTOS, Rebeca Isis; UEHARA, Sílvia Carla da Silva André. Efeito da Estratégia Saúde da Família na redução de internações por doenças crônicas não transmissíveis. **Revista Enfermagem UERJ**, v. 28, p. 49931, 2020.

PINTO, Hêider Aurélio; SOUSA, Allan Nuno Alves de; FERLA, Alcindo Antônio. O Programa Nacional de Melhoria do Acesso e da Qualidade da Atenção Básica: várias faces de uma política inovadora. **Saúde em Debate**, v. 38, p. 358-372, 2014.

PINTO, Luiz Felipe; GIOVANELLA, Ligia. Do Programa à Estratégia Saúde da Família: expansão do acesso e redução das internações por condições sensíveis à atenção básica (ICSAB). **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 23, p. 1903-1914, 2018.

SANTOS, Maria da Penha Rodrigues dos et al. Qualidade da atenção aos pacientes com Diabetes Mellitus no Programa Mais Médicos, em um município da região metropolitana do Recife (PE), Brasil. **Saúde em Debate**, v. 44, p. 384-399, 2020.

SUPLICI, Samara Eliane Rabelo et al. Mortalidade prematura por doenças crônicas não transmissíveis e cobertura da atenção básica: análise dos indicadores. **Revista de Enfermagem da UFSM**, v. 11, p. 24, 2021.

Capítulo 6

UM ENFOQUE ORIENTADO AOS ATORES: A “HERMENÊUTICA DAS EMERGÊNCIAS” E OS “CONTRAMOVIMENTOS” AO DESENVOLVIMENTO RURAL NA AMAZÔNIA BRASILEIRA

Cleoson Moura dos Reis

Clério Plein

Dirceu Basso

UM ENFOQUE ORIENTADO AOS ATORES: A “HERMENÊUTICA DAS EMERGÊNCIAS” E OS “CONTRAMOVIMENTOS” AO DESENVOLVIMENTO RURAL NA AMAZÔNIA BRASILEIRA

Cleoson Moura dos Reis

Graduado em Agronomia pelo Instituto Federal do Pará, mestrado em Desenvolvimento Rural Sustentável pela Universidade Estadual do Oeste do Paraná e doutorando em Desenvolvimento Rural pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul. E-mail: cleosonmoura@gmail.com.

Clério Plein

Doutor em Desenvolvimento Rural pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul e professor adjunto da Universidade Estadual do Oeste do Paraná. E-mail: clerioplein@gmail.com.

Dirceu Basso

Doutor em Desenvolvimento Rural pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul e professor dos programas de pós-graduação em Políticas Públicas da Universidade Federal da Integração Latino-Americana e em Desenvolvimento Rural Sustentável da Universidade Estadual do Oeste do Paraná. E-mail: Dirceu.basso@unila.edu.br.

Resumo: O objetivo deste texto consiste em aproximações teóricas que circunscrevem as capacidades dos atores tecendo dinâmicas sociais e econômicas em ambientes imersos a hostilidades e contextos adversos, articulado a partir da ideia da “hermenêutica das emergências” e os “contramovimentos” ao desenvolvimento rural, fazendo referências ao contexto da Amazônia brasileira. Recorre-se a uma abordagem orientado aos atores de Norman Long, mobilizando conceitos que contribuam para o entendimento de ator social, a capacidade de agência, entre outros. Será extremamente relevante a contribuição teórica da perspectiva dos “contramovimentos” de Karl Polanyi e da “hermenêutica das emergências” de Boaventura de Sousa Santos, como a construção social de dinâmicas que materializam estratégias de desenvolvimento rural, com autonomia e liberdade dos atores. Além disso, o texto aponta para o cooperativismo solidário enquanto uma ferramenta dos atores na sociabilidade nos mercados, por não embarcar na busca única e exclusiva pelo lucro posto pelo sistema capitalista, mas compreendendo o

equilíbrio em ganhos econômicos, sociais, ambientais, o enfoque regional e da sustentabilidade.

Palavras-chave: Economia Solidária. Cooperativismo. Desenvolvimento Rural. Contramovimentos. Hermenêuticas das Emergências.

Abstract: The objective of this text consist of theoretical approaches that circumscribe the capacities of the actors weaving social and economic dynamics in environments immersed in hostilities and adverse contexts, articulated from the idea of the “hermeneutics of emergencies” and the “countermovements” to rural development, making references to the context of the Brazilian Amazon. An approach oriented to Norman Long actors is used, mobilizing concepts that contribute to the understanding of the social actor, the capacity for agency, among others. The theoretical contribution from the perspective of Karl Polanyi “countermovements” and the “hermeneutics of emergencies” by Boaventura de Sousa Santos will be extremely relevant, such as the social construction of dynamics that materialize rural development strategies, with autonomy and freedom for the actors. In addition, the text points to solidarity cooperativism as a tool of the actors in sociability in the markets, for not embarking on the unique and exclusive search for the profit put by the capitalist system, but understanding the balance in economic, social, environmental gains, the regional approach and sustainability.

Keywords: Solidarity Economy. Cooperativism. Rural Development. Countermovements. Hermeneutics of Emergencies.

INTRODUÇÃO

O recente desenvolvimento da Amazônia brasileira reflete ações e estratégias que remetem ao seu processo de integração a economia nacional, o Programa de Integração Nacional (PIN), tendo iniciado em meados da década de 1960. De acordo com Lira, Silva e Pinto (2009), os pressupostos que orientam tal inserção estão fundamentados na reprodução do capital em escala nacional, ou seja, articulado as demandas e as anomalias do modelo desenvolvimentista do Estado brasileiro.

Neste aspecto, a Amazônia passa a ser entendida como objeto de planejamento e configurar diversas transformações, motivadas pelo universo de riquezas naturais e os extensos vazios demográfico, vislumbrado pelos governos militares como a oportunidade para solucionar amplamente as questões econômica, sociais e geopolíticas. De acordo com Carvalho et al. (2013), no centro das estratégias de desenvolvimento, constam investimentos em infraestrutura, como as rodovias, usinas hidrelétricas, indução da colonização planejada, além de incentivos fiscais para estimular e alavancar as atividades econômicas, principalmente a pecuária em larga escala e a agricultura.

No entanto, a realização destes projetos na Amazônia, apresentaram descompassos socioeconômicos e ambientais, na impossibilidade de conceber melhorias econômicas e sociais ao longo prazo a significativa maioria da população local. Aqui é valiosa a contribuição de Costa (2009), onde investigou as trajetórias tecnológicas agrárias na Amazônia, e identificou que se encontram estruturadas em duas macros trajetórias, a camponesa e a patronal. A denominação camponesa utilizada por Costa (2009), onde abriga as formações sociais locais, refere-se aos modos de produção que se orientam pela indissociabilidade dos meios de produção, gestão do trabalho e parte da produção é destinada ao autoconsumo da família. Sua representação é bastante diversificada (HURTIENNE, 2005), incluindo desde as formações socioeconômicas produtivas tradicionais, como os grupos indígenas, caboclos e ribeirinhos, os colonos do período imperial, o campesinato do período de colonização, articulado pelo PIN, e os agricultores familiares de comunidades rurais e assentamentos de reforma agrária. Não obstante, em mais de três décadas, os reflexos da ótica desenvolvimentista impactaram a esta região em desmatamento, principalmente ao longo das rodovias e regiões de fronteira agrícola, além de vastas áreas de vegetação natural destruídas pelo fogo, e cerca de 50% da população amazônica vive abaixo da linha de pobreza (CARVALHO et al., 2013).

A crença no desenvolvimento orientado para o mercado de commodities ou de cadeias longas na Amazônia brasileira, coloca os camponeses, a uma condição de alijados ao processo, e contribui para criar o que Amartya Sen denomina de um “mundo de privação, destituição e opressão extraordinárias”, onde “a persistência da pobreza”, a amplitude da fome coletiva e crônica e a invisibilidade da mulher, coexistem mutuamente com a “violação de liberdades”, além das sucessivas ameaças ao “meio ambiente e à sustentabilidade” na reprodução econômica e social (SEN, 2000, p. 9).

Apesar destas rupturas, nos diversos contextos agrários regionais e no mundo, “os agricultores têm reagido as dificuldades de reprodução material, social e até mesmo ambiental, que o paradigma da modernização agrícola tem imposto, buscando construir caminhos alternativos aqueles induzidos pelas políticas modernizantes” (OLIVEIRA et al., 2011, p. 95). Este portfólio de estratégias materializam as expressões da resistência camponesa (PLOEG, 2008), além disso, configuram os elementos da transição, para um novo enfoque do desenvolvimento no meio rural, que tem sido chamado de paradigma do desenvolvimento rural (PLOEG et al., 2000).

Para Ploeg et al. (2000), o desenvolvimento rural é entendido como um processo multinível, multi-ator e multi-facetado, observado como a busca de um novo modelo de desenvolvimento para o setor agrícola, a busca constante de sinergias entre ecossistemas locais e regionais, a capacidade de gerar paisagens e valores naturais, novas formas de cooperação, a ênfase nas economias de escopo em detrimento das economias de escala e a pluriatividade das famílias rurais. Seus aspectos práticos, de acordo com Ploeg (2008), refletem formas de multifuncionalidades, como a emergência de processos de mudanças locais, que antecedem a composição de políticas de desenvolvimento rural (internacionais, nacionais e regionais), que devido a interface complexa e até divergentes de ações institucionais, funcionam como um vasto conjunto de soluções das comunidades rurais ao squeeze da agricultura.

No entanto, são estas resistências dos agricultores e a elaboração de respostas constante a questões diversas, que se apresentam como processos eminentemente complexos, que motivam a construção deste trabalho. Neste sentido, será relevante a contribuição da Perspectiva Orientada ao Ator (POA), onde seu principal interesse reside em compreender por que os agricultores apresentam “respostas diferenciadas a circunstâncias estruturais similares, mesmo que as condições pareçam relativamente homogêneas”? (LONG, 2007, p. 42). Serão úteis, a referência aos “contramovimentos” de Karl Polanyi e da “hermenêutica das emergências” de Boaventura de Sousa Santos, como a construção social de dinâmicas que materializam estratégias de desenvolvimento rural, com autonomia e liberdade dos atores. Assim, privilegia-se as expressões circunscritas no cooperativismo solidário como projeção socioeconômica vertical (CHAYANOV, 2017), nos espaços agrários da Amazônia brasileira.

O objetivo deste artigo consiste em aproximações teóricas que circunscrevem a capacidades dos atores em promover a mudança social e econômica em ambientes imersos a hostilidades e contextos adversos, articulados na POA, na “hermenêutica das emergências” e os “contramovimentos” ao desenvolvimento rural, fazendo referências aos aspectos da Amazônia brasileira. Neste sentido, o texto está organizado em três partes, além desta breve introdução e das considerações finais. Na primeira parte, mobiliza-se as contribuições do arcabouço teórico da POA. Na segunda, aproximam-se as ideias de “contramovimentos” e da “hermenêutica das emergências”. E, na terceira parte, acrescentam-se contribuições do cooperativismo

solidário enquanto ferramenta dos atores para o desenvolvimento, em aproximações de situações da Amazônia brasileira.

A PERSPECTIVA ORIENTADA AO ATOR (POA)

Antes de tratar de elementos analítico-teóricos que embasam a POA, se faz pertinente compreender brevemente os modelos estruturalistas do desenvolvimento, que ganharam mais atenção na sociologia do desenvolvimento, a teoria da modernização e a economia política. Para a teoria da modernização, o desenvolvimento é entendido como um fluxo crescentes de mobilizações tecnológica legitimadas e conectadas na “sociedade moderna”. Trata-se de procedimentos e conexões evolutivas em “mercados de commodities e através de uma série de intervenções envolvendo a transferência de tecnologias, conhecimentos, recursos e formas de organização do mundo desenvolvido ou de setores de um país, para partes menos desenvolvidas” (LONG e PLOEG, 2011: 22).

Por sua vez, as teorias marxistas e neomarxistas da economia política enfatizam os aspectos que potencializam os graus acumulativos de excedentes e de capital, bem como o hábito progressivo inerente ao capitalismo mundial e a demanda permanente em ampliar os mercados. Em síntese a centralidade são os “interesses capitalistas, estrangeiros e nacionais, modos ou relações de produção subordinativas não-capitalistas (e provavelmente destrutivas em longo prazo) e da vinculação dos países em uma rede de dependências econômicas e políticas” (LONG e PLOEG, 2011: 22). Assim, as instituições e organizações que regulam a política econômica mundial, pressionam as nacionalidades a se integrarem sob regras, que geralmente favorecem os países industrializados ricos e influentes na política.

Estas perspectivas, apresentam visões contrastantes, a primeira enraizada na primazia do liberalismo e creem, minimamente em melhorias progressivas e seu efeito irradiante; a segunda, de conduta extremista e observa o desenvolvimento como um processo de natureza assimétrica, que implica na exploração das sociedades periféricas e marginalizadas; no entanto, convergem em compreender o desenvolvimento e melhorias sociais materializados em planejamentos do estado ou de interesses externos. Estas concepções estruturais, incrustradas em visões deterministas, lineares e externalistas do desenvolvimento, incidem sobre “a vida das pessoas, reduzindo sua autonomia e, no final, subestimando formas nativas ou locais de cooperação e solidariedade”, acentuando realidades socioeconômicas desiguais e

as forças políticas e econômicas articulados em corporações, por vezes oligopolizadas (LONG, 2007: 38).

Em face destes modelos, Norman Long acredita que a sociologia do desenvolvimento, através da POA, oferece um contraponto importante, por entender que é pouco satisfatório embasar e analisar o desenvolvimento na ideologia do determinismo externo, e ainda que pese sua relevância, ao passo que estas mudanças são inseridas nos modos de vidas locais, são mediadas e transformadas por suas estruturas sociais (LONG, 2007).

A POA se contrapõe a noção de “intervenção planejada” e o foco é dado as práticas de promoção da mudança social elaboradas pelos próprios atores locais, como elementos da abordagem a partir da reconstituição do conceito de estrutura, procura compreender em uma ótica da construção social, “as maneiras intrincadas e variadas em que velhas e novas formas de produção, consumo, sustento e identidade se entrelaçam e geram modelos heterogêneos de mudança econômica e cultural” (LONG, 2007: 39). É mister explicitar, que o aspecto principal desta abordagem é análise social, em detrimento das intervenções externas.

No enfoque orientado aos atores, uma de suas características é o interesse em explicar as soluções diferenciadas as circunstâncias estruturais similares, ou quando as situações se apresentam mais ou menos homogêneas (LONG, 2007). As respostas diferenciadas que aparecem são em parte uma criação coletiva dos atores. Assim, os atores sociais não devem figurar como simples categorias sociais inclusas, ou passivos a intervenção, mas sim como participantes ativos que recebem e interpretam a informação e desenham estratégias em suas relações com os diversos atores locais, bem como com as instituições externas.

No enfoque que se refere a atuação dos atores, Mark Gravonotter chama a atenção para o embeddedness (imersão) atomizado nos polos teóricos opostos, de um lado o ator “subsociado”, e de outro, o “supersociado”. Não obstante, acrescenta que a atuação do ator social não se orienta nem age “como átomos fora de um contexto social”, e nem aderem “de forma servil um roteiro escrito para eles pela intersecção específica de categorias sociais que eles porventura ocupem” (GRAVONOTTER, 2007: 9). Assim, os aspectos que sustentam as tentativas de sua atuação com finalidades se encontram enraizadas em estrutura reais e constantes de relações sociais.

A centralidade nos atores, busca compreender a maneira como os agricultores adaptam a sua realidade os aspectos do desenvolvimento agrário. Pois, mesmo diante de poucas opções ou na ausência de recursos essenciais, os agricultores, “desenvolvem formas de lidar com situações problemáticas e combinam recursos de forma criativa para resolver os problemas” (LONG, PLOEG, 2011: 29). O que qualifica o agricultor, enquanto um ator, “é sempre uma personagem e as suas ações são sempre acontecimentos, o que obriga a mobilizar, para as compreender, uma pluralidade de situações e, portanto, de relações sociais” (TOURAINÉ, 1984: 79). Riutort (2008), acrescenta que o ator se transforma em um estrategista, pois no ambiente social onde se encontra, articula o alcance de determinadas finalidades, em função dos meios por ele acessado. Logo,

O ator, qualquer que seja a situação na qual ele se encontra, conserva sempre uma margem de movimentação, na medida em que toda organização, mesmo a mais restritiva, não poder predeterminar a totalidade das ações possíveis, afinal, zonas de incerteza permanecem e atestam a ausência de uma regulamentação perfeita. (RIUTORT, 2008: 271)

A POA desenvolve um portfólio de conceitos, que substanciam a compreensão da atuação dos atores nas dinâmicas sociais. Dentre eles, a agência humana representa aos atores as capacidades de saber e de atuar, e se apresentam tanto na formação de rede de atores e suas relações sociais, quanto na canalização de elementos diversos “(como demandas, bens, instrumentos, informações), através de pontos nodais de interpretação e interação” (LONG, 2007: 50). A agência, longe de ser uma atribuição do ator individual, necessita de organização, e a racionalidade dos atores, refletem as estratégias e construções culturais, que distintamente influenciam o equilíbrio das associações e o domínio que podem exercer nas arenas. No desenvolvimento rural, a relevância em identificar “as concepções diferenciadas de poder, influência, conhecimento e eficácia podem modelar as respostas e estratégias dos diferentes atores” (LONG e PLOEG, 2011: 27).

Sobre a agência, Anthony Giddens (2003), chama a atenção para que não seja confundida com a mera descrição dos atos, logo,

Agência não se refere as intenções que as pessoas têm ao fazer as coisas, mas a capacidade delas para realizar essas coisas em primeiro lugar. Agência diz respeito a eventos dos quais um indivíduo é o perpetrador, no sentido de que ele poderia, em qualquer fase de uma

dada sequência de conduta, ter atuado de modo diferente. (GIDDENS, 2003: 10-11).

Os processos que envolvem a auto-organização, enfatizam como os arranjos sociais são socialmente construídos, imersos em estratégias e interpretações dos atores. Nestes processos, as ações, desejos e decisões são enquadrados, incluídos ou contidos em campos mais amplos de ação. É neste sentido, que se toma a relevância dos conceitos de campos, domínios sociais e arenas, que visam contribuir na compreensão de processos constrangedores e facilitadores da semelhança e diferença social (LONG, 2001). Além disso, tais conceitos tratam da questão da delimitação dos espaços sociais e como eles são constituídos ou transformados.

A definição de campo social se apresenta de forma ampla e a partir de diversas possibilidades. De acordo com Long (2001), circunscreve um quadro de espaços abertos:

[...] uma paisagem irregular com limites mal definidos, composta por distribuições de diferentes elementos - recursos, informações, capacidades tecnológicas, fragmentos de discurso, componentes institucionais, indivíduos, grupos e estruturas físicas - e onde nenhum princípio de ordenação enquadra toda a cena. Quaisquer que sejam as configurações de elementos e relações que constituem o campo, estas são essencialmente o produto de intervenções humanas e não humanas, tanto locais como globais, bem como o resultado de processos cooperativos e competitivos. (LONG, 2001: 57-58).

Embora a ideia de campo social, exija um recorte analítico, a sua composição orgânica pode ser materializada em termos de estruturas de distribuição de recursos naturais, tipos de produção e empreendimento econômicos, demografia, mercados, entre outros, bem como a sua descrição em termos de coerência ou fragmentação relativa. A partir de Bourdieu, Long (2001) acrescenta que o sentido de campo social é um elemento organizador central para a análise de poder e para estabelecer a distribuição de formas materiais e simbólicas de capital.

Os domínios tratam mais especificamente de dimensões da vida social articuladas por referências ou valores que, mesmo em alguns casos não percebidos, representam regras, normas e valores que implicam um certo grau de compromisso social. De acordo com Long,

[...] os domínios são centrais para compreender como funciona a ordem social e para analisar como as fronteiras sociais e simbólicas são criadas e defendidas. Os valores e interesses associados a

domínios específicos tornam-se especialmente visíveis e definidos em pontos onde os domínios se chocam entre si ou entram em conflito. (LONG, 2001: 59).

É mister compreender que os domínios não se referem eminentemente a elementos culturais, mas como concebidos e transformados através de experiências e lutas compartilhadas entre a diversidade de atores.

Por sua vez, as arenas circunscrevem espaços geográficos ou situações sociais, onde se articulam as disputas por recursos, valores e representações. Para Long (2001), trata-se de locais sociais e espaciais, onde os atores são confrontados a utilizar seus elos sociais, meios discursivos e culturais para a consecução de fins específicos, principalmente a permanência no jogo, ou ainda recorrer a domínios específicos para apoiar seus interesses, objetivos e organizações. As arenas, representam ambientes materializado em conflitos associada a diferentes práticas e valores de um ou vários domínios, na tentativa de resolver divergências sobre a apreensão de valores e incompatibilidades de interesses dos atores.

A relevância do conceito de arena, reside fundamentalmente em identificar os atores e mapear as questões, recursos e discursos inscritos em situações críticas. Suas atribuições são extremamente úteis em apreciações de projetos e programas de desenvolvimento, uma vez que os processos de intervenção consistem em um conjunto complexo de arenas de luta interligadas, cada uma caracterizada por restrições e possibilidades de manobra específicas (LONG, 2001). Ainda de acordo com o autor, sua aproximação a noção de domínios, disponibilizam aportes analíticos sobre os tipos de restrições e elementos capacitadores que moldam as escolhas dos atores e espaço para manobra.

A “HERMENÊUTICA DAS EMERGÊNCIAS” E OS “CONTRAMOVIMENTOS”: CONTRIBUIÇÕES AO DESENVOLVIMENTO RURAL

Nesta seção, apresenta-se elementos da “hermenêutica das emergências” de Boaventura de Sousa Santos e os “contramovimentos” de Karl Polanyi, e suas contribuições ao desenvolvimento rural. Tratam-se de aspectos teóricos que captam a capacidade de agência ou o agir social dos atores na construção de alternativas, territorializadas, contextualizadas e internalizadas nas arenas sociais locais, materializado em autonomia e sustentabilidade, em detrimento dos estigmas característico do sistema capitalista no meio rural.

É na atuação do ator individual e coletivamente, que Santos e Rodrigues (2005), acreditam surgir os movimentos e organizações contra-hegemônicos, que promovam a elaboração de alternativas sociais e econômicas. O aspecto fundamental de tais alternativas, residem em apresentar viabilidade e potencial emancipatório, e a materialidade em “formas de organizações econômicas baseadas na igualdade, na solidariedade e na proteção do meio ambiente” (SANTOS e RODRÍGUES, 2005: 25). Neste contexto, Boaventura de Sousa Santos propõe o conceito da “hermenêutica das emergências”, como uma perspectiva que analisa amplamente a natureza das organizações, movimentos e comunidades alternativas ao sistema capitalistas, e fundamentalmente elevar e potencializar os aspectos emancipatórios, abreviando sua visibilidade e credibilidade (SANTOS e RODRÍGUES, 2005).

No início do século XXI, a busca por um significado novo ao desenvolvimento, constituiu objeto de reflexões e movimentos por alternativas econômicas e sociais, circunscritas essencialmente por duas razões principais (SANTOS e RODRÍGUES, 2005). A primeira, refere-se ao fato de que na atualidade, populariza-se a ideologia de que não há alternativas ao capitalismo, como algo sem precedentes na história mundial. E, a segunda, sugere que a re-elaboração de formas econômicas alternativas se faz necessários, pois em contraste com os séculos anteriores, no milênio atual “a alternativa sistêmica ao capitalismo representada pelas economias socialistas centralizadas não é viável nem desejável” (SANTOS e RODRÍGUES, 2005: 25).

O argumento central é que o autoritarismo político e a inviabilidade dos sistemas econômicos centralizados, haviam sido efusivamente expostos pelo colapso desses sistemas no final da década de 1980 e início de 1990. Embora houvesse aqueles que acreditassem na possibilidade de alternativas desse modelo frente ao capitalismo, tiveram de pensar de outra forma. Para aqueles que não encontravam elementos substanciais emancipatórios ao capitalismo, a crise dos sistemas socialistas centralizados, criou a oportunidade para recuperar ou criar alternativas que apontem para práticas e formas de sociabilidades anticapitalistas.

A centralidade na viabilidade e no potencial emancipatório das alternativas, representam formas de organizações econômicas baseadas na igualdade, na solidariedade e na proteção do meio ambiente (SANTOS e RODRÍGUES, 2005). Em face disto, a função das práticas e do pensamento emancipadores consistem em ampliar o espectro de experimentações e de reflexões acerca de alternativas fundamentadas em formas de sociedades mais justas. Assim, os princípios

alternativos, orientam as mudanças constantes na economia para formas de produção, transformações e consumo contra hegemônicos.

É neste contexto, que a ênfase analítica e a observação do potencial emancipatórios das alternativas sociais e econômicas, precisam ser percebidas na perspectiva da “hermenêutica das emergências”. Pois, trata-se de uma perspectiva que objetiva compreender amplamente a maneira como as organizações, movimentos e comunidades atuam resistindo à preponderância do capitalismo (SANTOS e RODRÍGUES, 2005).

Esta perspectiva amplia e desenvolve as características emancipatórias dessas alternativas para a tornar mais visíveis e credíveis. Isto não implica que a hermenêutica das emergências renuncie a análise rigorosa e a crítica das alternativas analisadas. Todavia, a análise e a crítica procuram fortalecer as alternativas, e não propriamente diminuir o seu potencial. (SANTOS e RODRÍGUES, 2005: 26).

No jogo de forças da dominação dos mercados sobre as demais entidades na sociedade moderna, Karl Polanyi, sugere a existência de um duplo movimento, ou seja, o sentido contrário das forças dominantes, atuam os “contramovimentos”. Embora o mercado se expandisse constantemente, haveriam o “contamovimentos” que contornava seu desenvolvimento nas vertentes deliberadas, como constrangimento “vital para a proteção da sociedade, ele era, em última análise, incompatível com a auto-regulação do mercado e, portanto, com o próprio sistema de mercado” (POLANYI, 2000: 161). Assim, é mister compreender o desenvolvimento rural “enquanto um “processo instituído” por meio de “contramovimentos” dos atores sociais no contexto das contradições características do capitalismo contemporâneo” (SCHNEIDER e ESCHER, 2011: 186).

Sobre as sociedades não capitalistas, em “A Grande Transformação”, Karl Polanyi enfatiza o entendimento para a existência de economias de realização não controladas ou reguladas pelos mercados antes da Revolução Industrial e da projeção das sociedades de mercados, e seu sistema auto-regulado. De acordo com Polanyi (2000: 69) é mister notar que a estas sociedades, “é vedada a ideia do lucro; as disputas e os regateios são desacreditados; o dar graciosamente é considerado como virtude; não aparece a suposta propensão à barganha, à permuta e à troca”. Deveras, que o sistema econômico circunscreve em si uma atribuição da organização social.

O aspecto central, revelado pelos estudos históricos e antropológicos, segundo Polanyi (2000: 65), “é que a economia do homem, como regra, está submersa em suas relações sociais”. Neste sentido, o seu agir social emana características importantes,

Ele não age desta forma para salvaguardar seu interesse individual na posse de bens materiais, ele age assim para salvaguardar sua situação social, suas exigências sociais, seu patrimônio social. Ele valoriza os bens materiais na medida em que eles servem a seus propósitos. Nem o processo de produção, nem o de distribuição está ligado a interesses econômicos específicos relativos à posse de bens. Cada passo desse processo está atrelado a um certo número de interesses sociais, e são estes que asseguram a necessidade daquele passo. (POLANYI, 2000: 65).

No entanto, com a grande transformação, a virada ontológica da condição de sociedades primitivas, cristalizadas pela industrialização, para a sociedade de mercado, que pressupõe a satisfação da uma nova orientação para as ações em sociedades, ou seja, “a motivação do lucro passa a substituir a motivação da subsistência” (POLANYI, 2000: 65). Assim, a natureza das transações se orienta pelas regras dos mercados, e a renda das pessoas são provenientes como originadas de alguma venda.

É neste mainstream que Polanyi, tece uma de suas grandes explicações sobre os sistemas econômicos anteriores, dizendo que todos eles foram orientados com base em três princípios, a reciprocidade, a redistribuição e a troca mercantil, ou ainda da associação entre eles. Tais “princípios eram institucionalizados com a ajuda de uma organização social a qual, [...], fez uso dos padrões de simetria, centralidade e autarquia”. É mister notar, que desta estrutura, a produção e a distribuição se realizavam em função de estímulos “individuais, disciplinadas por princípios gerais de comportamento”, que contribuem, e “eventualmente, garantiam o seu funcionamento no sistema econômico”, e o “lucro não ocupava lugar proeminente” (POLANYI, 2000: 75).

Mesmo as trocas mercantis terem exercido maiores influências no desenvolvimento das sociedades, esse domínio se deu através de um duplo movimento. De um lado o mercado se desenvolvia constantemente, e por outro lado, este desenvolvimento era surpreendido por um contraovimento nos diversos rumos desta ampliação, que foram cruciais para a sociedade, suas características, estrutura e funcionamento eram conflitantes com a auto-regulação e o sistema de mercado.

Associado a este entendimento, Polanyi (2000: 98) assegura que “A sociedade humana poderia ter sido aniquilada, de fato, não fosse a ocorrência de alguns contramovimentos protetores que cercearam a ação desse mecanismo autodestrutivo”.

A essência do “contramovimentos”, refere-se a construções e relações criada a partir da própria capacidade de agências e reflexividade dos atores, orientados por princípios que geram uma economia não degradante, como a reciprocidade e a redistribuição. Neste sentido, “A perspicácia de Robert Owen provou ser verdadeira: se se deixasse a economia de mercado desenvolver-se de acordo com as suas próprias leis ela criaria grandes e permanentes males. (POLANYI, 2000: 161). As ideias de Owen se opunham ao capitalismo e a economia de mercado, e durante a expansão do cooperativismo, suas ideologias foram abrigadas pela efervescência do movimento sindical e das cooperativas de trabalhadores (SINGER, 2002).

Na economia solidária, cujo, seus princípios basilares são a coletividade, liberdades, solidariedade e a redistribuição (SINGER, 2002). Neste tipo de economia, os empreendimentos econômicos e solidários apresentam aproximações efusivas com as ideias de Karl Polanyi, referindo-se aos contramovimentos em sentido contrário aos assaltos do moinho satânico da produção. A cooperação solidária, tem como objetivo principal “a construção de uma economia de serviços para satisfazer as reais necessidades das pessoas, [...], baseada na democracia, equidade e solidariedade” (SCHNEIDER, 2012: 255-256). Para Chayanov (2017), as especificidades das organizações socioeconômicas através de cooperativas no meio rural, foi compreendido um desenvolvimento onde os camponeses não se adequavam a expansão da economia capitalista, e os denominou de concentração vertical.

ORGANIZAÇÕES SOCIOECONÔMICAS ALTERNATIVAS: CONSTRUÇÕES AO DESENVOLVIMENTO RURAL NO CONTEXTO DA AMAZÔNIA BRASILEIRA

Nesta seção, busca-se aproximar elementos das organizações socioeconômicas alternativas do contexto da Amazônia brasileira aos aspectos teóricos mobilizados no texto. Estas organizações socioeconômicas, emergem a partir da capacidade de agência dos atores, onde criam espaços para a margem de manobra em alternativas, substanciadas sistematicamente longe de um viés mercadológico, mas inscritos em reciprocidade, autonomia e da diversidade social.

Trata-se de estratégias de reprodução socioeconômicas, culturais e ambientais dos atores locais na Amazônia brasileira, onde através de suas organizações, a capacidade de agência dos atores, tanto individualmente, quanto coletivamente, onde atuam, se orientam por princípios do cooperativismo solidário. Estas formações socioeconômicas culminam para o que Chayanov (2017) chamou de concentração vertical da economia no meio rural.

Na tabela 01, apresenta-se dados referentes a organizações socioeconômicas que conformam elaborações a partir da mobilização dos atores locais na Amazônia brasileira. Estes dados, não possuem a pretensão de representar quantitativa e exaustivamente, todas as alternativas existentes na Amazônia brasileira, o que demandaria outras habilidades, mas apresentam elementos que precisam ser problematizados e compreendidos nas teorias do desenvolvimento. Neste sentido, a referência as organizações socioeconômicas indicadas para os estados do Amazonas (NISTAL, 2009) e Maranhão (COSTA, 2012), abrigam organizações urbanas e rurais, e do estado do Pará (FELIZARDO et al., 2015) apesar de serem de organizações exclusivamente rurais, correspondem aos territórios do Nordeste Paraense e Baixo Tocantins, que estão vinculadas à Incubadora Tecnológica de Desenvolvimento e Inovação de Cooperativas e Empreendimentos Solidários (INCUBITEC) do Instituto Federal do Pará. Entre estas organizações, constam associações, cooperativas, clubes de troca, grupo de produção, etc.

Tabela 01 – Organizações econômicas de orientação vertical na Amazônia brasileira.

Estados	Empreendimento Econômicos Solidários	Pessoas	Mulheres	Homens
Amazonas	452	34.233	13.362	20.871
Pará	19	1.460	91	1369
Maranhão	567	45.171	18.454	26.717

* Para a Amazônia Legal ou brasileira foram inseridos os estados do Maranhão e de Mato Grosso.

FONTE: Nistal (2009); Felizardo et al. (2015); e Costa (2012).

Estas organizações socioeconômicas encontram-se articuladas a diversas instituições, universidades, prefeituras, organizações não governamentais e iniciativa privada, configurando espaços profícuos para o protagonismo das mulheres, como observado na tabela 01, que nas organizações dominantes tem ficado na

invisibilidade. Estas interfaces são elaboradas a partir de diálogos, partilhas e trocas de saberes, pautados na interdisciplinar onde os atores, neste caso os agricultores familiares, buscam melhorias da qualidade de vida inscritos nos princípios da Economia Solidária (FELIZARDO et al., 2015).

A ideia de economia solidária surge como uma alternativa às severidades do sistema capitalista. No entanto, trata-se de uma alternativa, onde o foco principal consiste em reestruturar ou harmonizar a economia e considerar os anseios e as carências dos diversos grupos da sociedade. Perspectiva que é atribuída aspectos de superioridade, não somente em termos de economia, mas “as empresas solidárias regularmente superariam suas congêneres capitalistas, oferecendo aos mercados produtos ou serviços melhores em termos de preço e/ou qualidade” (SINGER, 2002: 114). Nestas relações, a economia solidária proporciona aos atores uma “vida melhor”.

O sentido de “vida melhor” para Singer (2002), vai além da ampliação do poder de aquisição de produtos, de melhores relações entre os atores e suas redes formais e informais (família, trabalho, amigos, etc.), mas fundamentalmente ter a expansão das liberdades de escolhas, autonomia nas atividades produtivas, a participação nas decisões que o envolvem e o cuidado com a comunidade. Sen (2000), atribui as liberdades, como parte essencial do desenvolvimento, e as capacidades do ator na condição de livre agente, coopera não só para si, como ajuda a promover novas liberdades.

O principal problema do desenvolvimento do sistema capitalista no meio rural é que ele promove a concentração horizontal, ou seja, a ideia de acumulação e expansão advindos da indústria. Neste sentido, o agricultor é elevado a condição de fonte de mão de obra e a agricultura, é inserida “em um sistema econômico controlado, com base em princípios capitalistas, por um punhado de grandes empresas, as quais, por sua vez, estão sob controle das modalidades mais elevada de capitalismo financeiro” (CHAYANOV, 2017: 44). E, as formas produtivas que não se adequam a este modelo, são denominadas forma de concentração vertical.

Na concentração vertical, a principal característica na economia nacional, é que se apresentam através de formas não capitalistas, mas em cooperativas ou mistas. Nesta configuração, as dinâmicas e conexões ocorrem em maior profundidade e complexidade, se comparada às formas capitalistas, “pois, nas formas cooperativas de concentração, é o próprio camponês quem cede setores de sua economia, em

quais o capitalismo não consegue arrancar dos pequenos agricultores” (CHAYANOV, 2017: 47). Assim, ocorre a reorganização na agricultura das unidades produtivas familiares, bem como nos padrões organizativos de articulações mais amplo de escala.

Ploeg (2008), assinala que as cooperativas são uma excelente estrutura para elaborar estratégias de autonomia em graus, para além das unidades camponesas em si. A contribuição teórica, a partir das cooperativas territoriais, sintetizam a articulação de elementos emancipatórios que visam transcender determinados impasses, entre os quais, constam:

O primeiro é a busca por e a construção da cooperação regional, a qual visa integrar, nas práticas agrícolas, atividades que são orientadas para melhorar o meio ambiente, a natureza e paisagem. O segundo movimento diz respeito a busca por e construção de novas formas de governança no meio rural. Em terceiro lugar, as cooperativas territoriais representam um movimento de afastamento em relação aos sistemas de conhecimento institucionalizado e em direção as capacidades inovadoras dos camponeses. (PLOEG, 2008: 208-209).

Nestes ambientes, tem possibilitado a partir da interface na rede de atores (agricultores, pesquisadores, etc.) a novelty production (produção de novidade), que representam uma rede de transições de alcance multiníveis ou desvios de regras em práticas mais adaptadas.

Com o desenvolvimento vertical das organizações cooperativas, a atuação via mercados também evolui, e agrega novos valores. Neste aspecto, a comercialização e processamento técnico, a concentração e a organização da produção agrícola, se orientam por novos e crescentes níveis de qualidade, possibilitando aos cooperados promover mudanças na matriz produtiva no atendimento as regras formais de comercialização e processamento, além de aperfeiçoamento tecnológico e a implementações de novidades nos sistemas de cultivo e de criações, gerando uma produção mais homogênea (CHAYANOV, 2017: 49).

Devido as flutuações na política econômica e na própria atuação do Estado, Wilkinson (2008), defende não somente novos padrões de qualidade na produção e avanços em tecnologias, como também a transição de mercados. Simultaneamente é preciso intermediar a transição de mercados locais, informais, que existem a partir da rede de proximidades para mercados regionais e nacionais, através da expansão de redes sociais e regras formais de reconhecimento (selo, indicação geográfica, etc.).

Neste sentido, é mister enfatizar principalmente os mercados institucionais (licitações), de orgânicos, artesanais e solidários, como os mais utilizados por organizações verticais, na busca da reprodução socioeconômica.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As aproximações teóricas, aqui propostas, cuja construção ocorreu estimulada pela compreensão da capacidade dos atores em dinamizar a mudança social e econômica em ambientes imersos a hostilidades e adversidades, elencam-se dois aspectos essenciais, substanciados pelas distintas orientações teórico-metodológicas. O primeiro, refere-se ao fato de que tais abordagens convergem, ao compreenderem que as dinâmicas socioeconômicas, materializam-se localmente, devido a capacidade de agência dos atores sociais, cognitivamente nutridas por valores estranhos aos princípios do núcleo do sistema capitalista, como a reciprocidade, redistribuição, a cooperação, ou seja, uma estrutura imaterial, que possibilita sua reprodução, cuja face principal de tal processo, agrega-se em autonomia e liberdade dos atores.

O segundo aspecto, aponta para as complementaridades. Em seu arcabouço teórico-metodológico, a POA, além de tratar do agir social, aprofunda o debate, compreendendo a formação dos arranjos sociais, suas estratégias e a interpretação dos atores, a tomada de decisão e a margem de manobra. A “hermenêutica das emergências”, enfoca essencialmente a natureza das organizações, movimentos e comunidades, denominado alternativas ao sistema dominante, visando qualificar e potencializar seus aspectos emancipatórios. A ideia de “contamovimentos”, contribui explicitando teoricamente, as organizações cuja reprodução socioeconômica, é incompatível com a auto-regulação do mercado. A síntese de tais aportes teóricos, reside principalmente em não concordar que as dinâmicas locais, sejam controladas externamente.

O arcabouço teórico disponibilizado pela POA, apresentam elementos extremamente relevantes para compreender os atores, suas organizações sociais e fundamentalmente a sua capacidade de agência. A centralidade orientada aos atores, provoca um deslocamento epistemológico, para desconstruir a ideologia da intervenção planejada e acrítica, em localidades e domínios, cuja especificidades e potencialidades, precisam ser internalizadas, territorializadas e contextualizadas, nas estrangeiras de desenvolvimento rural.

As contribuições dos “contramovimentos” de Karl Polanyi e da “hermenêuticas das emergências” de Boaventura de Sousa Santos, apontam elementos teóricos que privilegiam a emergência de organizações socioeconômicas que materializam suas ações, não exclusivamente na reprodução capital para a geração do lucro, mas no equilíbrio da reprodução social, econômica, cultural e ambiental, com enfoque local ou regional, e da sustentabilidade.

É nesta perspectiva, que as organizações socioeconômicas inscritas no cooperativismo solidário, materializam as especificadas apresentadas por Norman Long, Karl Polanyi e Boaventura de Sousa Santos, na geração de valores locais que se traduzem em autonomia e liberdade aos atores e suas organizações. A estas organizações, Chayanov atribui o sentido de projeção socioeconômicas verticais, devido a sua orientação se distanciar da lógica do capitalismo industrial. Neste sentido, através destas estruturas sociais os atores locais, tem estabelecido rede de articulações e parcerias nos diversos níveis (micro, meso e macro), e conseguido atuar com a formalidade e exigências dos mercados.

Estes aportes teórico-metodológicos, apresentam extraordinária relevância à pesquisa e a construção de conhecimentos, sobre as dinâmicas locais e regionais do desenvolvimento rural, fundamentalmente em paisagens agrárias, a exemplo da Amazônia brasileira, onde há a confluência múltipla de interesses, o regional, nacional e o internacional. Uma vez, que este era o propósito deste artigo, construir um arcabouço teórico-metodológico, interessado em compreender a capacidade dos atores em promover a mudança social e econômica em ambientes imersos a hostilidades e contextos adversos, que possa servir referência à futuras pesquisas e estudos na região.

REFERÊNCIAS

CARVALHO, G. O. et al. Frontier Expansion in the Amazon: Balancing Development and Sustainability. **Environment: Science and Policy for Sustainable Development**, 44:3, p. 34-44, 2013.

CHAYANOV, A. **A Teoria das cooperativas camponesas**. Revisão e tradução de Regina Vargas. Porto Alegre: Editora UFRGS, 2017, 296 p.

COSTA, C. Economia solidária, mundo do trabalho e desafios para o desenvolvimento. In: **Anais: XV CISO - Encontro Norte e Nordeste de Ciências Sociais Pre-ALAS Brasil - Desenvolvimento, Meio Ambiente e Paisagem Humana no Norte/Nordeste: Desafios e Perspectivas**. Teresina: UFPI, 2012. v. 1. p. 1-24.

COSTA, F. A. Trajetórias Tecnológicas como objeto de política de conhecimento para a Amazônia: uma metodologia de delineamento. **Revista Brasileira de Inovação**, Rio de Janeiro (RJ), 8 (1), p.35-86, janeiro/junho, 2009.

FELIZARDO, A. O.; SANTOS, A. R. da S.; NASCIMENTO, W. L. N.; REIS, A. A. dos. Incubadora Tecnológica de Desenvolvimento e Inovação de Cooperativas e Empreendimentos Solidários: Verticalização das relações entre universidade e sociedade. **Revista Tecnologia e Sociedade**, Curitiba, v. 11, n. 23, 2015. 178-192 p.

GIDDENS, A. **A constituição da sociedade**. Tradução: Álvaro Cabral. 2ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 2003. 458 p.

GONÇALVES, C. W. P. **Amazônia, Amazônias**. 3. Ed. São Paulo: Contexto, 2012.

GRANOVETTER, M. Ação econômica e estrutura social: o problema da imersão. **RAE-eletrônica**, v. 6, n. 1, Art. 9, jan./jun. 2007. 41 p.

HURTIENNE, T. Agricultura familiar e desenvolvimento rural sustentável na Amazônia. **Novos Cadernos NAEA**, v. 8, n. 1 - p. 019-071 jun. 2005.

LIRA, S. R. B.; SILVA, M. L. M.; PINTO, R. S. Desigualdade e heterogeneidade no desenvolvimento da Amazônia no século XXI. **Nova Economia**, Belo Horizonte. 19 (1), 153-184 p. jan-ab, 2009.

LONG, N. **Development Sociology: actor perspectives**. London: Routledge, 2001. 294 p.

LONG, N. **Sociología del Desarrollo: una perspectiva centrada en el actor**. Tradução do inglês: Horacia Forjado, Magdalena Villarreal y Pastora Rodríguez. México: CIESA, El Colegio de San Luis, 2007. 504 p.

LONG, N.; PLOEG, J. D. van der. Heterogeneidade, ator e estrutura: para a reconstituição do conceito de estrutura. In: SCHNEIDER, S.; GAZOLLA, M. Organizadores. **Os atores do desenvolvimento rural: perspectivas teóricas e práticas sociais**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2011. 21- 48 p.

NISTAL, L. E. P. **Avaliação dos empreendimentos econômicos solidários (EES) como alternativa de ocupação e renda no Amazonas**. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Regional) - Universidade Federal do Amazonas. Manaus: UFAM, 2009. 105 f.

OLIVEIRA, D.; GAZOLLA, M.; CARVALHO, C. X.; SCHNEIDER, S. A produção de novidades: como os agricultores fazem para fazer diferente? In: SCHNEIDER, S.; GAZOLLA, M. **Os atores do desenvolvimento rural: perspectivas teóricas e práticas sociais**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2011. 91-113 p.

PLOEG, J. D. van der. **Camponeses e Impérios Alimentares: lutas por autonomia e sustentabilidade na era da globalização**. Tradução Rita Pereira. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2008. 376 p.

PLOEG, J. D. van der. Dez qualidades da agricultura familiar. Cadernos de debate, nº 1, fevereiro de 2014. **Revista Agriculturas: experiências em agroecologia**. Número Extra.

PLOEG, J. D. van der *et al.* Rural development: from practices and policies towards theory. **Sociologia Ruralis**, Oxford, UK, v. 40, n. 4, p. 391-408, out. 2000.

POLANYI, K. **A grande transformação: as origens de nossa época**. Tradução de Fanny Wrabel. - 2. ed.- Rio de Janeiro: Compus, 2000. 337 p.

RIUTORT, P. As sociologias da ação social. In: RIUTORT, Philippe. **Compêndio de Sociologia**. São Paulo: Paulus, 2008. p. 247 – 291.

SABOURIN, E. **Sociedades e organizações camponesas: uma leitura através da reciprocidade**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2011. 272 p.

SANTOS, B. de S.; RODRÍGUES, C. Introdução: para ampliara o cânone da produção. In.: SANTOS, B. de S. **Produzir para viver: os caminhos da produção não capitalista**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005. 23-77 p.

SCHNEIDER, J. O. A doutrina do cooperativismo: análise do alcance, do sentido e da atualidade dos seus valores, princípios e normas nos tempos atuais. **Cadernos de Gestão Social**, v.3, n.2, jul./ dez. 2012. 251-273 p.

SCHNEIDER, S.; ESCHER, F. A Contribuição de Karl Polanyi para a sociologia do desenvolvimento rural. **Sociologias**, Porto Alegre, ano 13, no 27, mai./ago. 2011, p. 180-219.

SEN, A. K. **Desenvolvimento como liberdade**. Tradução: Laura Teixeira Motta. São Paulo: Companhia das Letras, 2000. 409 p.

SINGER, P. **Introdução à economia solidária**. São Paulo: Ed. Fundação Perseu Abramo, 2002. 128 p.

TAVARES, M. G. C. A Amazônia brasileira: formação histórico-territorial e perspectivas para o século XXI. **GEOUSP - Espaço e Tempo**, São Paulo, nº 29 - Especial, pp. 107 - 121, 2011.

TOURAINÉ, A. **O retorno do actor: Ensaio sobre sociologia**. Trad. Armando Pereira da Silva. Lisboa: Instituto Piaget, 1984. 228 p. (Coleção Economia e Política).

WILKINSON, J. **Mercados, redes e valores: o novo mundo da agricultura familiar**. Porto Alegre: Editora da UFRGS: PGDR, 2008. 213 p.

Capítulo 7

CICLO DE OFICINAS: UMA ESTRATÉGIA PARA DIMINUIÇÃO DA EVASÃO

Camila Guedes B. de Lima

Adrielly Rodrigues Noletto

Lanna Luisa Souza Sena

Luana Beatriz Moreira Nunes

Mikaelly Veiga Borges

Victor Manoel Nascimento Rosa

Adriana Régia M. de Souza

CICLO DE OFICINAS: UMA ESTRATÉGIA PARA DIMINUIÇÃO DA EVASÃO

Camila Guedes B. de Lima

Graduanda em Engenharia de Alimentos pela UFG, Barbosagues@discente.ufg.br

Adrielly Rodrigues Noleto

Graduanda em Engenharia de Alimentos pela UFG, noletoadrielly@gmail.com

Lanna Luisa Souza Sena

Graduanda em Engenharia de Alimentos pela UFG, lanna.luiza@discente.ufg.br

Luana Beatriz Moreira Nunes

Graduanda em Engenharia de Alimentos pela UFG, nunesluana633@gmail.com

Mikaelly Veiga Borges

Graduanda em Engenharia de Alimentos pela UFG, mikaelly.vb@gmail.com

Victor Manoel Nascimento Rosa

Graduando em Engenharia de Alimentos pela UFG, victormanoel@discente.ufg.br

Adriana Régia M. de Souza

*Professora, Doutorado em Energia na Agricultura e Meio Ambiente,
adriana_regia_souza@ufg.br*

Resumo: O presente trabalho visa explicar o funcionamento e os resultados de uma das atividades de ensino realizada pelo Programa de Educação Tutorial da Engenharia de Alimentos da Universidade Federal de Goiás, o PET EngAli. Através de oficinas realizadas pelos discentes do grupo acerca de matérias que apresentam altos índices de reprovação, os integrantes do grupo auxiliam na formação dos alunos de graduação da UFG e até mesmo de outras instituições de ensino, atingindo até mesmo estudantes do ensino médio de diversas instituições. Os resultados observados através deste são a redução dos índices de reprovação nas disciplinas e consequentemente na evasão do curso. Desde o início da pandemia com a migração

para as atividades remotas, a participação nesta atividade aumentou consideravelmente, pois o alcance passou a ser não só para alunos do curso de Engenharia de Alimentos da UFG, mas também de diversas instituições de ensino e diferentes outros cursos de graduação.

Palavras-Chave: Ensino. Graduação. Engenharia.

Abstract: The present work aims to explain the functioning and the results of a teaching activity carried out by the Tutorial Education Program of Food Engineering at the Federal University of Goiás. Through workshops on subjects that present high failure rates, the members of the group help in the formation of undergraduate students at UFG and other educational institutions. The observed results are the reduction of the failure rates in the subjects and also the evasion of the course. Since the beginning of the pandemic and the remote activities, several students from UFG, not only from the Food Engineering course, have participated, in addition to several educational institutions and different courses.

Keywords: Teaching. University graduate. Engineering.

INTRODUÇÃO

O Programa de Educação Tutorial (PET) da Universidade Federal de Goiás (UFG) foi criado no intuito de apoiar atividades acadêmicas que integram ensino, pesquisa e extensão. Dessa maneira, busca complementar a formação dos discentes com oportunidades extracurriculares sob a orientação de um professor tutor. Nesse contexto, os principais objetivos do programa são: o aprimoramento do ensino de graduação, a ampla formação acadêmica do aluno, a interdisciplinaridade, a ação coletiva, o planejamento e a execução em grupo de um diversificado programa de atividades acadêmicas. Na UFG, esse programa teve início em 1994, com a criação do Grupo PET de Geografia (FIGUEIREDO, 2021) e somente no ano de 2006 foi implementado o PET de Engenharia de Alimentos.

A tríade do programa, composta por ensino, pesquisa e extensão, se complementa na educação dos participantes. Sendo que a área de ensino é extremamente relevante, pois é ela que propicia o aprendizado de novas informações que podem ser, posteriormente, aplicadas a partir de pesquisas ou projetos de extensão. Logo, é o ponto de partida para as subseqüentes áreas de atuação do PET. Sem o ensino, a inovação e a formação adequada dos profissionais apresentam uma exacerbada dificuldade, evidenciando a importância do projeto e suas atividades. Oficinas pedagógicas são importantes por propiciar uma troca de experiências entre os mentores e os participantes, ampliando assim, a capacidade sócio-cognitiva, o

interacionismo e a liberdade de aprender de todos que estão envolvidos (DE SENA MONTEIRO et al. 2019).

Nesse sentido, o objetivo deste trabalho consiste em explicitar o funcionamento, a importância e os resultados da aplicação dos ciclos de oficinas pelo PET-Engali.

MÉTODO

O ciclo de oficinas é uma atividade realizada de forma presencial nas salas de aula da Escola de Agronomia da Universidade Federal de Goiás. No entanto, a partir do ano de 2020, em razão da pandemia do coronavírus, a atividade teve que ser reinventada e passou a ser realizada de forma remota através das plataformas online disponíveis, como o Google Meet.

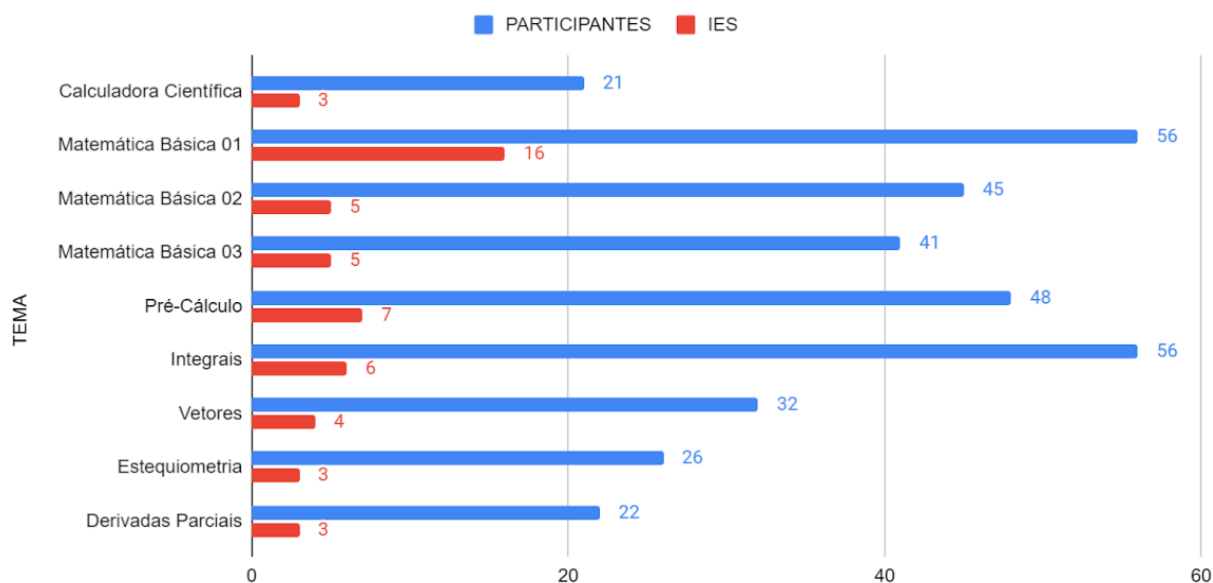
Com a reinvenção da atividade para o modo remoto, as inscrições passaram a ser através de formulários do google forms, e a atividade em si e seus temas são mais divulgados nas redes sociais do PET EngAli, tendo, assim, um maior alcance de participantes, abrangendo discentes de outros cursos e até de outras Instituições de Ensino Superior (IES).

Para a realização dessa atividade foi necessário um maior contato com os discentes para, dessa maneira, saber quais matérias eles mais precisavam de ajuda e o uso das habilidades dos membros do grupo para a criação e organização das oficinas e também o uso de recursos midiáticos para a divulgação e a realização da atividade em si.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

No ano de 2020 foram realizadas nove oficinas: Calculadora Científica, Matemática Básica 1, Matemática Básica 2 e Matemática Básica 3, Pré-Cálculo, Integrais, Vetores, Estequiometria e Derivadas Parciais. (Tabela 1).

Tabela 1 - Relação entre os temas abordados nos cursos do projeto Ciclo de Oficinas no ano de 2020 e a quantidade de participantes e suas instituições diversas.



A mudança da atividade para o modo remoto apresentou uma adaptação positiva e de alta qualidade além de mostrar impactos positivos com um alcance mais abrangente e diversificado.

Dentro do PET EngAli sempre foram trabalhadas diversas atividades de Ensino, buscando ampliar o conhecimento dos participantes do grupo e estes levarem esses aprendizados para os colegas de graduação. Uma das atividades que vêm sendo trabalhadas no grupo é o Ciclo de Oficinas, o qual tem como objetivo a melhoria do ensino de graduação formando jovens versáteis, com iniciativa, expressão oral e argumentação, capazes também de fazer contatos, administrar o tempo e as tarefas. Pontos que podem ser verificados no presente trabalho através dos resultados obtidos.

CONCLUSÕES

Através do presente trabalho foi possível observar que o desenvolvimento de oficinas de maneira remota (em decorrência da situação de quarentena decorrente da pandemia do novo coronavírus) propiciou uma maior participação de discentes da UFG e outras Instituições.

AGRADECIMENTOS

Agradecimentos ao Ministério da Educação (MEC) pelo Programa de Educação Tutorial e ao Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) pelas bolsas concedidas.

REFERÊNCIAS

DE SENA MONTEIRO, Heloiza Ribeiro et al. A importância das oficinas pedagógicas no processo de ensino-aprendizagem. **Epistemologia e Práxis Educativa-Educ**, v. 2, n. 2, 2019.

FIGUEIREDO, Kléber Mendes de. Programa de Educação Tutorial - PET. PROGRAD - Pró-Reitoria de Graduação, 2021. Disponível em: . Acesso em: 8 Jul. 2021.

História | UFG - Universidade Federal de Goiás. UFG - Universidade Federal de Goiás. Disponível em: . Acesso em: 8 Jul. 2021.

PET EngAli UFG - Programa de Educação Tutorial Engenharia de Alimentos Universidade Federal de Goiás. Disponível em: <https://files.cercomp.ufg.br/weby/up/72/o/revista_12_anos_PET1.pdf>. Acesso em: 8 Jul. 2021.

Capítulo 8

EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA EM TEMPOS DE PANDEMIA: CIÊNCIA EM CASA

Aline Alves de Oliveira Machado

Isac Leite Oliveira

Lanna Luiza Sousa Sena

Luana Beatriz Moreira Nunes

Mikaelly Veiga Borges

Adriana Régia Marques de Souza

EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA EM TEMPOS DE PANDEMIA: CIÊNCIA EM CASA

Aline Alves de Oliveira Machado

Discente, Graduanda em Engenharia de Alimentos, Universidade Federal de Goiás
alinealvesaom@discente.ufg.br

Isac Leite Oliveira

Discente, Graduando em Engenharia de Alimentos, Universidade Federal de Goiás
isac.leite@discente.ufg.br

Lanna Luiza Sousa Sena

Discente, Graduanda em Engenharia de Alimentos, Universidade Federal de Goiás
lanna.luiza@discente.ufg.br

Luana Beatriz Moreira Nunes

Discente, Graduanda em Engenharia de Alimentos, Universidade Federal de Goiás
nunesluana@discente.ufg.br

Mikaelly Veiga Borges

Discente, Graduanda em Engenharia de Alimentos, Universidade Federal de Goiás
mikaellyveiga@discente.ufg.br

Adriana Régia Marques de Souza

Docente, Graduada em Engenharia Química, Doutora em Energia na Agricultura e Meio Ambiente, Centro de Energia Nuclear na Agricultura
adriana_regia_souza@ufg.br

Resumo: Os projetos de extensão são essenciais para que os discentes tenham uma formação universitária de qualidade, sendo importante para todas as áreas de estudo, e para suas execuções os estudantes podem enfrentar diferentes obstáculos, dentre eles pode-se destacar o desenvolvimento de estratégias de comunicação capazes de despertar o interesse do público, a escolha adequada dos temas que serão abordados

e o estabelecimento de uma interação com os participantes, os quais se intensificaram com o início do isolamento social devido ao *Sars-Cov-19* que se iniciou em março de 2020, pois com ele os estudantes precisaram ser criativos para se reinventarem e conseguirem continuar com a realização de suas atividades. Então, o presente trabalho teve o objetivo de avaliar o impacto da atividade extensionista *Ciência em Casa* na disseminação de conhecimentos sobre temas da *Ciência e Tecnologia de Alimentos*. Para continuar com a atividade de extensão intitulada *Ciência Em Todo Lugar*, realizada presencialmente, o Programa de Educação Tutorial (PET) Engenharia de Alimentos da Universidade Federal de Goiás (UFG) necessitou alterar a forma de abordagem, assim, o projeto passou a se chamar *Ciência em Casa* e começou a ser realizado de forma totalmente remota pelas mídias digitais do grupo através da criação de vídeos. Esse novo formato permitiu que os petianos adquirissem novas habilidades, intensificou a democratização do conhecimento científico e auxiliou na manutenção do bem estar social.

Palavras-chave: Covid, alimentos, mídia.

Abstract: Extension projects are essential for students to have a quality university education, being important for all areas of study, and for their implementation, students may face different obstacles, including the development of capable communication strategies to arouse the interest of the public, the appropriate choice of themes to be addressed and the establishment of an interaction with the participants, which intensified with the beginning of social isolation due to the *Sars-Cov-19* which began in march 2020, because with it the students needed to be creative in order to reinvent themselves and be able to continue carrying out their activities. So, the present work had the objective of evaluating the impact of the extension activity *Ciência em Casa* in the dissemination of knowledge on themes of Food Science and Technology. To continue with the extension activity entitled *Ciência em Todo Lugar*, held in person, the Programa de Educação Tutorial (PET) Food Engineering at the Universidade Federal de Goiás (UFG) needed to change the approach, so the project was renamed *Ciência em Casa* and began to be carried out completely remotely by the group's digital media through the creation of videos. This new format allowed the petianos to acquire new skills, intensified the democratization of scientific knowledge and helped to maintain social welfare.

Keywords: Covid, food, media.

INTRODUÇÃO

Com o intuito de formar profissionais qualificados, críticos e preocupados com as necessidades sociais, o ensino superior utiliza como pilar a tríade de ensino, pesquisa e extensão. Nesse contexto, a extensão universitária é uma estratégia utilizada para aproximar os estudantes das diferentes realidades existentes dentro da sociedade na qual está inserido. Essa aproximação é responsável pela disseminação de conhecimento, pois a partir dela os universitários conseguem adquirir experiência prática ao aplicar conteúdos teóricos que aprendeu durante a graduação e o público

em geral têm acesso à explicações científicas para diversas situações rotineiras que vivência (FLORIANO et al., 2017).

Sendo assim, a extensão universitária está focada principalmente na democratização dos saberes. Nesse processo os discentes podem enfrentar diferentes dificuldades, como a necessidade de adaptar a comunicação, pois termos técnicos utilizados nas universidades não são compreendidos pela população em geral, então, para que o público-alvo compreenda é ideal que os alunos utilizem uma linguagem simples. Além disso, despertar o interesse das pessoas nos temas abordados também é uma barreira, é imprescindível criar metodologias dinâmicas que conseguem prender a atenção das pessoas (OLIVEIRA, JÚNIOR, SILVA, 2016).

Com o advento da pandemia de COVID-19 tornou-se necessário o isolamento social, o que impossibilitou o contato presencial entre a comunidade universitária e a população em geral. Esse afastamento físico intensificou os problemas enfrentados na execução de projetos extensionistas, pois os estudantes precisaram se reinventar e inovar para que eles pudessem continuar. A principal alternativa encontrada foi adaptar as atividades para o formato remoto, a partir de diferentes ferramentas tecnológicas, como plataformas digitais de edição e transmissão (DINIZ et al., 2020).

A disseminação de conhecimento das atividades extensionistas permite o desenvolvimento do bem estar social, por esse motivo é importante abordar temas relacionados à rotina dos indivíduos. Então, a Ciência dos Alimentos é muito importante nesse pilar universitário, porque ao compreender de maneira básica as características físicas, químicas, microbiológicas e sensoriais dos alimentos, as pessoas conseguem entender as possíveis alterações que eles podem sofrer em suas qualidades (FELLOWS, 2019). Assim, a extensão possibilita transmitir para a sociedade a importância de manusear e conservar os produtos alimentícios de forma adequada.

Desta maneira, o presente trabalho teve o objetivo de avaliar o impacto da atividade Ciência em Casa na disseminação de conhecimentos sobre temas da Ciência e Tecnologia de Alimentos.

METODOLOGIA

Em março de 2020 devido ao isolamento social em função da alta transmissão do vírus *Sars-Cov-19* a UFG suspendeu suas atividades acadêmicas por meio da Resolução Consuni nº 18 de 2020. Com isso, o projeto de extensão Ciência Em Todo Lugar, uma parceria do PET Engenharia de Alimentos da UFG com a Pró-Reitoria de Extensão e Cultura (PROEC) e a Prefeitura de Goiânia, antes realizado de forma presencial, precisou se adaptar para continuar atingindo a comunidade de forma eficiente. Desta maneira, a utilização de plataformas digitais que são bastante conhecidas pela sociedade passou a ser utilizada. Assim, iniciou o Ciência em Casa, como estratégia de continuar a execução do Ciência em Todo Lugar, mas de forma totalmente remota.

Essa atividade procura difundir conhecimento através de vídeos didáticos sobre alterações e características em produtos alimentícios que podem ser observados pela população diariamente em suas casas. Os vídeos foram desenvolvidos com uma linguagem simples, para que todas as pessoas tenham a compreensão dos fenômenos envolvidos. As divulgações ocorreram nas mídias sociais do grupo PET Engenharia de Alimentos da UFG (Instagram, YouTube e Site).

RESULTADOS E DISCUSSÃO

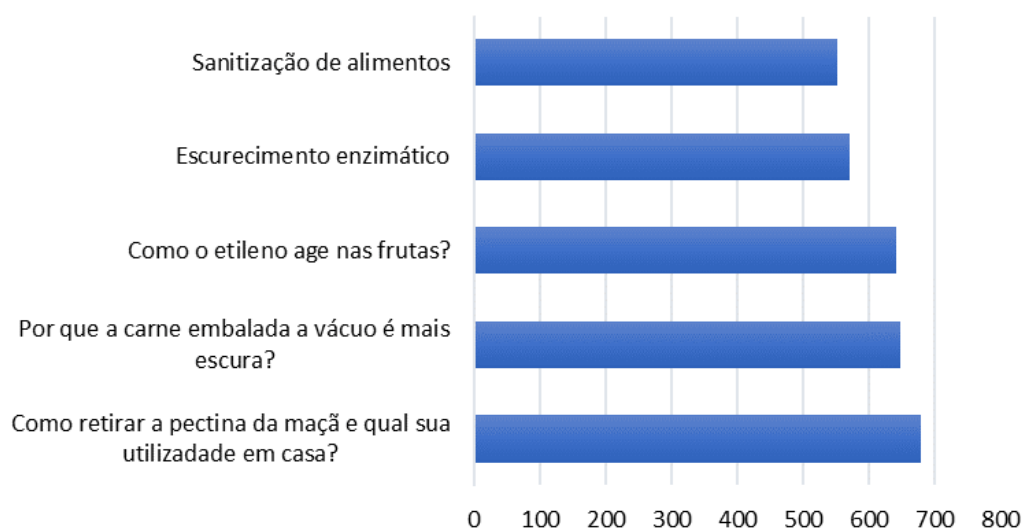
Foram publicados 28 vídeos com temáticas distintas, as quais englobam diversas áreas da Ciência e Tecnologia de Alimentos, como processamento, métodos de conservação, sanitização, microbiologia, bioquímica e embalagens. Os conteúdos publicados obtiveram juntos um total de 36.139 visualizações nas mídias digitais do PET Engenharia de Alimentos da UFG (Instagram, YouTube e Site), ao atingir esse alto alcance a atividade possibilitou aumentar a visibilidade do Programa de Educação Tutorial na comunidade, a população pôde conhecer e acompanhar com maior frequência o trabalho do grupo.

Os recursos midiáticos são excelentes oportunidades de crescimento para os projetos extensionistas, porque a tecnologia permite abordar um maior número de pessoas ao facilitar a transmissão de informação entre diferentes épocas, locais e grupos sociais (SILVA, CARDINALLI, LOPES, 2015). Porém, para isso ser possível é

ideal a aplicação de uma comunicação dirigida, ou seja, as linguagens verbais e não verbais utilizadas devem ser adequadas ao telespectador que se busca atingir (WESTERCAMP, CARISSIMI, 2011). Assim, foram utilizadas falas simples com termos populares de fácil compreensão, sons contagiantes e imagens didáticas para exemplificar as temáticas, pois dessa forma se torna mais atrativo a quem está assistindo. Além disso, foi fundamental evitar a utilização de textos em excesso e também produções longas (GOMES, 2008).

O vídeo mais acessado foi sobre “Como retirar a ardência provocada pela pimenta?”. Acredita-se que o fato de haver poucos conteúdos de fácil acesso e linguagem simples sobre essa temática contribuiu para o sucesso do vídeo. Além desse tema houveram outros que despertaram grandemente o interesse do público (Gráfico 1), isso provavelmente ocorreu, porque se tratam de assuntos recorrentes no dia a dia da população e que frequentemente geram diferentes questionamentos nas pessoas.

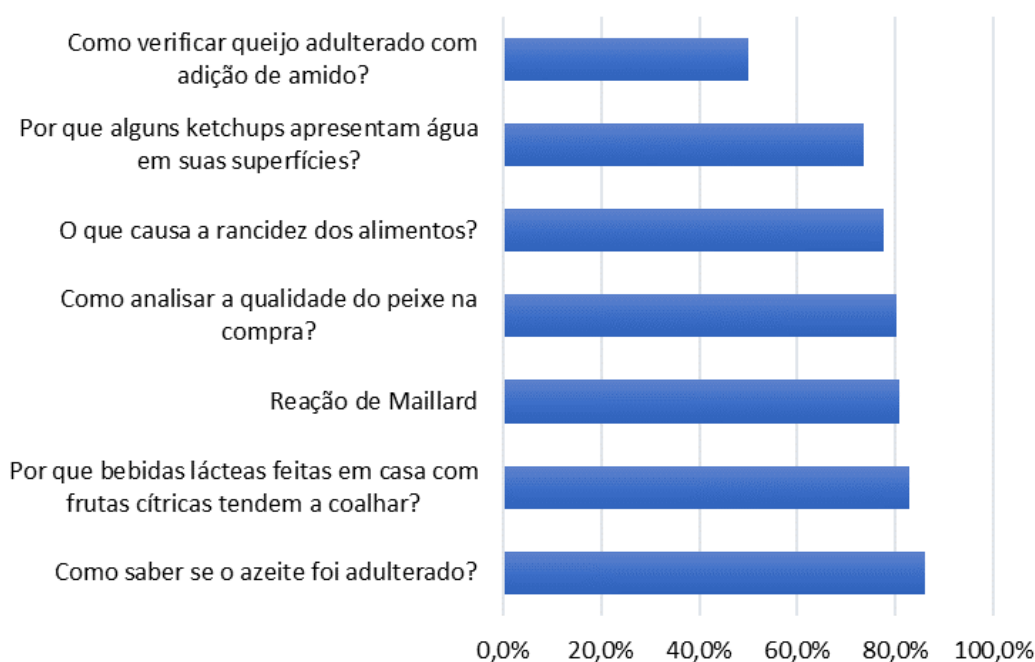
Gráfico 1- Relação entre temas abordados e quantidade de visualizações dos vídeos mais acessados nas mídias digitais do PET Engenharia de Alimentos da UFG (Instagram, YouTube e Site).



Em 2021, a fim de estabelecer uma maior interação com o público e avaliar como está a compreensão dos conteúdos expostos, foi iniciada a realização de

questionários por meio de *stories* (ferramenta disponibilizada no Instagram) sobre os temas abordados. Com as respostas adquiridas foi possível observar que essa atividade de extensão é eficiente para a absorção de conteúdo pelo público-alvo, pois após assistirem aos vídeos a maioria dos indivíduos conseguiram responder corretamente às perguntas realizadas no questionário. A temática que apresentou menor porcentagem de erros foi “Como saber se o azeite foi adulterado?”, provavelmente isso ocorreu devido a forma de abordagem do conteúdo, no vídeo foi ensinado um teste simples que pode ser realizado em casa para identificar essa adulteração, o que facilita o entendimento do assunto (Gráfico 2).

Gráfico 2- Relação entre temas abordados e quantidade de acertos nos questionários aplicados no Instagram do PET Engenharia de Alimentos da UFG.



CONSIDERAÇÕES FINAIS

A atividade Ciência em Casa, realizada de forma totalmente remota, permitiu que os petianos adquirissem habilidades de comunicação, pois a linguagem precisou ser adaptada, e de marketing digital. Além disso, intensificou a democratização do conhecimento científico e auxiliou na manutenção do bem estar social, pois atingiu um grande número de participantes.

AGRADECIMENTOS

Ao Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) pelas bolsas concedidas e ao Ministério da Educação (MEC) pelo Programa de Educação Tutorial (PET).

REFERÊNCIAS

- DINIZ, E. G. M.; et al. A extensão universitária frente ao isolamento social imposto pela COVID-19. *Brazilian Journal of Development*, Curitiba, v. 6, n. 9, p. 72999-73010, 2020.
- FELLOWS, P. J. *Tecnologia do processamento de alimentos*. 4. ed. Porto Alegre: Artmed, 2019.
- FLORIANO, M. D. P.; et al. Extensão universitária: a percepção de acadêmicos de uma universidade federal do estado do Rio Grande do Sul. *Em Extensão*, Uberlândia, v. 16, n. 1, p. 9-35, 2017.
- GOMES, L. F. Vídeos didáticos: uma proposta de critérios para análise. *RBEP*, Brasília, v. 89, n. 223, p. 477-492, 2008.
- OLIVEIRA, F. L. B; JÚNIOR, J. J. A.; SILVA, M. L. P. Percepção dos acadêmicos em relação às dificuldades no desenvolvimento de projetos de extensão universitária. *Revista Ciência em Extensão*, Unesp, São Paulo, v. 12, n. 2, p. 18-25, 2016.
- SILVA, C. R.; CARDINALLI, I.; LOPES, R. E. A utilização do blog e de recursos midiáticos na ampliação das formas de comunicação e participação social. *Cad. Ter. Ocup.*, UFScar, São Carlos, v. 23, n. 1, p. 131-142, 2015.
- WESTERKAMP, C.; CARISSIMI, J. *Vídeos Institucionais: Uma análise comparativa*. XII Congresso de Ciências da Comunicação na Região Sul, Londrina, 2011.

Capítulo 9

A EDUCAÇÃO EM SAÚDE NA COMUNIDADE COMO ESTRATÉGIA DE PREVENÇÃO DA COVID-19 E OUTRAS DOENÇAS RESPIRATÓRIAS EM BRASÍLIA

*Leila Akemi Evangelista Kusano
Yasmin Noleto Nascimento*

A EDUCAÇÃO EM SAÚDE NA COMUNIDADE COMO ESTRATÉGIA DE PREVENÇÃO DA COVID-19 E OUTRAS DOENÇAS RESPIRATÓRIAS EM BRASÍLIA

Leila Akemi Evangelista Kusano

Enfermeira, Mestre em Educação Profissional pela Universidade da Cidade de São Paulo

Yasmin Noleto Nascimento

Graduada em Enfermagem pelo Centro Universitário do Distrito Federal

RESUMO

Objetivo: Elaborar um material educativo que possa ser utilizado em população alfabetizada ou analfabeta, sem haver restrições de conhecimentos e saberes, a fim de, quando aplicados na prática, tais conhecimentos contribuam a prevenir doenças respiratórias. Foi realizado uma revisão integrativa de literatura sobre a importância da educação em saúde em tempos de pandemia da covid-19 na população do Distrito Federal. **Método:** estudo descritivo de qualitativo sendo realizado uma revisão integrativa de literatura para a construção do material. Foram pesquisados artigos de 2000 até o ano de 2020 na língua portuguesa. Os dados coletados foram das plataformas: LILACS, EDUC@ e boletins epidemiológicos sobre COVID-19 do Ministério da Saúde. **Resultados:** As doenças respiratórias causam possuem alta taxa de mortalidade, tanto em países desenvolvidos quanto em desenvolvimento. Mesmo sendo altamente infecciosas e terem altos índices de disseminação, há um déficit em educação em saúde para a comunidade leiga e analfabeta. A pandemia do COVID-19 que teve seu primeiro caso em São Paulo comprovado em fevereiro de 2020, após 5 meses já encontravam-se mais de 6.000 confirmados na mesma região, isso mais uma vez comprova que ações sociopolíticas que abrangem todas as camadas da sociedade se torna imprescindível quando se diz respeito à doenças do trato respiratório. **Conclusão:** O uso de materiais visuais e verbais associadas, podem facilitar o entendimento e compreensão das pessoas, principalmente as com baixa escolaridade. A construção de um material lúdico garante que a comunicação seja mais efetiva, sendo assim, há conscientização sobre fatores importantes como por exemplo: instruções e mudanças de hábitos para evitar tais infecções, bem como a causada pelo novo coronavírus.

Palavras-chave: covid-19, doenças respiratórias, educação em saúde

ABSTRACT

Objective: To carry out an integrative literature review on the importance of health education in times of the covid-19 pandemic in the population of the Federal District

for the development of educational material in a playful way to cover the entire population, without restrictions on knowledge and knowledge, so that, when applied in practice, such knowledge contributes to preventing respiratory diseases. **Method:** Respiratory diseases cause have a mortality rate, both in developed and developing countries. Even though they are highly infectious and have high rates of dissemination, there is a deficit in health education for the lay and illiterate community. The COVID-19 pandemic that had its first case in São Paulo proved in February 2020, after 5 months there were already more than 6,000 confirmed in the same region, this once again proves that sociopolitical actions that cover all layers of society becomes essential when it comes to respiratory tract diseases. **Conclusion:** When visual and verbal languages are together, in order to reach more people in the community, the prevention of respiratory diseases becomes more effective. The construction of a playful material ensures that communication is more effective, thus, there is awareness about important factors such as: instructions and changes in habits to avoid such infections, as well as the one caused by the new coronavirus.

Keywords: covid-19, respiratory diseases, health education.

1. INTRODUÇÃO

Em 2019, no mês de dezembro, o SARS-CoV-2, o mundo se deparava de uma nova doença ocasionada pelo vírus Coronavírus, que foi identificado pela primeira em uma cidade chinesa chamada Wuhan. Fato que tornou uma emergência de saúde pública e gerou interesse internacional em 2020. A propagação aconteceu de maneira tão rápida que foi decretado uma pandemia, atingindo todo o mundo (DIAS; RIBEIRO, 2020; GALINDO et al., 2021; SILVA et al., 2020).

O Brasil está enfrentando o surto da doença que necessita de mudanças de comportamento por parte de toda a população, tanto de maneira individual quanto de maneira coletiva. É de extrema importância que a comunidade tenha uma boa conduta e siga as recomendações da OMS, respeitando o isolamento social, para que essa doença seja combatida. Materiais educativos para educação em saúde é uma estratégia muito boa para a prevenção de doenças e promoção da saúde (OLIVEIRA et al., 2020; SILVA et al., 2020).

A educação em saúde é uma das melhores formas para incentivar a mudança de hábitos, comportamentos e atitudes individuais e coletivas, principalmente quando se trata de saúde pública, ou seja, é uma boa estratégia para o combate a COVID-19. Essa educação em saúde pode ser feita através de materiais educativos de linguagem apropriada e acessível para a população. Existem outras concepções de educação em saúde, que não têm enfoque em saúde sanitária, entre elas temos a educação

popular em saúde, que influenciou no surgimento do Sistema Único de Saúde, pois ganhou muita relevância histórica no Brasil (MOREL, 2021; SILVA et al., 2020).

2. METODOLOGIA

Trata-se de uma pesquisa qualitativa de cunho descritivo do tipo Revisão Integrativa de Literatura (RIL) no qual objetiva “reunir e sintetizar resultados de pesquisas sobre um delimitado tema ou questão, de maneira sistemática e ordenada, contribuindo para o aprofundamento do conhecimento do tema investigado. Para tanto, pretende-se seguir as seis etapas da RIL: 1) Definição do objetivo do estudo, pergunta norteadora e questões a serem respondidas; 2) Elucidação dos critérios de inclusão e exclusão; 3) Coleta de evidências científicas; 4) Análise dos artigos científicos; 5) Interpretação dos resultados; 6) Síntese das evidências (MENDES et al., 2008).

Etapa 1: O presente estudo originou-se com a seguinte pergunta: “A educação em saúde é capaz de diminuir a propagação da Covid-19 e outras doenças respiratórias por meio da prevenção”? Portanto, o objetivo deste estudo é apontar as principais evidências indexadas nas bases de dados acerca de educação em saúde e prevenção de doenças respiratórias. A pesquisa tem como objetivos específicos: Promover a conscientização individual do público leigo sobre o vírus SARS-CoV-2 de forma lúdica e com linguagem simplificada. 2) Orientá-los sobre a importância da higienização das mãos; higienização de superfícies; ventilação de ambientes; evitar aglomerações na prevenção de doenças respiratórias; dados epidemiológicos de maneira progressiva desde o surgimento da doença no Brasil sobre a Covid-19.

Etapa 2: Os critérios de inclusão foram artigos nacionais e internacionais, publicados de 2000 a 2020 em texto completo, de livre acesso, disponíveis gratuitamente e em língua portuguesa. Também serão utilizados dados epidemiológicos sobre a Covid-19 advindos do Painel Coronavírus, além do orçamento para o enfrentamento da doença disponibilizado pelo Ministério da Saúde. Por fim, serão consultadas algumas informações da Organização Mundial de Saúde. Foram descartadas teses, dissertações, monografias, trabalhos publicados em anais e estudos encontrados em mais de uma plataforma.

Etapa 3: A pesquisa foi elaborada de maneira retrospectiva de agosto de 2000 a março 2021 por intermédio de pesquisa eletrônicas: Literatura Latino-Americana e do Caribe em Ciências da Saúde (LILACS) Scientific Electronic Library Online (SciELO) e Educ@. Para busca de evidências científicas sobre a temática, foram utilizados a combinação dos descritores cadastrados no DeCs (Descritores em Ciências de Saúde): Doenças Respiratórias, Coronavírus e Educação em Saúde com o operador booleano “AND” entre cada descritor.

Etapa 4: Foi feito um cruzamento entre os descritores em resposta a pergunta norteadora, no qual alguns foram excluídos por não abordem o assunto no título e/ou resumo. Foi feito um rastreamento aprofundado por meio de leitura de artigos na íntegra nos casos de título e resumo não esclarecedores, a fim de evitar o ocultamento de estudos relevantes.

Etapa 5: Após a leitura na íntegra dos artigos que foram selecionados, foi realizado a interpretação dos resultados coletados nos estudos.

Etapa 6: Amostra final da leitura encontrada foi de 25 artigos e dois materiais.

3. RESULTADO E DISCUSSÃO

1.1. Doenças respiratórias

As doenças respiratórias atingem desde nosso trato respiratório superior (mucosas nasais) até o trato respiratório inferior. O sistema respiratório de um adulto pode filtrar cerca de 100.000 litros de ar por dia, frequentar ambientes hostis como locais fechados e com grande aglomeração de pessoas e ter contato com pessoas infectadas por esse tipo de doença podem colocar em risco a saúde respiratória do indivíduo. Essa exposição predispõe a maiores chances de desenvolver infecções seguidas de inflamações do trato respiratório que pode durar de 1 a 21 dias na sua fase aguda, podendo ser causada por vírus ou bactérias. Se não tratadas ou tratadas de forma inadequada podem evoluir para processos infecciosos e inflamatórios crônicos. Esse tipo de doença pode acometer pessoas de todas as faixas etárias, sendo um importante fator nas causas de morte e morbidade na vida da população (CORIA et al., 2017; PÉREZ-PADILLA et al., 2014).

Os fatores socioeconômicos são grandes determinantes para as doenças respiratórias, estudos evidenciam que locais com condições de vida elevada apresentam baixa taxa de hospitalização, ao contrário dos locais com baixas condições de vida, que apresentam uma alta taxa de hospitalização. Logo podemos afirmar que os determinantes sociais estão diretamente ligados com as doenças infecciosas e sua forma de distribuição. Além do mais, o índice de casos de doenças respiratórias está diretamente ligado a hábitos como, por exemplo: o uso de fogão a lenha e de lareiras, pois a inalação da fumaça produzida na queima da lenha é prejudicial a saúde, a poluição ambiental, a exposição a químicos e o tabagismo (ANTUNES et al., 2013; ANTUNES et al., 2014; BERNART et al, 2009).

De acordo com a OMS, conforme citado por Bernat et al. (2009, p. 1914) aponta como desafios para um melhor perfil epidemiológico em relação à saúde respiratória, as barreiras socioeconômicas (pobreza, baixa escolaridade e más condições sanitárias), ambientais (tabagismo, poluição e baixa qualidade da alimentação), a elevada incidência de contaminação por HIV e tuberculose além de problemas na organização dos serviços de saúde. São citadas, ainda, a ausência de iniciativa política para implementar ações no setor saúde, a lacuna de dados epidemiológicos sobre o tema e as barreiras relativas ao paciente (desconhecimento sobre as doenças respiratórias e barreiras culturais em relação aos doentes e a determinados tratamentos).

Toda a população está suscetível a desenvolver doenças respiratórias agudas, porém certos grupos são mais acometidos como, por exemplo, crianças na faixa etária de cinco a nove anos, onde a principal doença é a asma, causada por fatores genéticos e ambientais. Outra população bastante acometida é os de idosos, que se tornam mais suscetíveis devido as alterações fisiológicas que podem acomete-los, entre elas estão a diminuição ou ineficiência imunológica, queda da atividade ciliar e elevação da rigidez pulmonar. A população idosa do sexo masculino se mostrou mais suscetível em relação ao sexo feminino, muitas vezes por fatores culturais relacionados à menor procura de unidades de saúde ou por terem hábitos de vida menos saudáveis como o tabagismo e o alto consumo de bebidas alcoólicas (ARANHA et al., 2011; CORIA et al., 2017).

1.2. Covid-19

O coronavírus faz parte de uma família de vírus que atingem o sistema respiratório e intestinal, tanto em humanos quanto em animais, na maioria dos casos a infecção causada em humanos se dá por conta da baixa patogenicidade, gerando sintomas leves, semelhantes ao de um resfriado, mas pode acontecer da infecção ser mais grave em grupos de risco, idosos e crianças. As características dos vírus desta família são compostas por glicoproteínas do tipo Spike (S), que ligam o vírus aos receptores celulares do organismo hospedeiro e elas são fundamentais no processo de fusão da membrana celular ao envelope viral. O Sars-CoV-2, vírus causador da COVID-19, apareceu pela primeira vez na China, em dezembro de 2019 e foi caracterizado como pandemia pela Organização Mundial da Saúde devido a elevada taxa de dispersão e mortalidade. (BRASIL, 2020; NETO; FREITAS, 2020; SCHAEFER et al., 2020).

A principal forma de transmissão do vírus é de maneira direta, ou seja, por meio da fala, tosse, espirro, devido as gotículas respiratórias infecciosas que entram em contato com as mucosas ou conjuntivas das pessoas saudáveis através do ar e por contato com a mucosa oral de uma pessoa contaminada. A transmissão indireta ocorre quando o vírus está localizado em uma superfície, nesse caso a superfície contaminada deve ser associada com o contato direto das mãos com a boca, nariz e olhos. Muitas informações sobre esse vírus ainda são desconhecidas, mas quando se trata de sinais e sintomas clínicos os mais comuns são os sintomas respiratórios e seu período médio de incubação é de 5.5 dias, com intervalos de até 12.5 dias e seu período de transmissibilidade é em média de 7 dias após o início dos sintomas, mas em caso de pessoas assintomáticas não se sabe ao certo quando inicia-se essa transmissão. (BRASIL, 2020; NETO; FREITAS, 2020). Conforme Sávio (2020, p. 3) pacientes sintomáticos para a Covid-19 eliminam, por meio de fala, tosse e/ou espirro, gotículas respiratórias que contém o SARS-CoV-2, que pode se depositar em superfícies como aço e plástico e sobreviver por até 72 horas.

Os sintomas mais comuns são febre, tosse, dispneia e fadiga muscular, mas alguns pacientes podem apresentar outros sinais e sintomas como: dor de cabeça, dor de garganta, rinorréia, diarreia, pneumonia bilateral, dor no peito, náuseas e vômitos e linfopenia (ALBUQUERQUE et al., 2021).

O período de incubação é de cerca de 5.5 dias, o aparecimento dos sintomas podem acontecer em até 11 dias após a contaminação em cerca de 97,5% das pessoas que foram infectadas e o período de infecção ainda não é totalmente esclarecido, mas pode ser de 24 a 48 horas após o aparecimento de sintomas (ALBUQUERQUE et al., 2021; FLUMIGNANI et al., 2020).

As principais medidas de prevenção da COVID-19 são: não se expor ao vírus e isso inclui ficar em casa, em isolamento social, limpar e desinfetar objetos e superfícies que foram tocadas por outras pessoas, higienizar as mãos com água e sabão e álcool gel 70%, tossir ou espirrar no cotovelo ou em lenço descartável, manter o distanciamento social de no mínimo 1 metro e utilizar máscara (BRASIL, 2020; SILVA et al., 2020). De acordo com Ortelan, et al. (2021, p. 684) o uso das máscaras de tecido como uma medida adicional de proteção frente a pandemia de COVID-19 é especialmente relevante para populações em vulnerabilidade social diante da impossibilidade de adoção de medidas de distanciamento social em diversos contextos brasileiros, a exemplo das periferias e favelas e dos transportes públicos.

Os impactos da Covid-19 são grandes, a população enfrenta desafios diariamente devido sua elevada taxa de transmissibilidade, inclusive em casos assintomáticos, a ausência de tratamento eficaz e a grande vulnerabilidade social da população. Outros fatores são as complicações geradas nos casos mais graves que necessitam de internação hospitalar, fazendo com que os leitos hospitalares fiquem saturados e o risco de morte elevado. O fato de a pandemia exigir quarentena fazendo com que as pessoas fiquem em casa e saiam apenas para casos necessários também trás grandes impactos, tornando a população mais vulnerável ao adoecimento mental (OLIVEIRA et al., 2020).

Em relação ao grupo de risco estão inclusos os idosos, pessoas com comorbidades (diabetes, hipertensão arterial, problemas respiratórios e renais, câncer, cardiopatias, imunossupressão) e gestantes. Buscar ações que protejam os idosos é essencial, pois eles são associados ao maior risco de morte e complicações por Covid-19. Isso não exclui a responsabilidade da população que não faz parte dos grupos de riscos, que devem sua parte, uma vez que a redução da transmissão comunitária é essencial para o bem de todos (OLIVEIRA et al., 2020; RODRIGUES, 2020).

1.3. Educação em Saúde

A educação em saúde consiste em um processo sistemático, contínuo e permanente que se constitui pela fusão de aspectos oriundo do campo educacional e da saúde. Esse processo objetiva o desenvolvimento e a formação da consciência crítica do indivíduo e apresenta um caráter pedagógico, que contém relação com o ensino e a aprendizagem dos assuntos relacionados a saúde e estimula a busca de soluções em assuntos de caráter coletivo (BRASIL, 2007; MARINHO; SILVA, 2015).

De acordo com o Ministério da Saúde, segundo Camossa (2014, p. 15), o artigo 200 da Constituição Federal de 1988, em seu inciso III estabelece como responsabilidade do SUS ordenar a formação na área da Saúde - o que significa que o SUS deve se responsabilizar pelas ações da educação em saúde. Vendrusculo (2016, p. 7) sugere que devem ser criadas estratégias de estruturação de processos educativos que assegurem novas práticas sanitárias, superando os modelos tradicionais centrados nas abordagens de doença e riscos, é preciso considerar a adequação do perfil profissional e o desenvolvimento de iniciativas de valorização dos trabalhadores. (Vendrusculo et al., 2016).

Para uma saúde coletiva eficaz, é necessário que cada indivíduo faça a sua parte, pois a dimensão individual é tão importante quanto a coletiva, ou seja, qualquer comprometimento a saúde individual pode refletir no coletivo, como é o caso das doenças infectocontagiantes, onde um indivíduo pode contaminar uma população inteira. Tendo em vista esse saber podemos concluir que a Educação popular em Saúde (EPS) é de grande importância, pois leva um saber para toda comunidade, produzindo saúde no âmbito individual e coletivo e criando a responsabilidade compartilhada entre pessoas e o coletivo (BRASIL, 2010; LIMA et al., 2020; PFUETZENREITER, 2001).

Para Silva, et.al, (2020), materiais educativos são estratégias de educação em saúde, e sua linguagem adequada, acessível e gratuita permite contribuir para o cuidado em saúde, para a prevenção de doenças e promoção da saúde, pois caracteriza-se como veículo transformador de práticas e comportamentos socioambientais. A utilização dessas estratégias na saúde pública em um momento de pandemia é muito importante, principalmente quando integra a Universidade à comunidade, por meio da educação infantil.

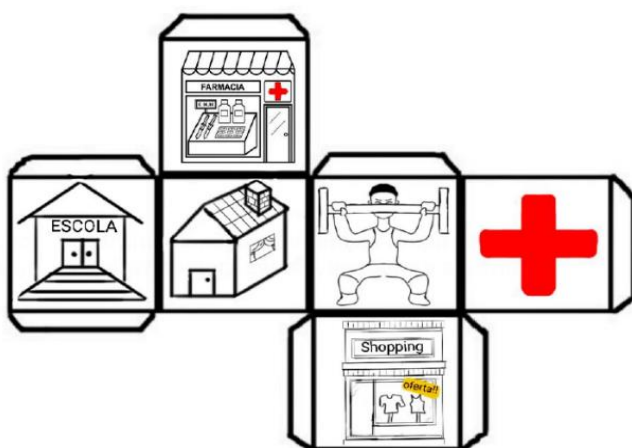
Diante do exposto, foi construído um material simples, lúdico, com potencial educativo e que atendesse o público analfabeto. Sendo assim propomos a criação de nove dados cada um com seis faces referentes a doenças respiratórias e Covid-19, medidas de prevenção, locais de transmissão, hábitos importantes, pessoas mais suscetíveis, sinais e sintomas, alimentos que rebaixam a imunidade, disseminação independente da condição climática.

Portanto, encontra-se abaixo um molde do material educativo proposto:

- Em princípio, o jogo será composto por nove dados personalizados com seis faces;
- Cada dado representa uma temática específica sobre doenças respiratórias;
- A ideia do jogo é que se arremessem os dados e seja contado uma história livre de acordo com a face sorteada por eles;
- A partir da história elaborada, o coordenador da atividade poderá avaliar o grau de informações que se têm sobre a prevenção da Covid-19 e demais doenças respiratórias.
- Os dados correspondem, respectivamente, as seguintes informações:

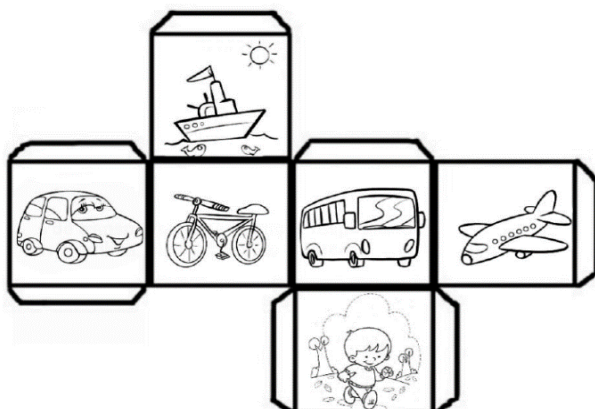
1- Locais de transmissão das doenças respiratórias:

Casa, hospital, shopping, escola, academia e farmácia.



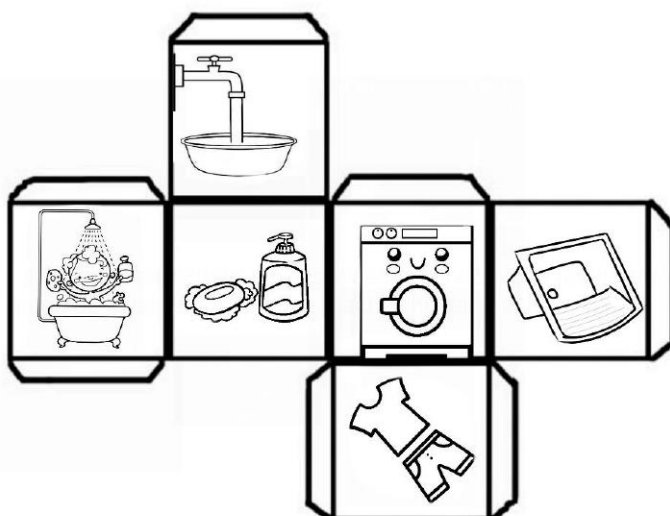
2- Locais de transmissão das doenças respiratórias:

A pé, carro, ônibus, bicicleta, avião e barco.



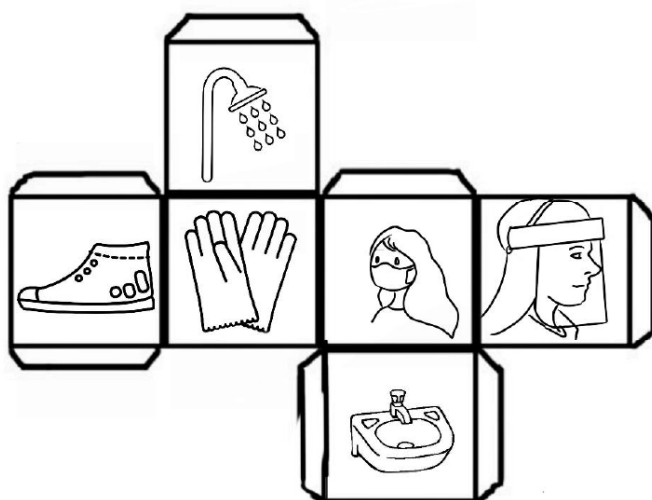
3- Hábitos que diminuem a transmissão das doenças respiratórias:

Máquina de lavar, roupa, tanque, bacia, chuveiro, sabão.



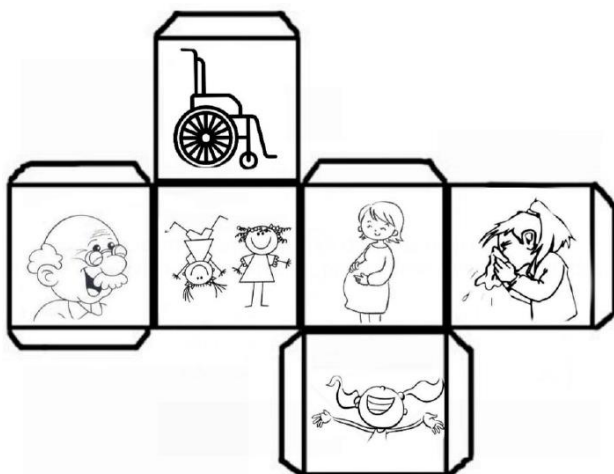
4- Formas de prevenção das doenças respiratórias:

Máscara, face shield, sapato, pia, chuveiro, luvas.



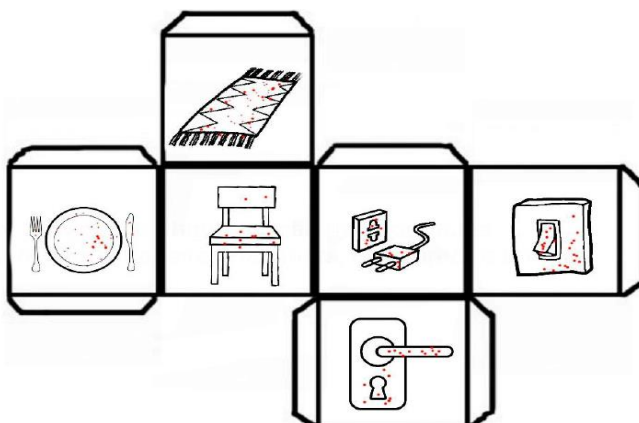
5- Pessoas que podem ser atingidas por doenças respiratórias:

Vovô, criança, grávida, pessoa doente, pessoa feliz e cadeira de rodas.



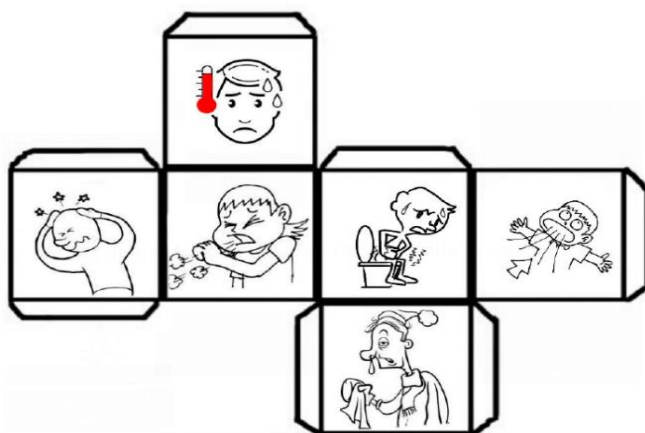
6- Importância da higienização de superfícies:

Tapete, prato, cadeira, maçaneta, interruptor e tomada.



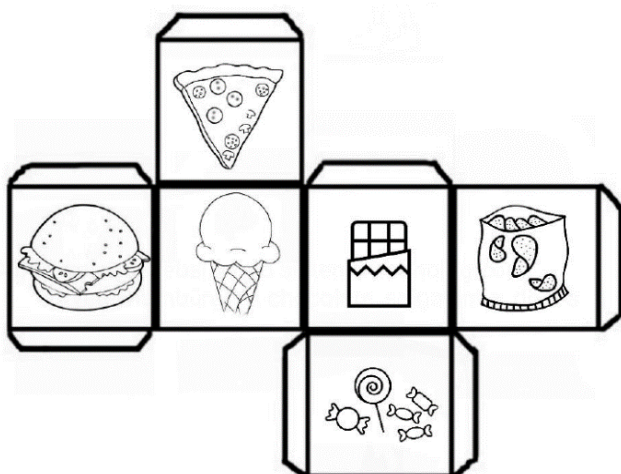
7- Sintomas:

Tosse, perda do olfato, febre, dor de cabeça, falta de ar e diarreia.



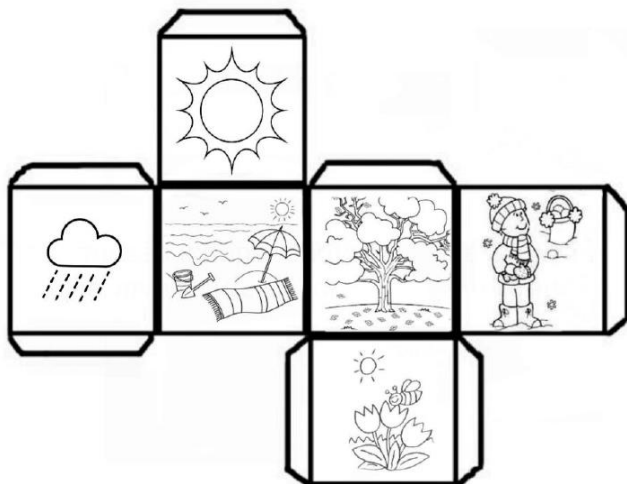
8- Alimentos que rebaixam o sistema imunológico

Pizza, sorvete, hambúrguer, chocolate, salgadinho, doces.



9- Transmissão independente do clima

Sol, chuva, inverno, verão, outono e primavera.



4. CONCLUSÃO

Conclui-se que a educação em saúde e o material elaborado têm o propósito de levar informações para todas as camadas da sociedade, independente da classe socioeconômica. A elaboração de elementos educativos que se comunicam de forma lúdica garante a comunicação de forma universal entre a comunidade e a equipe de saúde. A prática e interação entre os profissionais e indivíduos potencializam ainda mais o aprendizado e também consolida o objetivo de conscientização sobre as doenças respiratórias, bem como o Covid-19, levando o conhecimento necessário para preveni-las.

Espera-se conseguir implementar o material, para que possa ser validade como atividade educativa em todos os âmbitos que ocorram o processo de educação em saúde. Se necessário, algumas imagens podem ser substituídas para que haja maior compreensão da prevenção e possíveis formas de contaminação das doenças respiratórias, dentro ela a Covid-19.

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALBUQUERQUE N. L. S. Planejamento operacional durante a pandemia de Covid-19: comparação entre recomendações da Organização Mundial da Saúde e o Plano de Contingência Nacional. **Cogitare Enferm.** Disponível em: <<https://revistas.ufpr.br/cogitare/article/view/72659/pdf>>. Acesso em: 17 mar. 2021.

ANTUNES, F. P. et al. Determinantes sociais dos diferenciais intraurbanos das internações por doenças respiratórias em Salvador (BA), Brasil. **Rev. bras. epidemiol. SUPPL D.S.S.** 2014; 29-38. Disponível em:

<<https://www.scielo.br/j/rbepid/a/8Lv5tJBrLCJrftHNdGqBqCw/?lang=pt>>. Acesso em: 12 mar. 2021.

ANTUNES, F. P. et al. Desigualdades sociais na distribuição espacial das hospitalizações por doenças respiratórias. **Cad. Saúde Pública**, Rio de Janeiro, 29(7):1346-1356, jul, 2013. Disponível em:

<<https://www.scielo.br/j/csp/a/4PKQKTRbNqQpFK47FtTQh6w/abstract/?lang=pt>>. Acesso em: 12 mar. 2021.

ARANHA, M. A. F; GRISI, S. J. F. E; ESCOBAR, A. M. U. Relação da doença respiratória declarada pelos pais e fatores socioeconômicos e culturais. **Revista Paulista de Pediatria**, v. 29, n. 3. Pág. 352-356, 2011. Disponível em:

<<https://www.scielo.br/j/rpp/a/z6TWPSSPQ9fPJb6kPBzrfRM/?lang=pt>>. Acesso em: 18 mar. 2021.

BERNART, A. C. et al. Prevalência de sintomas respiratórios e fatores associados: estudo de base populacional em adultos de Lages, Santa Catarina, Brasil. **Cad. Saúde Pública**, Rio de Janeiro, 25(9):1907-1916, set, 2009. Disponível em:

<<https://www.scielo.org/article/csp/2009.v25n9/1907-1916/>>. Acesso em: 23 mar. 2021.

BRASIL. Fundação Nacional de Saúde. Diretrizes de educação em saúde visando à promoção da saúde: documento base - documento I/Fundação Nacional de Saúde - Brasília: Funasa, 2007. 70 p.: il. Disponível em:

<<http://www.funasa.gov.br/documents/20182/38937/Educa%C3%A7ao++em+Saude+-+Diretrizes.pdf>>. Acesso: 07 abr. 2021.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção Especializada à Saúde. Departamento de Atenção Hospitalar, Domiciliar e de Urgência. Protocolo de Tratamento do Novo Coronavírus (2019-ncov). Brasília, 2020. Disponível em:

<<https://pesquisa.bvsalud.org/portal/resource/pt/biblio-1050437>>. Acesso em: 24 mar. 2021.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Política Nacional de Promoção da Saúde / Ministério da Saúde, Secretaria de Vigilância em Saúde, Secretaria de Atenção à Saúde. – 3. ed. – Brasília : Ministério da Saúde, 2010. Disponível em: <

https://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/politica_nacional_promocao_saude_3ed.pdf>. Acesso em: 20 abr 2021.

CAMOSSA, D. A; CARO, S. M. P. Promoção em saúde e educação sociocomunitária. **Série-Estudos** - Periódico do Programa de Pós-Graduação em Educação da UCDB, Campo Grande, MS, n. 38, p. 107-128, jul./dez. 2014.

Disponível em: <

<https://www.scielo.br/j/icse/a/6dR6MvCvyHKBkzbYJnFY9jb/?lang=pt>>. Acesso em: 01 maio 2021.

CORIA, V. R. et al. Caracterização dos idosos internados por doença respiratória aguda em um hospital escola terciário. **Rev Med** (São Paulo). 2017 abr.-jun.;96(2):94-102.

Disponível em: < <https://pesquisa.bvsalud.org/portal/resource/pt/biblio-868080>>. Acesso em: 18 mar. 2021

DIAS, E. C; RIBEIRO, D. R. S. V. Manejo do cuidado e a educação em saúde na atenção básica na pandemia do Coronavírus. **J. nurs. health**. 2020;10(n.esp.):e20104020.

Disponível em: < <https://pesquisa.bvsalud.org/portal/resource/pt/biblio-1129474> >. Acesso em: 19 mar. 2021.

FLUMIGNANI, R. L. G. et al. Evidências de revisões sistemáticas Cochrane para o controle da disseminação da infecção pelo COVID-19. **Diagn. Tratamento**. São Paulo, v. 25, n. 3, pág. 121-129, 2020. Disponível em:

<http://www.revenf.bvs.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid%3DS0104-07072020000100203>. Acesso em: 7 abr. 2021.

GALINDO, N. N. M. et al. Covid-19 e tecnologia digital: aplicativos móveis disponíveis para download em smartphones. Texto & Contexto - Enfermagem v. 29. Disponível

em:<http://www.revenf.bvs.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010407072020000100203>. Acesso: 22 mar. 2021.

LIMA, L. O. et. al. Perspectivas da Educação Popular em Saúde e de seu Grupo Temático na Associação Brasileira de Saúde Coletiva. **Ciência & Saúde Coletiva**, 25(7):2737-2742, 2020. Disponível em:

<<https://www.scielo.br/j/csc/a/ZngBvSLW4q5MNkXVdjpzxpj/abstract/?lang=pt>>.

Acesso em: 28 abr. 2021

MARINHO, J. C. B; SILVA, J. A. D. Concepções e implicações da aprendizagem no campo da educação em saúde. **Revista Ensaio**. Belo Horizonte, v. 17, n.2, p. 351-371, maio-ago, 2015. Disponível em: <

http://educa.fcc.org.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1983-21172015000200351&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 14 abr. 2021.

MENDES, K. D. S; SILVEIRA, SILVEIRA, R. C. C. P; GALVÃO, C. M. Revisão integrativa: método de pesquisa para a incorporação de evidências na saúde e na enfermagem. **Texto Contexto Enferm**, Florianópolis, 2008 Out-Dez; 17(4): 758-64. Disponível em:

<<https://www.scielo.br/j/tce/a/XzFkq6tjWs4wHNqNjKJLkXQ/?lang=pt&format=pdf>>.

Acesso em: 27 mar. 2021.

MOREL, A. P. M. Negacionismo da Covid-19 e educação popular em saúde: para além da necropolítica. **Trab. educ. saúde**, Rio de Janeiro, v. 19, n. 2, 2021.

Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/tes/a/pnVbDRJBcdHy5K6NSc4X65f/?lang%3Dpt&format%3Dpdf>>. Acesso em: 12 mar. 2021.

NETO, A. R. S; FREITAS, D. R. J. Utilização de máscaras: indicações de uso e manejo durante a pandemia da covid-19. **Cogitare Enfermagem**, 2020. Disponível em: < <https://docs.bvsalud.org/biblioref/2020/07/1103881/12-72867-v25-pt.pdf>>.

Acesso em: 22 mar. 2021.

OLIVEIRA, W. K. et al. Como o Brasil pode determinar um COVID-19. **Epidemiol. Serv. Saúde**, Brasília, v. 29, n. 2, 2020. Disponível em:

<<https://www.scielo.br/j/ress/a/KYNshRCc8MdQcZHqZzVChKd/?format=pdf&lang%3Dpt>>. Acesso em: 9 mar. 2021.

ORTELAN, N. et al. Máscaras de tecido em locais públicos: intervenção essencial na prevenção da COVID-19 no Brasil. **Ciência & Saúde Coletiva**, 26(2):669-692, 2021. Disponível em: <

<https://www.scielo.br/j/csc/a/qNQ5bT4JCch7C8ZVw5cgpfK/?lang=pt#:~:text=A%20triagem%20de%20artigos%20e,de%20propaga%C3%A7%C3%A3o%20do%20novo%20coronav%C3%ADrus.>>. Acesso em: 09 mar. 2021.

PÉREZ-PADILLA, R. et al. Combate a doenças respiratórias: esforços divididos levam ao enfraquecimento. **J Bras Pneumol**. 2014; 40(3): 207-210. Disponível em:

<<https://www.scielo.br/j/jbpneu/a/s3QCxmflTyyF6dW7z3m4h9w/?lang=pt&format=pdf>>. Acesso em: 12 mar. 2021.

PFUETZENREITER, M. R. A ruptura entre o conhecimento popular e o científico em saúde. **Ensaio** – Pesquisa em Educação em Ciências, v. 3, n. 1, jun. 2001.

Disponível em: <

<https://www.scielo.br/j/epec/a/bB4yTv6BVF8JCRCpr4bft9p/?format=pdf&lang=pt>.

Acesso em: 25 abr. 2021.

RODRIGUES, P. Comorbidade, idade e letalidade no Covid-19 nos estados de Goiás. **BR1.1**, s.l.; s.n; 21 maio 2020. Disponível

em:<<https://pesquisa.bvsalud.org/portal/resource/pt/biblio-1116243> >. Acesso em: 19 mar. 2021.

SÁVIO, B. P. B. et al. Mecanismos imunopatológicos envolvidos na infecção por SARS-CoV-2. **Bras Patol Med Lab**. 2020; 56: 1-10. Disponível em: <

[https://www.scielo.br/j/jbpml/a/8BSZPYms95JCjyW5stbLBGM/?lang=pt#:~:text=Ap%C3%B3s%20a%20entrada%20do%20SARS,\(ECA%2D2\)\(%209](https://www.scielo.br/j/jbpml/a/8BSZPYms95JCjyW5stbLBGM/?lang=pt#:~:text=Ap%C3%B3s%20a%20entrada%20do%20SARS,(ECA%2D2)(%209)>. Acesso em: 10 mar. 2021.

SCHAEFER, B. M. et al. Ações governamentais contra o novo coronavírus: evidências dos estados brasileiros. **Revista de administração pública**, Rio de Janeiro 54(5):1429-1445, set. - out. 2020. Disponível em: <

<https://pesquisa.bvsalud.org/portal/resource/pt/biblio-1137021> >. Acesso em: 17 mar. 2021.

SILVA, R.C.R. et al. Construção de cartilha educativa sobre cuidados com crianças frente a pandemia covid 19 relato de experiência. **Rev baiana enferm**.

2020;34:e37173. Disponível

em:<http://www.revenf.bvs.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S217886502020000100608>. Acesso em: 18 mar. 2021.

VENDRUSCOLO, C; PRADO, M. L; KLEBA, M. E. Reorientação do ensino no sus: para além do quadrilátero, o prisma da educação. **Revista Reflexão e Ação**, Santa Cruz do Sul, v. 24, n. 3, p.246-260, Set./Dez. 2016. Disponível em: <

<https://pdfs.semanticscholar.org/ac0d/982f3e1a35072aa93469219d6c55cdb30162.pdf> >. Acesso em: 19 abr. 2021.

Capítulo 10

RELAÇÕES BILATERAIS ENTRE BRASIL E ARGENTINA NA PANDEMIA DO COVID-19

Adriano da Silva Matias
Gerson Bessa de Andrade

RELAÇÕES BILATERAIS ENTRE BRASIL E ARGENTINA NA PANDEMIA DO COVID-19

Adriano da Silva Matias

Graduando em Geografia pela Universidade Federal do Acre (UFAC),

drianosilva.as12@gmail.com

Gerson Bessa de Andrade

Graduando em Geografia pela Universidade Federal do Acre (UFAC),

gersonbessa@gmail.com

Resumo

Mostrar uma visão entre Brasil e Argentina no contexto recente da pandemia de COVID-19 bem como são os casos dos dois países seja de forma individual no enfrentamento da pandemia ou num contexto regional da América do Sul. Essa pesquisa está diante de um cenário de crise econômica e geopolítica global advinda com a pandemia do novo coronavírus que forçou os Estados e Nações a criarem uma perspectiva de recuperação econômica para os momentos durante e pós-pandemia. Nesse sentido, se busca analisar como são as relações entre Brasil e Argentina em vários aspectos ambientais, geoeconômicos e geopolíticos num sentido de que essa integração entre esses países que são grandes destaques no continente Sul-americano, no que se refere as dinâmicas de desenvolvimento econômico, integração produtiva e regional, nesse sentido diante desta crise mundial econômica, de saúde e seus potenciais impactos causados ao meio ambiente. Com isso as pesquisas são feitas num contexto na qual a globalização está cada vez mais evidente, na forma que novas realidades que a pandemia da COVID-19 trouxe no qual os problemas que já existiram foram mais agravados globalmente e nesse ponto Argentina e Brasil estão mostrando como são os enfrentamentos dessas problemáticas que já existiam mas não tão graves quanto nesse período de pandemia.

Palavras-chave: COVID-19. Economia. Mercosul. Política. Globalização.

Abstract

Show a vision between Brazil and Argentina in the recent context of the COVID-19 pandemic, as well as the cases of the two countries, either individually in the face of the pandemic or in a regional context of South America. This research is facing a crisis scenario economic and geopolitical situation arising from the new coronavirus pandemic that forced States and Nations to create a perspective of economic recovery for the moments during and after the pandemic. In this sense, it seeks to analyze how the relations between Brazil and Argentina are in various environmental, geoeconomic and geopolitical aspects in a sense that this integration between these countries that are great highlights in the South American continent, with regard to the dynamics of economic development, productive and regional integration, in this sense in the face of this global economic and health crisis and its potential impacts on the environment. As a result, research is carried out in a context in which globalization is increasingly

evident, in the way that new realities that the COVID-19 pandemic brought about in which the problems that already existed were more aggravated globally and at this point Argentina and Brazil are showing how are the confrontations of these problems that already existed, but not as serious as in this period of pandemic.

Keywords: COVID-19. Economy. Mercosur. Globalization.

INTRODUÇÃO

Antes da pandemia em 2019, as exportações para a Argentina tiveram queda notável em comparação com o ano anterior devido às condições do país vizinho. Mas ainda assim com tamanha diminuição do ponto de vista comercial, o país se mantém na lista dos principais compradores de produtos brasileiros, sendo um dos principais parceiros do comércio exterior. Em 2019, a Argentina foi o quarto país que mais exportou produtos nacionais.

Por outro lado, o Brasil é o principal parceiro comercial da Argentina e isso se dá pela conjuntura das relações político-comerciais bilaterais entre os dois países e a visão do bloco do Mercosul e na América do Sul com forte ligação política e econômica. Sendo assim, para que o Brasil possa ter uma inserção no olhar regional e global a relação política é construída na cooperação entre as duas nações, portanto tendo uma troca mútua de relações políticas e econômicas. Bem como os dois países compõem dois terços em número da população e o PIB da América do Sul.

FIGURA 1 – Mapa de Casos confirmados e Vacinados 13/08/2021 de Brasil e Argentina



Elaborado: SILVA, A. M., 2021

Fonte: Our. world in data

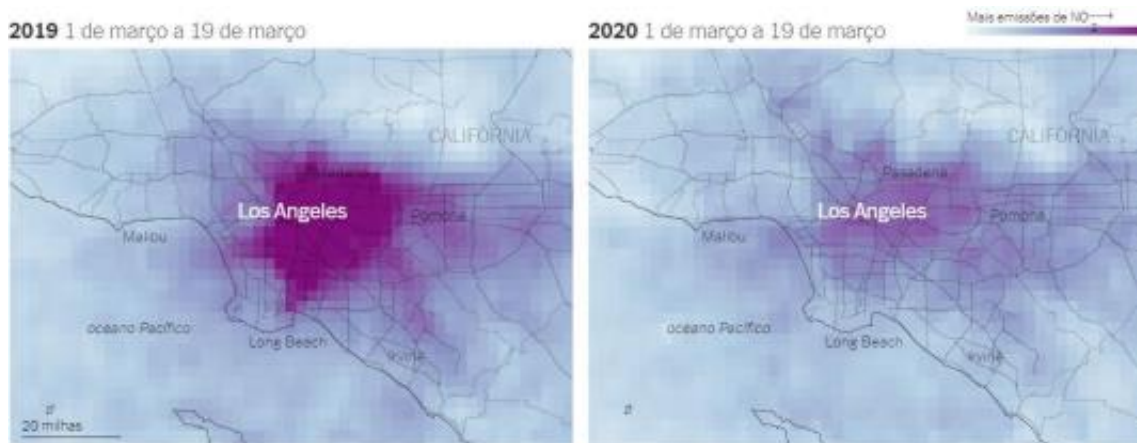
A aproximação entre Brasil e Argentina foi no período de redemocratização na década de 1980, por meio do projeto de integração sul-americana que teve a criação do Mercado Comum do Sul (MERCOSUL) em 1991. A elevada integração bilateral econômica e política têm fortalecido a economia e a indústria de ambos os países por conta da integração sul-americana. Apontado pelo Ministério das Relações Exteriores sobre as relações Brasil e Argentina:

A forte dinâmica comercial bilateral, marcada pelo elevado percentual de produtos de alto valor agregado, tem importantes impactos em setores estratégicos das duas economias, sobretudo na indústria. Ressalta-se, entre as áreas beneficiadas pela parceria bilateral, o setor automotivo, que tem efeitos diretos e indiretos sobre o conjunto da economia brasileira, em campos tão diversos como mineração, siderurgia, metalurgia, química, petróleo e gás, além do setor de serviços (engenharia, mecânica, administração, propaganda e marketing, entre outros). (BRASIL, 2021)

Neste sentido a discussão geoeconômica e geopolítica tem um papel fundamental para os dois países em questão (Brasil e Argentina), sobretudo porque é um desafio para os governos pensar estratégias social e econômica, no futuro pós-pandêmico.

Diante da pandemia não só Brasil e Argentina, mas o mundo busca entender como a economia mundial no pós-pandemia irá se comportar, tendo a premissa que o novo paradigma mundial de buscar desenvolvimento de forma sustentável, pode gerar entraves para uma recuperação econômica imediata. Entre os vários pontos negativos da pandemia de COVID-19 o que pode ser considerado como ponto positivo ou a se analisar a diminuição de gases na atmosfera que foram causados pelo presente isolamento social implantando em vários governos pelo mundo, que forçou indústrias principalmente a diminuir suas atividades. Analisando as cidades da América Latina como Los Angeles Albuquerque *et al* (2020) constatou “uma mudança radical na emissão de dióxido de nitrogênio (NO₂) na atmosfera, mostrando que o isolamento social além de proteger do vírus como a natureza em certos níveis das ações antrópicas”.

Figura 2 – Diferença na emissão de gases em um período sem coronavírus x com coronavírus em Los Angeles



Fonte: The New York Times. (2020)

“Vale ressaltar, que Los Angeles é uma cidade dependente de veículos e que normalmente apresenta um dos maiores índices de poluição atmosférica dos Estados Unidos. Com o isolamento social, empresas e escolas tiveram de ser fechadas, o que contribuiu para a diminuição de engarrafamentos e consequentemente para redução dos níveis de dióxido de nitrogênio na atmosfera” (Albuquerque *et al*, 2020). Por outro

lado, no Brasil cidades como São Paulo e outras tiveram aspectos positivos a serem considerados em relação a diminuição nos níveis de poluição, sendo responsável por isso principalmente o grande número de casos notificados na cidade que acarretaram rigorosas políticas de distanciamento social, que possibilitaram a redução de 50% o índice de poluentes na atmosfera. De acordo com o G1 (2020) “o isolamento social propiciado pela pandemia contribuiu para diminuir 30% os índices de poluentes que causam doenças respiratórias”.

JUSTIFICATIVA

A preocupação com a retomada da economia é notória em todo o globo, porém as causas sociais, econômicas, culturais, políticas e ambientais que a pandemia causou e vem causando. Assim este trabalho busca demonstrar os aspectos geoeconômicos e geopolíticos na relação entre Brasil e Argentina na busca por esta retomada econômica, mas também mostrar os impactos ambientais que a pandemia de COVID-19 causou em ambos.

Durante as últimas décadas, o avanço internacional dos países hegemônicos foi determinado por questões fundamentadas em dois aspectos: primeiro, no relacionado à organização e controle das ideologias regionais, e em segundo lugar, às ações políticas visando ao equilíbrio regional do poder. O aumento na competição internacional gerou uma significativa pressão por novas fontes de matérias-primas, como petróleo, gás, minerais da terceira geração e, especialmente, por fontes alternativas de suprimento de água. Recursos esses necessários para atender à crescente demanda das economias tradicionalmente dominantes do mercado internacional de commodities, como também daquelas economias que, em função do paradigma da globalização (Stiglitz, 2003; Letchner, 2009), aproveitaram as condições econômicas e políticas para se integrar ao seleto grupo de economias que determinam a geopolítica mundial do fluxo e intercâmbio de recursos naturais. Por causa dessa nova divisão do mercado internacional do trabalho, a forma de apropriação de áreas ricas em recursos, por parte das economias hegemônicas, incentivou uma nova estrutura global em que os conflitos armados passarão a definir a formação de espaços vitais estratégicos de recursos naturais.

A importância geopolítica do Brasil no cenário internacional está no campo ambiental, representada essencialmente pela Amazônia, determinada por seu grande

estoque de recursos estratégicos, que despertam interesses expressos nas estratégias geopolíticas de países e instituições internacionais, pela apropriação do que os grupos de ecologistas e ambientalistas chamam hoje de “capital natural ou capital intangível” (Becker, 2004; Schmidt e Santos, 2002).

No entanto, a partir de 2000, na estrutura do comércio internacional, uma nova forma de tratar a dinâmica do mercado foi definida como “a mercantilização da natureza”. Nesse contexto, a Amazônia, diante da forte pressão global pela disponibilidade de recursos naturais estratégicos para a manutenção do padrão de desenvolvimento e crescimento econômico, assume, no século XXI, importância geopolítica mundial, exigindo iniciativas administrativas e políticas, por parte dos governos, para garantir a soberania na conservação e na utilização dos recursos naturais

No contexto de riqueza hídrica, o rio Amazonas, com mais de três mil afluentes, assume posição privilegiada dentro da dimensão geopolítica de utilização e preservação dos recursos naturais do planeta. Dada a possibilidade de a crise hídrica se consolidar em nível global, a água deixará de ser tratada como bem comum para se tornar um bem econômico. Nesse caso a água passa, portanto, a adquirir um valor econômico em função de sua contribuição para grande número de atividades produtivas e industriais. A Amazônia assume assim uma posição internacional de forte conteúdo geopolítico.

A proteção da biodiversidade tem sido tema central de vários eventos nacionais e internacionais nos quais têm sido identificados fatores político-econômicos, fatores socioculturais e fatores biológicos como agentes diretamente relacionados à utilização dos serviços da floresta Amazônica. A região Amazônica, com a maior floresta tropical do planeta, detém o maior estoque de recursos estratégicos do século XXI, portanto, políticas mais responsáveis devem ser um componente da geopolítica do país, objetivando reduzir as perdas do bioma da Amazônia, para mostrar, no âmbito internacional, a responsabilidade para com as futuras gerações dentro do marco definido pelo Relatório da Comissão Mundial para o Ambiente e o Desenvolvimento “Nosso Futuro Comum”, em 1987. (AMIN, 2015)

Segundo AMIN (2015) a globalização das atividades financeiras, econômicas e sociais é uma realidade que não pode ser ignorada. Esse processo tem gerado tanto

oportunidades como preocupações, com a crescente desigualdade das forças do mercado atuando nos diferentes setores da economia internacional. Aquelas economias que conseguiram aproveitar esse potencial de crescimento econômico e integração regional elevaram, significativamente, seus indicadores econômicos e sociais. Os países, por outro lado, que se limitaram a “presenciar” o processo globalizante das economias internacionais, enfraqueceram suas posições de participação no comércio internacional e reduziram suas taxas de fluxos de capital.

METODOLOGIA OU MATERIAL E MÉTODO

DESAFIOS CIENTÍFICOS E PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

O dimensionamento correto dos desafios científicos a serem superados para atingirmos os objetivos da pesquisa proposta requer considerar o recorte temático escolhido da Integração Regional e a subárea em que ela se insere (Geografia Econômica/Geoeconomia), o trajeto de construção da narrativa e o contexto atual das pesquisas que já estão sendo realizadas. A metodologia de execução do projeto em questão consiste em:

- Revisão bibliográfica sobre o tema para elaboração dos textos temáticos e para subsidiar teórico-metodologicamente a pesquisa realizada.
- Levantamento de dados sobre experiências e análises da dinâmica regional da pandemia do novo corona vírus (Sars-CoV-2) suas respectivas conexões as políticas de desenvolvimento regional no continente;
- Cartografar com a base de dados do IPEA, IBGE, SUS, DATASUS; BNDES, MAPA, SECEX, ALICE/WEB as seguintes variáveis, para subsidiar a pesquisa realizada nesse trabalho;

ARGENTINA

A pandemia causou grandes problemas econômicos, sociais, ambientais e outros, vem desde a descoberta do vírus da COVID-19 (SARS-CoV-2) com algumas problemáticas para as sociedades globais. Porém, com as políticas e estratégias voltadas para o controle da disseminação e do contágio como o isolamento social, foi possível observar alguns pontos positivos relacionado ao meio ambiente como a diminuição de poluentes, e pontos negativos como aumento gradativo de resíduos

hospitalares e domésticos. Segundo Feldman *et al* (2020) Buenos Aires através das políticas de isolamento social obtiveram um resultado na diminuição de poluentes, essa baixa da poluição do ar nas cidades já era esperada devida ao fechamento de empresas e indústrias com o trabalho em *home office*, na cidade a diminuição destes poluentes foi de aproximadamente 50%.

E notório admitir que ao longo dos anos o homem vem se atribuindo cada vez mais de recursos ambientais, aumentando cada dia mais as interações entre as sociedades com o meio ambiente e os animais, Diaz *et al* (2020) cita que:

Los cambios en el uso del suelo (por ejemplo, la conversión de hábitats naturales en paisajes agrícolas o en ecosistemas urbanos) han sido ampliamente reconocidos como factores que incrementan el riesgo de emergencia de zoonosis en humanos. (DIAZ, et al, 2020, p. 83)

Assim essa relação de crise sanitária que se apresenta em todo globo passaria por esta questão de presente avanço de sociedades urbanas ou de presente troca entre espaço natural para espaço de produção, forçando o homem a cada dia a mais conviver com animais e suas enfermidades.

Uma questão que é notória quanto aos impactos ambientais causados pelas políticas de isolamento social diante da pandemia e a maior fabricação e utilização de matérias descartáveis, como máscaras e os equipamentos de proteção individuais fornecidos para as equipes médicas que estão na chamada “linha de frente contra a COVID-19”, esse aumento de materiais podem vir a acarretar problemas imediatos ou futuros quanto ao seu descarte inadequado.

Um dos problemas que as cidades Argentinas enfrentaram quanto a este presente aumento de materiais de resíduos foi o fechamento de ONGs e cooperativas que realizavam a coleta seletiva de lixo, trazendo uma nova dificuldade quanto ao tratamento dos resíduos domiciliares principalmente. Esta atitude de paralização das atividades de coleta seletiva de resíduos foi necessária momentaneamente, pois, segundo Moraes *et al* (2021) “[...]O manejo inadequado de resíduos recicláveis na fonte, especialmente por indivíduos contaminados, pode tornar os catadores e cooperados mais vulneráveis à contaminação pelo vírus”, sendo assim a paralisação serviu como política de proteção aos próprios trabalhadores, mesmo que isso

significasse correr o risco de durante o fechamento das ONGs e cooperativas os resíduos fossem descartados de qualquer maneira.

A atividade econômica da Argentina caiu drasticamente em 2020. Os dados oficiais indicam um retrocesso de 10%, sendo essa a mais agravante do junto com o Peru. Mas já é de costume esses processos de “quebra” e assim posteriormente sua recuperação. Em dezembro de 2019, o peronista Alberto Fernandez assumiu a presidência do país, as coisas estavam ruins. A queda da Argentina havia acontecido novamente, com suspensão de pagamentos e estava há três anos de recessão e em pouco tempo veio a pandemia. (GONZÁLEZ, 2021)

O retrato da recuperação da economia no período da pandemia foi destacado por GONZÁLEZ (2021):

O ministro da Economia, Martín Guzmán, precisou batalhar em duas frentes. Por um lado, renegociou em longas sessões remotas a dívida com os credores privados e conseguiu um adiamento dos pagamentos e uma sensível diminuição dos juros. Isso significou um respiro. Agora tenta fazer com que o FMI também concorde em estender a devolução de seu crédito. (GONZÁLEZ, 2021)

A Argentina ainda continua funcionando, mesmo com todo esse cenário. O mercado interno é um dos pontos essenciais da dificuldade Argentina para sustentar um crescimento consecutivo, explica em parte a enorme pressão inflacionista, a economia está pouco conectada com o comércio internacional. Uma crise problemática é a do peso. A muitos anos com uma alta inflação e de erosão da moeda, fizeram da Argentina um país bi monetário, exemplo disso é que o mercado imobiliário tem seus preços fixados em dólares.

PRIORI (2021), diz que:

A economia Argentina está tentando se recuperar da devastação causada pela Covid-19. Desde o início da pandemia, o governo teve que tomar uma série de medidas que afetaram a evolução econômica do país, como, por exemplo, bloqueios severos, toques de recolher e fechamento de fronteiras. No momento, as perspectivas são positivas para a economia Argentina. A tão esperada retomada econômica, graças à flexibilização das medidas em alguns dos principais mercados para os produtos argentinos, pode começar a se manifestar no curto prazo. (PRIORI, 2021)

Dados do Banco Central da Argentina mostram que a atividade econômica do primeiro trimestre de 2021 cresceu em ritmo mais acelerado, levando em conta os dois últimos anos. A recuperação teve como gatilhos a valorização dos preços das commodities, o maior investimento e consumo. Os gatos pessoais e privados demonstram que o argentino ver uma esperança e está otimista sobre como a economia continuará em 2021 e nos próximos anos.

A Argentina como um dos principais países integrantes do MERCOSUL deve buscar alinhar as questões ambientais, sociais, econômicas, principalmente políticas, visando alcançar novos horizontes que sejam propícios para a retomada de suas ações de cunho geopolíticas e geoeconômicas, onde retomando as atividades frete ao Mercado Comum do Sul junto ao Brasil ambos podem aspirar boas posições nos mercados internacionais.

BRASIL

Desde que a Organização Mundial da Saúde declarou estado de pandemia para o COVID-19, houve diversas tentativas de conter a disseminação do vírus, onde foram propostas e implementadas algumas políticas como o isolamento social da população. A baixa atividade humana, no período pandêmico, ocasionou diversas consequências, sendo elas negativas para a sociedade e positivas no que toca ao meio ambiente, uma vez que houve diminuição da emissão de gases responsáveis pelo efeito estufa diante da diminuição das atividades antrópicas.

Felisardo e Santos (2021) “atribui essas diminuições de gases na atmosfera as consequências causadas pelo distanciamento social que proporcionou limpeza em muitas praias ao redor do mundo, em função da redução dos resíduos gerados pelos turistas, como da mesma forma, a diminuição do uso de transporte privado e público, bem como das atividades comerciais, causaram redução de ruídos nos grandes centros urbanos”.

Em São Paulo por ser considerada a metrópole do Brasil pela sua vasta quantidade de indústria e por contribuir consideravelmente na economia do país foi uma das cidades que mais sentiu os efeitos positivos da pandemia relacionada ao

meio ambiente, onde o transporte automotivo que emitem poluentes e são responsáveis por cerca de 90% de resíduos na capital, contribuindo assim para o aquecimento global e gerando danos à saúde pública afetando a qualidade do ar. Com as políticas de isolamento social estes tipos de degradação foram reduzidos consideravelmente.

Segundo Weber *et al* (2021):

As consequências positivas dessa diminuição atingem a saúde humana, direito fundamental tutelado e que em razão da irreflexão social enfrenta dificuldades em ser protegido como direito de cidadania, para uma boa qualidade de vida garantida a todos, de maneira que seja equilibrada as atividades humanas em consonância com o bem-estar social. (WEBER *et al*, 2021, p. 7)

O aquecimento global também sentiu os efeitos positivos do confinamento na pandemia que manteve os veículos guardados nas garagens, gerando assim menos gases na atmosfera, tendo em vista a queda da circulação de veículos em vias urbanas, diminuindo assim o processo de mudanças climáticas do efeito estufa, o solo e a vegetação também poderão se beneficiar com as práticas de isolamento através da diminuição de descartes de componentes automobilísticos no meio ambiente.

A pandemia não propiciou apenas efeitos positivos no meio ambiente, mas também negativos como o aumento exponencial de lixo hospitalar e doméstico devido à preocupação com a higiene pessoal, e com a maior utilização dos EPIs em todas as redes hospitalares. Felisardo e Santos (2021) estimam que pode ser descartado mais de 85 milhões de máscaras faciais conforme levantamento feito pela Associação Brasileira de Resíduos Sólidos (ABRELPE), quanto aos resíduos sólidos domiciliares estimava-se um acréscimo de 15 a 25%, enquanto os resíduos hospitalares terão um aumento de 20 vezes mais o que era produzido antes da pandemia.

A pandemia junta ao isolamento social trouxe consequências positivas e negativas como citados acima, diante da busca por retomadas em vários âmbitos e necessário se observar mais do que nunca as questões ambientais, pois mesmo estando diante de uma questão conturbada ações de cunho ambientais diante da vasta potencialidade ambiental que o país apresenta, políticas de retomadas da economia devem ser voltadas a utilização destes recursos buscando assim utilizá-los

de acordo com o novo paradigma sustentável para se ter uma retomada econômica o mais rápido possível.

Num contexto pré-pandemia que vão de fevereiro a março de 2020 notou no balanço comercial os choques de oferta e demanda por conta de os primeiros casos surgirem na china em dezembro de 2019, ocorreu uma desaceleração da economia chinesa, sendo o centro da Covid-19, e depois se alastrou peça Europa, que são principais parceiros comerciais do Brasil (COMEXSTAT, 2020).

Em março de 2020, as primeiras medidas de isolamento foram adotadas com o intuito de conter a taxa de contaminação populacional e assim tentar evitar uma crise do sistema de saúde. O governo brasileiro previa como os impactos da doença iriam afetar a economia brasileira com diminuição das exportações, queda no preço das commodities e isso leva a piora nos termos de troca, interrupção da cadeia produtiva de alguns setores, queda nos preços de ativos e piora das condições financeiras, e redução no fluxo de pessoas e mercadorias (MINISTÉRIO DA ECONOMIA, 2020).

Na medida em que a dúvida sobre o cenário econômico se alastrar-se, investimentos e o consumo de bens e serviços foram postergados ou cancelados, internamente e externamente, onde a redução da atividade econômica em outros países teve impacto negativo no volume e no preço das exportações brasileiras. A diminuição do comércio provocou um desencadeamento na economia, pela redução da produção e jornada de trabalho, demissão de trabalhadores, aumento de falências e retração da oferta de crédito pelo setor bancário, devido à ampliação do risco do investimento (MINISTÉRIO DA ECONOMIA, 2020). Portanto, com o desenvolvimento da pandemia, se notou que a situação econômica brasileira era mais grave do que se pensava inicialmente.

No período de abril a julho de 2020, as medidas restritivas de circulação de pessoas e isolamento social estão presentes em todos os estados e municípios, na tentativa de frear o avanço da Covid-19, isso provoca impactos diretos no emprego e renda da população brasileira. Trabalhadores informais foram atingidos primeiro na crise, os formais tiveram os seus empregos por certo período por conta dos custos de demissão e de contratação que as empresas teriam que fazer. No entanto, as micro e pequenas empresas foram afetadas drasticamente. Setores como alimentação fora

de casa, turismo e transporte são os mais afetados. (MINISTÉRIO DA ECONOMIA, 2020).

Algumas medidas de auxílio ao setor empresarial foram anunciadas pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social, expandiu a oferta de capital de giro, com uma linha de crédito para negócios com faturamento anual de até R\$ 300 milhões, sendo o limite de financiamento de até R\$ 70 milhões por ano. A previsão é de que menos R\$ 5 bilhões estarão disponíveis para as Micro, Pequenas e Médias Empresas (MPMEs), com os benefícios de taxas de juros menores e prazos de pagamento maiores. (BNDES, 2020).

Tentando superar a dificuldade de aquisição do financiamento, o SEBRAE e a Caixa organizaram uma linha especial de crédito de R\$ 12 bilhões. Esse crédito será garantido pelo SEBRAE por meio do Fundo de Aval às Micro e Pequenas Empresas (FAMPE), permitindo o atendimento das garantias exigidas pelas instituições bancárias. Este crédito pode ser requerido por microempreendedores individuais (MEI), microempresas, empresas de pequeno porte, desde que tenham pelo menos 12 meses de faturamento e nenhuma restrição de CPF e CNPJ (SEBRAE, 2020).

A principal política de renda destinada aos trabalhadores adotada pelo governo é o Auxílio Emergencial. Conforme Becker (2020):

Para amenizar os prejuízos do desaquecimento econômico decorrente da pandemia gerada pela COVID-19 nos grupos vulneráveis e nas famílias de baixa renda, o Governo Federal, por meio da Lei nº 13.982 de 2 de abril de 2020, estabeleceu medidas excepcionais de proteção social a serem adotadas durante o período de enfrentamento da emergência de saúde pública. Uma dessas medidas é o Auxílio Emergencial no valor de R\$ 600,00 destinado aos trabalhadores informais, microempreendedores individuais (MEI), autônomos e desempregados, cuja renda familiar mensal per capita seja de até 1/2 salário-mínimo ou a renda familiar mensal total seja de até 3 salários-mínimos.

A atividade econômica foi conservada especialmente pela produção agrícola (soja, milho e cana-de-açúcar) e pecuária, apesar da queda generalizada do preço das commodities. Neste sentido, O Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) mostra aumento dos preços da alimentação domiciliar.

Na agricultura, apresenta o temor de obstruir as cadeias regionais de valor agrícola e colocar em risco à segurança alimentar da população, isso depende sobretudo do alcance e das advertências impostas pelos vários laços da cadeia produtiva. No comércio exterior, pode destacar problemas como de planejamento e logística, normas e restrições no que se refere à entrada de contêineres.

O cenário global de crise e desaceleração da economia terá efeitos sobre o Brasil. Por isso As projeções momentâneas do Banco Mundial (2020) indicam uma queda de 8% no PIB brasileiro em 2020. Castro (2020) afirma que o Fundo Monetário Internacional tem uma previsão pessimista e estima a queda em 9,1% do PIB do Brasil. As estimativas do PIB divulgadas pelo IBGE (2020) em setembro já apontam queda de 5,9% no primeiro semestre em relação ao mesmo período de 2019. (SCHNEIDER, 2020).

CONCLUSÃO

A pandemia de COVID-19 e suas consequências vem fazendo com que as sociedades repensem sobre seus hábitos e costumes. Sobretudo a refletir e repensar as ações que são organizadas e impostas no meio ambiente, principalmente sobre a tônica “o que realmente importa para a vida das pessoas”, pensar em estratégias de conservação do meio ambiente ou apenas utilizá-lo como recurso econômico. Vale lembra que as ações feitas em prol das sociedades afetam diretamente o meio ambiente. Haja vista que a relação entre homem e natureza está cada vez mais intensa sendo responsável pelo crescente aumento de doenças ao redor do globo.

As consequências das políticas de controle da pandemia são fundamentais para apresentarem as duas extremidades que o ser humano e suas ações podem causar ao meio ambiente, como o isolamento social que proporcionou uma diminuição radical da poluição do ar no caso de São Paulo e algumas cidades do mundo, como também a redução da carga de trabalho nas indústrias e a baixa circulação de automóveis.

Já na outra extremidade pode ser notada pelos equipamentos e materiais de proteção no enfrentamento a COVID-19, foi esperado um aumento de resíduos hospitalares e domiciliares em todas as cidades do mundo, o que pode acarretar uma sobrecarga nas gestões e tratamentos de resíduos das cidades. Muitas dessas cidades não atendiam as necessidades mesmo antes da pandemia, o que provocou,

e vem provocando impactos ambientais, contaminando solos e lençóis freáticos. Assim as ações ideais de retomadas principalmente na economia do Brasil e da Argentina passaria por ações e políticas que se adequem-se ao paradigma da sustentabilidade, visando utilizar seus potenciais recursos sem os comprometerem.

Portanto, foi retratado nesse texto a forma na qual foi enfrentada a pandemia no recorte de Brasil e Argentina, sobre visões ambientais, geopolíticas e geoeconômicas. Com crises nos dois países em questões sejam elas no período pré-pandemia e os vividos na pandemia e com os que estão surgindo num período em que a pandemia começa a ter um fim. Podemos notar que foram vários processos ocorridos neste período de crise sanitária complicado para todo o mundo, e deixando um legado e um desafio de como as dinâmicas e os processos que envolvem as questões ambientais, geopolíticas e geoeconômicas são relacionadas entre si.

As discussões sobre o período da pandemia estão longes de acabar, com seus impactos em várias áreas de estudos, ressalta que os países em questão Argentina e Brasil ainda sofrem muito com a COVID-19 em comparação a alguns países que já superaram mesmo que de forma parcial. Sendo assim o Brasil e Argentina tem um longo caminho para vencer o vírus.

REFERÊNCIAS

Acordos comerciais entre Brasil e Argentina podem ajudar os dois países no pós-pandemia. Paraná Shop, Paraná, 05 de abril. de 2021. Disponível em: < <https://bit.ly/3i6aXyq> >. Acesso em: 14 de jul. de 2021.

ALBUQUERQUE, A. C. CAMPOS, N. L. F. SIMIONI, F. C. **COVID-19: breve análise dos impactos ambientais causados pela pandemia.** Revista Científica ANAP Brasil, ISSN 1984-3240, Volume 13, número 30, 2020.

AMIN, M. M. **A AMAZÔNIA NA GEOPOLÍTICA MUNDIAL DOS RECURSOS ESTRATEGICOS DO SÉCULO XXI.** Revista crítica de ciências sociais, 107. 2015. DOI: <https://doi.org/10.4000/rccs.599>.

BANCO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL - BNDES. **BNDES crédito pequenas empresas.** Disponível em: < <https://bit.ly/2XnsUBF> >. Acesso em: 11 ago. 2021.

BELLINI, Mauro. **Brasil e Argentina: prioridades para a agenda bilateral e regional.** Poder 360, 2021. Disponível em:< <https://bit.ly/3rbqEbf> >. Acesso em: 14 de jul. de 2021.

BECKER, K. L. **Ampliação do programa Benefício de Prestação Continuada (BPC):** essencial para amenizar a pobreza e urgente em tempos de pandemia. Disponível em: < <https://bit.ly/3s91xqi> >. Acesso em: 11 ago. 2021.

BECKER, Bertha.6 K. **Amazônia: geopolítica na virada do III milênio.** Rio de Janeiro: Garamond. 2004

CAGLIARI, Arthur. **Cadeia Produtiva entre Brasil e Argentina se Fragmenta na Crise.** Folha de São Paulo, 2020. Disponível em: < <https://bit.ly/3hG5lf8> >. Acesso em: 14 de jul. de 2021

COMEXSTAT. **Brasil:** informações gerais. Disponível em: < <https://bit.ly/2XhFPVz> >. Acesso em: 10 ago. 2021.

DIAZ *et al.* La pandemia COVID-19 es el resultado del modelo de apropiación de la naturaleza. In: SOLANET, M. A. **Pandemia: los desafíos múltiples que en el presente le plantea al porvenir.** 1a ed compendiada. - Ciudad Autónoma de Buenos Aires: Academia Nacional de Ciencias Morales y políticas, 2020. Cap. 5, p. 81 – 100.

FELDMAN *et al.* **COVID-19: impactos en el medio ambiente y en el cumplimiento de los ODS en América Latina.** Revista Desarrollo y Sociedad, PP. 104-132, ISSN 0120-3584 E-ISSN 1900-7760. 2020

FELISARDO, Raul. J. A., SANTOS, Glaucia. N. Aumento da geração de resíduos sólidos com a pandemia do COVID-19: desafios e perspectivas para a sustentabilidade. **Meio Ambiente (Brasil)**, v.3, n.3, 2021. p.30-36.

G1 GLOBO. Poluição do ar em São Paulo diminui 50% na primeira semana de quarentena. G1 SP, São Paulo, 08 abr. 2020. Notícia. Disponível em: <<https://bitlybr.com/iy4fP>>. Acesso em: 12 abr. 2021.

GONZÁLEZ, Enric. **A crise perpétua da Argentina.** El País, 2021. Disponível em:<<https://bit.ly/3CIKj7T> >. Acesso em: 12 de ago. de 2021.

GUENHTER, Mariana. **COMO SERÁ AMANHÃ? O MUNDO PÓS-PANDEMIA.** Revbea, São Paulo, V. 15, No4:31-44, 2020.

LECHNER, Frank J. **Globalization: The Making of World Society.** New Jersey: Wiley -Blackwell. 2009.

LUTOFO, Érico. **Para evitar segunda onda no país, Argentina deve restringir entrada pelo Brasil.** Info Money, 24 de março de 2021. Disponível em:<<https://bit.ly/2UXrRYb> >. Acesso em: 24 de jul. de 2021

Mathieu, E., Ritchie, H., Ortiz-Ospina, E. et al. **Um banco de dados global de vacinações COVID-19.** Nat Hum Behav (2021). Disponível em: <<https://bit.ly/3xJxzKJ> >. Acesso em 13 de ago. 2021

MINISTÉRIO DA ECONOMIA. **Ministério da Economia avalia impacto econômico do coronavírus.** Disponível em: < <https://bit.ly/3yIRJpd> >. Acesso em: 11 ago. 2021.

MORAIS, Mariana, S. PROTASIO, Julia, R, VENTURA, Katia. S. Análise da Gestão de Resíduos Sólidos Durante a Pandemia da Covid-19 em Países da América do Sul. In: I Congresso Latino-Americano de Desenvolvimento Sustentável, ISBN 978-65-86753-30-1, 2021, evento online. **Anais[.].** evento online, 2021. P 174 – 189.

PRIORI, Jorge. **Três perguntas: como está a economia da Argentina?** Monitor Mercantil, 2021. Disponível em: < <https://bit.ly/3sltM55> >. Acesso em: 12 de ago. de 2021.

SCHMIDT, Paulo; SANTOS, José L. dos. **Avaliação de ativos intangíveis.** São Paulo: Atlas. 2002.

SCHNEIDER, Sergio et al. **Os efeitos da pandemia da Covid-19 sobre o agronegócio e a alimentação.** Estudos Avançados. 2020, v. 34, n. 100 pp. 167-188. Disponível em: < <https://bit.ly/37BvaXF> >. Acesso em 12 ago. 2021

SILVA, M. L.; SILVA, R. A. **Economia brasileira pré, durante e pós-pandemia do covid-19: impactos e reflexões.** Observatório Socioeconômico da COVID-19, Rio Grande do Sul. 2020. Disponível em: < <https://bit.ly/3xC0mRd> >. Acesso em: eleven de ago. de 2021

STIGLITZ, Joseph E. **Globalization, and its Discontents.** New York: W. W. Norton & Company. 2003

República Argentina. **Ministério das Relações Exteriores.** Disponível em: < <https://bit.ly/3kXSCGF> >. Acesso em: 26 de jul. de 2021.

WEBER, Natalia. C.; CENCI, Daniel. R. O ACÚMULO DE LIXO E OS IMPACTOS AMBIENTAIS DECORRENTES DA PANDEMIA DO COVID-19: UMA ANÁLISE À LUZ DOS ODS. In: **Congresso Internacional em Saúde.** 2021.

Capítulo 11

ACIDENTE POR ESCORPIÃO EM CRIANÇAS

Paloma Tonani

Dimoriani Cristina Pinheiro

Leonardo Faidiga

ACIDENTE POR ESCORPIÃO EM CRIANÇAS

Paloma Tonani

Graduando em Medicina pela Universidade Brasil

E-mail: palomatonani@gmail.com.

Dimoriani Cristina Pinheiro

Graduando em Medicina pela Universidade Brasil

Leonardo Faidiga

Graduado em Medicina pela Univesidade Camilo Castelo Branco

INTRODUÇÃO: A Organização Mundial da Saude incluiu, em 2009, acidentes por animais peçonhentos na lista de Doenças Tropicais Negligenciadas, sendo a segunda causa de envenenamento humano. As picadas de escorpiões são destaques, principalmente na infância, em que há maior vulnerabilidade destes frente às exposições, visto que apresentam uma inexperiência e imaturidade, além de maior risco de apresentarem um quadro clínico mais grave. O quadro ocorre pela inoculação do veneno através da ferroada do animal. As crianças podem cursar com dor local de inicio súbito, náuseas e vômitos, alteração da pressão sanguínea, agitação e falta de ar. **OBJETIVOS:** O objetivo do estudo é avaliar as notificações de acidentes por animais peçonhentos – escorpião em crianças e analisar a evolução do caso. **METODOLOGIA:** O estudo utilizado foi uma pesquisa documental. Foram utilizados as bases de dados estatísticos do DATASUS (Departamento de Informática do Sistema Único de Saúde), do periodo de 2017 a 2021, utilizando os filtros acidentes por animais peçonhentos, acidentes por escorpião, faixa etária, evolução de caso. **RESULTADOS E DISCUSSÃO:** A partir dos dados coletados no DATASUS, pode-se inferir que a faixa etária mais exposta ao escorpionismo com óbito pelo agravo notificado é do 1 aos 9 anos. Isso pode ser explicado pelo intervalo de tempo entre o acidente e o estabelecimento do tratamento, que tem associação direta com o

prognóstico do acidente. Em relação ao número de casos totais, percebe-se que houve um aumento na cura de casos desde 2017 proporcionalmente ao número de casos notificados, além de uma diminuição no número de casos totais de quase 84%.

CONSIDERAÇÕES FINAIS: Segundo os dados apresentados, nota-se que a redução do número de óbitos infantis por acidentes com escorpiões deve-se ao fato de que a prevenção está se tornando eficaz e a população está se conscientizando cada dia mais sobre a procura de ajuda médica em casos de acidentes com animais peçonhentos. Como medidas preventivas, pode-se exemplificar o uso de calçados e luvas em atividades rurais e de jardinagem, limpeza de terrenos baldios, não acumulando entulhos, lixo orgânico e materiais de construção, mantendo sempre limpo os locais próximos das residências.

Palavras-chave: Escorpião; Crianças; Aspectos Clínicos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

HORTA, FÁTIMA MARIA BARBOSA, CALDEIRA, ANTÔNIO PRATES E SARES, JANER APARECIDA S. Escorpionismo em crianças e adolescentes: aspectos clínicos e epidemiológicos de pacientes hospitalizados. **Revista da Sociedade Brasileira de Medicina Tropical**. 2007, v. 40, n. 3 [Acessado 3 Outubro 2021] , pp. 351-353.

ORTIZ, M. M.; LIMA, P. . K. G. C. de; SALES, C. C. F. .; ELVIRA, I. de K. S. .; BARBOSA, A. de O.; ROCHA, K. F.; GUEDES , M. R. J.; OLIVEIRA , S. R. L. de; OLIVEIRA, M. L. F. de. Accidents by scorpio Tityus sp. (scorpiones: Buthidae) in children: two orbit report. **Research, Society and Development**, [S. l.], v. 10, n. 2, p. e24110212457, 2021. DOI: 10.33448/rsd-v10i2.12457. Disponível em: <https://rsdjournal.org/index.php/rsd/article/view/12457>. Acesso em: 3 oct. 2021.

Ministério da Saúde. Sistema de Informação de Agravos e Notificações do SUS. Disponível em: <http://tabnet.datasus.gov.br/cgi/tabcgi.exe?sinannet/cnv/animaisbr.def>. Acesso em 03 oct. 2021.

Ministério da Saúde. Sistema de Informação de Agravos e Notificações do SUS. Disponível em: <http://tabnet.datasus.gov.br/cgi/tabcgi.exe?sinannet/cnv/animaisbr.def>. Acesso em 03 oct. 2021.

Capítulo 12

YOGA PARA CRIANÇAS NA EDUCAÇÃO INFANTIL

Veridiana Pereira Duraczinski

Thaysa Diovanna Bortoncello

YOGA PARA CRIANÇAS NA EDUCAÇÃO INFANTIL

Veridiana Pereira Duraczinski

Renato Nocchi Zimmermann, Email: veridianaduraczinski@gmail.com

Thaysa Diovanna Bortoncello

EMEF Renato Nocchi Zimmermann, Email: ysa2db@gmail.com

RESUMO

O movimento corporal constitui-se para a criança uma das principais formas de linguagem. Sendo assim, a inserção da yoga como prática lúdica tem por objetivo propiciar um momento prazeroso e divertido aos pequenos e suas famílias, através da observação e imitação corporal/gestual e o uso de técnicas de respiração e relaxamento. A yoga na educação pode se tornar um instrumento para o desenvolvimento da inteligência emocional, que é a capacidade desenvolvida pelos seres humanos de reconhecer e determinar suas próprias emoções e sentimentos, bem como a capacidade de lidar com elas, propiciando às pessoas envolvidas momentos de reflexão, relaxamento e autoconhecimento. Este trabalho foi desenvolvido por duas professoras de uma Escola Municipal de Santa Maria / RS, com uma turma de crianças na faixa etária de 2 a 3 anos e suas famílias, através de uma proposta pedagógica não presencial realizada no período de pandemia (covid19). A participação das famílias foi fundamental para a realização da proposta, visto que em tempos de distanciamento social a escola necessita ainda mais da dedicação das famílias para que o ensino-aprendizagem ocorra realmente. A maioria das famílias participou e compartilhou os momentos vivenciados nesta proposta, relatando que as crianças gostaram de realizar algumas posições e respiração da yoga, e alguns pretendem continuar realizando no dia-a-dia.

Palavras-chave: Yoga; Movimento; Educação Infantil.

INTRODUÇÃO

Este trabalho foi desenvolvido por duas professoras, as autoras desse trabalho, na Escola Municipal de Ensino Fundamental Renato Nocchi Zimmermann, de Santa Maria / RS, com uma turma de maternal 1, turno integral, que atende crianças na faixa etária de 2 a 3 anos e suas famílias, através de uma proposta pedagógica não presencial realizada no período de pandemia (covid19), as propostas de atividades foram enviadas via grupo de whatsapp da turma, forma essa de envio escolhida por unanimidade pelas famílias dos alunos, as interações são todas realizadas pelo grupo,

assim como as devolutivas das famílias ocorre por esse meio também, em forma de vídeos, fotos ou até mesmo relatos por áudio ou por escrito.

Para compreender o trabalho desenvolvido vamos apresentar inicialmente o conceito do que vem a ser Yoga ou ioga, que tem como significado amplo controlar e/ou unir. Esse termo vem de origem sânscrita, uma língua presente na Índia, em especial na religião hinduísta, a Yoga é um conceito é uma filosofia, a qual trabalha o corpo e a mente, a mesma está relacionada ao budismo e ao hinduísmo, com o uso de práticas como exercícios e meditação para trabalhar a mente, mas também a parte física.

A Yoga é uma filosofia de vida, tem sua origem na Índia, há mais de 5000 anos, e atualmente ganha seguidores em todo o mundo, ela trabalha as emoções, ajuda a agir de acordo com seus pensamentos e sentimentos, e também traz um profundo relaxamento, concentração, tranquilidade mental, fortalecimento do corpo físico e o desenvolvimento da flexibilidade.

Agora pensando que os primeiros anos de vida são os mais importantes para o desenvolvimento físico, mental e emocional das pessoas, e ainda que é a fase de despertar, explorar e aprender, em que os movimentos corporais ainda são soltos, leves e flexíveis, precisamos nos remeter a Lei de Diretrizes e Bases da Educação e a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), a qual, nos mostra que esta temática muito presente ao tratar da Educação Infantil, não especificando a Yoga, mas linguagem corporal.

Sendo assim, perceberemos que dentre as competências básicas preconizadas na BNCC, é a quarta competência que se estabelece que a linguagem corporal, assim como a linguagem verbal, visual, sonora e digital, pode ser utilizada pelo aluno para “Expressar e partilhar informações, experiências, ideias e sentimentos em diferentes contextos e produzir sentidos que levem ao entendimento mútuo” (BNCC, pág. 11)

Conforme Lima (2020, pág. 1):

É nesta etapa que, com o corpo, a criança explora o mundo, o espaço e os objetos de seu entorno; expressa emoções, relaciona-se com os outros, realiza ações corporais (sentar, engatinhar, escalar, dar cambalhotas etc) importantes para seu desenvolvimento neuropsicomotor. Aqui, a ação corporal é tida como um potente recurso para que a criança reconheça

sensações, identifique limites e possibilidades, tenha espaços de imaginação e amplie repertórios de movimentos.

A BNCC deixa clara a importância do Corpo, Gestos e Movimento quando estabelece que, na primeira etapa da Educação Básica devem ser assegurados seis direitos de aprendizagem e desenvolvimento: expressar, conhecer-se, brincar, participar, conviver e explorar.

Por isso a importância de estarmos oferecendo atividades que possibilitem o pleno desenvolvimento das crianças, de forma que eles estejam se conhecendo, se descobrindo a si e ao mundo.

Como pode-se encontrar no Blog Bosque das Letras, no artigo sobre Yoga para crianças, o autor Piva destaca que, é neste estágio da existência que se recomenda atividades que possam contribuir para a evolução plena, isto é, elementos que possam criar e fortalecer a inteligência emocional, pois como vivemos em uma sociedade com acesso a informação ilimitado, onde frequentemente pessoas têm dificuldade para lidar com si próprias, com os outros e com o mundo.

Sendo assim, a Yoga vem a ser como uma ferramenta para as crianças unirem o corpo e a mente, através de coisas que as sentem prazer como as brincadeiras, jogos cooperativos, histórias, posturas de animais e também as danças.

O movimento corporal constitui-se para a criança uma das principais formas de linguagem. Sendo assim, a inserção da yoga como prática lúdica tem por objetivo propiciar um momento prazeroso e divertido aos pequenos e suas famílias, através da observação e imitação corporal/gestual e o uso de técnicas de respiração e relaxamento. A yoga na educação pode se tornar um instrumento para o desenvolvimento da inteligência emocional, que é a capacidade desenvolvida pelos seres humanos de reconhecer e determinar suas próprias emoções e sentimentos, bem como a capacidade de lidar com elas, propiciando às pessoas envolvidas momentos de reflexão, relaxamento e autoconhecimento.

A partir dessas pesquisas e leituras que chegamos na proposta da utilização da Yoga para crianças na educação infantil, por estarmos vivenciando um momento atípico de pandemia nossas atividades são realizadas pelas famílias, sendo assim

essa proposta pode ser realizada por todos os integrantes da família e ainda a criança estará exercitando o corpo e a mente, buscando controlar seu sentimento e emoções, e ainda compreender suas atitudes e ações.

DESENVOLVIMENTO

1. Yoga para crianças

Quando pensamos em trabalhar com a yoga na turma, fomos em busca de conhecimentos, de leituras sobre o tema, encontramos uma quantidade de material razoável, mas o material encontrado se referia, em sua maioria, a crianças maiores e adolescentes, e a nossa intenção era de aplicar a com crianças bem pequenas, na faixa etária de 2 e 3 anos. Constatamos que a Yoga quando é apresentada as crianças é diferente de como é praticado por adultos, levando sempre em consideração as particularidades e características da infância, Furlan (2012) destaca que pode ser de uma forma agradável e divertida tal como um jogo que às vezes traz um pouco de desafio.

Para os autores Saraswati (2006) e Hermógenes (2007), a estrutura de uma aula de Yoga para crianças deve se basear na consciência corporal, na respiração, no relaxamento e na meditação. Ainda como destaca Silva (2009) a técnica da respiração nas aulas é muito importante, crianças com bronquite e/ou ansiedade, podem estar trabalhando a respiração diafragmática de maneira lúdica, utilizando materiais como canudos, bolinhas entre outros materiais que podem auxiliar no controle da respiração.

Para Ehrenfried (1991), as aulas de Yoga são técnicas que devem estar baseadas na respiração, no relaxamento e no alongamento do corpo, proporcionando um ganho tanto na parte física quanto emocional e mental. Quando se é praticada com frequência garante uma melhora na qualidade de vida, evitando a tensão do cotidiano. A Yoga para crianças deve ser prazerosa e também estimular a imaginação, conforme Silva (2009), as posturas podem ser ensinadas a partir de uma história que vai sendo criada ao longo da aula, como por exemplo, os alunos serem os personagens da história, imitando os gestos dos animais, da natureza, dos heróis sempre com um propósito de valores integrais do ser humano.

Ao juntar as informações de diferente autores, pensamos que seria importante para as crianças, que estão em ensino remoto, a pratica de Yoga, para auxiliar os mesmo a entender e controlar, a ansiedade, as emoções, os sentimentos que estão sentimento e vivendo nesse período de pandemia, em que estão sem contato com outras crianças.

2. O Desenvolvimento da proposta

No decorrer do ensino remoto, buscamos enviar as famílias propostas de atividades que fossem de fácil realização pelas famílias e que os materiais utilizados fossem que fácil acesso. Pensando nisso sempre propomos atividades que possibilitassem as famílias momentos prazerosos e de interação entre os mesmos.

Quando propomos a atividade da Yoga buscamos atender também angustias vindas das famílias através de questionário aplicado via watts para compreendermos como estava sendo vivenciado a pandemia nas famílias, como as crianças estão se sentindo e quais as dificuldades que viam encontrando, e o relato da maioria das famílias veio no sentido de que estavam encontrando dificuldade com relação limites, as crianças estavam bastante agitadas e inquietas.

Após a leituras da devolutiva desses questionários fomos em busca de atividade que pudessem estar contribuindo com as famílias, de alguma forma pudesse auxilia-los a passar por esse momento de pandemia.

A partir de leituras e pesquisas encontramos a Yoga sendo utilizada com crianças, e assim fomos em busca de material para utilizamos com a nossa turma, chegamos assim a proposta de utilização do livro de Joãocaré, que traz diferentes posições da Yoga sendo realizada por animais, esses em posições muitas vezes inusitadas, sendo assim além de estarem se exercitando as crianças estariam de forma lúdica.

Inicialmente propomos no grupo de watts da turma que as famílias assistissem ao vídeo “yoga para crianças, imitando animais”: <https://www.youtube.com/watch?v=5RfVgMJ6dcw> e em seguida disponibilizamos o Livro Aprendendo com os bichos: yoga para crianças, Autor: Joãocaré, da Editora: WMF Martins Fontes.



Figura 1 – capa do Livro: Aprendendo com os bichos: yoga para crianças

Abaixo segue um exemplo de uma das posições apresentadas no livro, em que se mostra a imagem do bicho na posição de yoga, apresenta o nome dado a postura, um passo a passo de como realizar a mesma, de forma adequada, e ainda traz uma breve apresentação do animal, explicando sua origem, onde vive alguns hábitos.

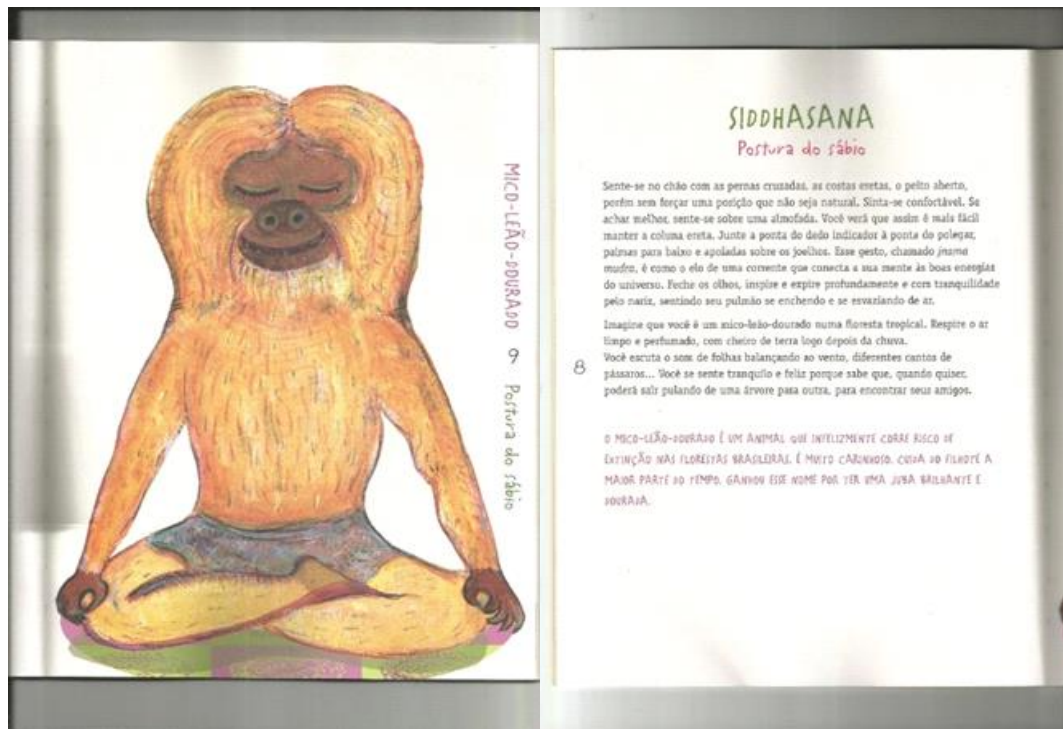


Figura 2 – exemplo de uma das posições encontradas no livro

A participação das famílias foi fundamental para a realização da proposta, visto que em tempos de distanciamento social, a escola necessita ainda mais da dedicação das famílias para que o ensino-aprendizagem ocorra realmente.

A maioria das famílias participou e compartilhou os momentos vivenciados nesta proposta, relatando que as crianças gostaram de realizar algumas posições e também a respiração da yoga, e alguns pretendiam continuar realizando no dia-a-dia a Yoga, pois sentiram que as crianças após a realização da atividade estavam mais tranquilas, serenas e elas mesmas pediram em outros momentos para realizar.

Abaixo apresentamos algumas das propostas junto de algumas devolutivas, todas as imagens da proposta foram retiradas do livro de Joãocaré.

→ Postura do Sábio

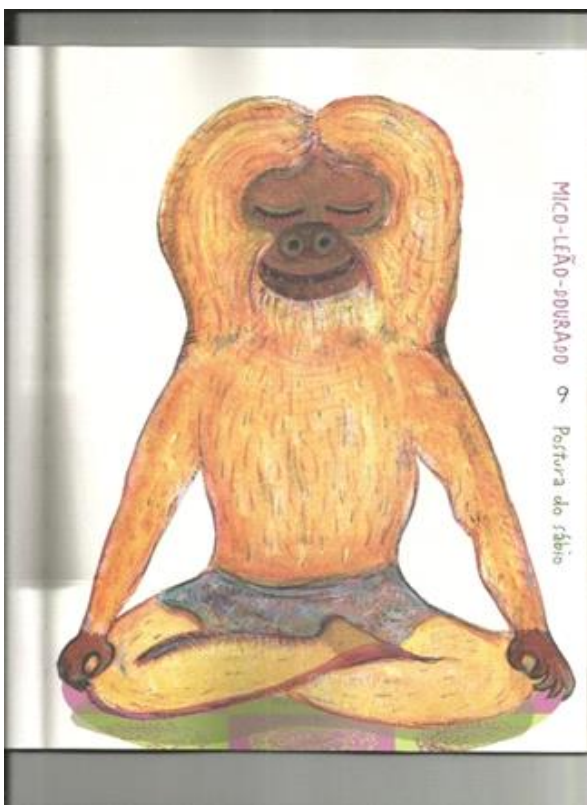


Figura 3 – Postura do Sábio do Sábio



Figura 4 – Aluna na postura

→ Postura da Flor de Lótus



Figura 5 – Postura da Flor de Lótus da Flor de Lótus



Figura 6 – Aluna e sua irmã na postura

→ Respiração do Tigre



Figura 7 – Respiração do Tigre



Figura 8 – Aluno na postura de respiração

Pode-se perceber nas devolutivas o envolvimento das crianças, em que se interessaram e realizaram a proposta com entusiasmo e comprometimento, além de que tiveram o acompanhamento das famílias, não apenas orientando, mas também participando, além dessa imagens recebemos também vídeos em que aparecem as crianças realizando as propostas sob orientação de um adulto, mas também com a participação dos irmãos alguns mais velhos outros menores, isso mostra que a realização da proposta motivou e envolveu toda família.

A criança está sempre a explorar novas descobertas e novos desafios, e a Yoga tem a intenção de proporcionar diferentes vivências físicas, sociais, cognitivas e

afetivas, e assim despertar valores e virtudes de respeito por si e para todos os seres, também vem no sentido de transmitir tranquilidade. Através dos exercícios a criança é capaz de ampliar suas habilidades, coordenação motora, equilíbrio, concentração, e liberar emoções, lhe proporcionando mais auto confiança.

A prática de Yoga por crianças é feita de forma lúdica e criativa, através brincar estará se contribuindo para a condição natural da descoberta pela criança. Observou-se ainda que a Yoga representou também um desafio, devido à disciplina, a dificuldade em algumas posturas, em se manter o silêncio no momento do relaxamento possibilitando uma grande interação e participação das crianças para com as famílias, descobrindo seus limites.

CONCLUSÃO

Podemos concluir que a realização da atividade pelas famílias foi de extrema relevância, pois como as próprias relataram as crianças gostaram de realizar e pediram em outras situações para fazer novamente, acreditamos que por estarmos vivendo em um momento diferente em que as crianças estão sem opção de atividades e sem contato com outras crianças, esse tipo de atividade contribuiu para que elas pudessem explorar situações diferentes com seu corpo, indo em busca de desafios e de entender seus limites.

Pois como já se sabe as crianças captam todas as energias, as emoções do ambiente familiar, sejam elas positivas ou negativas, e de uma forma ou outra acabam transmitindo essas experiências para o seu convívio social, porém como estamos vivenciando um período diferente, de pandemia, em que o contato social está muito restrito, praticamente em algumas famílias não existe, assim as crianças acabam por vivenciar muito o dia a dia das famílias, e por serem muito pequenas não sabem como expressar suas emoções, sentimento e angustias, sendo assim a Yoga pode vir a ser uma boa forma da criança conseguir se compreender e expressar.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília: MEC/Secretaria de Educação Básica, 2017.

EHRENFRIED, I. **Da Educação do Corpo ao Equilíbrio do Espírito**. São Paulo: Sumus, 1991.

FURLAN, E. **Brincando com o Yoga**. São Paulo: Ground, 2012.

HERMÓGENES, J. Auto Perfeição com Hatha **Yoga: Um clássico sobre saúde e qualidade de vida**. 48ª. ed. Rio de Janeiro: Nova Era, 2007.

JOÃOCARÉ. **Livro Aprendendo com os bichos: yoga para crianças**. Editora: WMF Martins Fontes. 2012.

LIMA, Francisco. **BNCC: Corpo, gestos e movimento como recursos na Educação**. Disponível em < <https://www.eloseducacional.com/educacao/bncc-corpo-gestos/>> Acesso em 11. Nov. 2020.

PIVA, André. **Yoga para crianças**. Disponível em <<https://bosquedasletras.com.br/yoga-para-criancas/>> Acesso em 29. Out. 2020.

SARASWATI, S. S. **Yoga e Educação para Crianças**. Belo Horizonte: Satyananda Yoga Center, 2006.

SILVA, G.D. **Curso Básico de Yoga. Teórico e Prático**. São Paulo: Phorte 2009.

CURRÍCULOS DOS AUTORES

Adriana Régia Marques de Souza

Docente, Graduada em Engenharia Química, Doutora em Energia na Agricultura e Meio Ambiente, Centro de Energia Nuclear na Agricultura.

Adriano da Silva Matias

Estudante de Graduação cursando Bacharelado em Geografia na Universidade Federal do Acre (UFAC). Atualmente colaborador do projeto de extensão: "Atlas das Políticas Públicas de Combate a COVID-19 no Brasil " (Parte II), do GeoLab/UFAC - Geoeconomic Laboratory of South America - Laboratório de Geoeconomia da América do Sul e Bolsista do IPEA no projeto de pesquisa - "Avaliação e Propostas de Políticas Públicas para o Combate às Consequências da Pandemia Covid-19". Atuando em Pesquisas sobre Desenvolvimento regional e Urbano, Geopolítica e Geografia Econômica.

Adrielly Rodrigues Noletto

Graduanda em Engenharia de Alimentos pela UFG, noletoadrielly@gmail.com

Alaíde Amanda da Silva

Nutricionista pela Universidade Federal de Campina Grande, especialização em Atenção Básica/ Saúde da Família, pela Residência Multiprofissional da ASCES-UNITA.

Alana de Moura Martins

Acadêmica do Curso de Medicina da Universidade do Planalto Catarinense - UNIPLAC.

Aline Alves de Oliveira Machado

Discente, Graduanda em Engenharia de Alimentos, Universidade Federal de Goiás.

Aline Ribeiro Ferreira

Nutricionista pelo Centro Universitário UNIFAVIP, Pós-graduanda em Nutrição Clínica e Funcional pela Faculdade Integrada de Brasília – FABRAS.

Camila Guedes Barbosa de Lima

Graduanda em Engenharia de Alimentos pela Universidade Federal de Goiás, integrante do Programa de Educação Tutorial da Engenharia de Alimentos da UFG.

Camila Marangoni Calefi Viezorkosky

Professora de Educação Física da Rede Estadual do Paraná e Rede Municipal de Londrina, formada em Educação Física pela Universidade Estadual de Londrina (2010) e Pedagogia pela Faculdade Instituto Superior de Educação do Paraná - FAINSEP (2017) e Especialista em Educação Especial pelo Instituto de Estudos Avançados e Pós-Graduação -ESAP (2010) e Dança Educacional pela CENSUPEG (2019) Atuou como coordenadora do Grupo de Estudos de Professores de Educação Física da Região Leste da Rede Municipal de Londrina (2020/2021).

Cleoson Moura dos Reis

Graduado em Agronomia pelo Instituto Federal do Pará, mestrado em Desenvolvimento Rural Sustentável pela Universidade Estadual do Oeste do Paraná e doutorando em Desenvolvimento Rural pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

Clério Plein

Doutor em Desenvolvimento Rural pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul e professor adjunto da Universidade Estadual do Oeste do Paraná.

Dimoriani Cristina Pinheiro

Acadêmica de Medicina da Universidade Brasil.

Dirceu Basso

Doutor em Desenvolvimento Rural pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul e professor dos programas de pós-graduação em Políticas Públicas da Universidade Federal da Integração Latino-Americana e em Desenvolvimento Rural Sustentável da Universidade Estadual do Oeste do Paraná.

Fabiana Lima Marques

Médica Endocrinologista pelo Hospital Santa Casa de Misericórdia de Vitória (HSCMV), fabianamarques4@gmail.com.

Gerson Bessa de Andrade

Graduando do curso de Bacharelado em Geografia na Universidade Federal do Acre (UFAC). Integrante e pesquisador do Laboratório de Geoprocessamento (LAGEOP), e colaborador do projeto de extensão "Atlas das Políticas Públicas de Combate a COVID-19 no Brasil - Fase II". Atualmente atua com pesquisas sobre o uso e cobertura da terra do Igarapé São Francisco.

Isac Leite Oliveira

Discente, Graduando em Engenharia de Alimentos, Universidade Federal de Goiás.

Izabela Corona Sena

Estudante de medicina da EMESCAM Escola Superior de Ciências da Santa Casa de Misericórdia de Vitória.

Jessé Cruz

Doutorando em Educação pela Universidade Federal do Paraná (PPGE-UFPR) e Mestre em Educação pela Universidade Regional de Blumenau (PPGE-FURB). Licenciado em Arte, pela Universidade Uirapuru – Sorocaba/SP. É professor substituto no SEPT (Setor de Educação Profissional e Tecnológica - Produção Cênica) UFPR e no Departamento de Artes da FURB (Dança, Teatro Música e Artes Visuais). Membro da linha de pesquisa LICORES (Linguagem, Corpo e Estética na Educação) e pesquisador do grupo de pesquisa RIZOMA (RIZOMA/UFPR) e ARTE E ESTÉTICA NA EDUCAÇÃO (AEE - FURB), e atua como colaborador dos grupos de pesquisas FILOSOFIA E EDUCAÇÃO e do grupo EDUCOGITANS (Educação Comparada e Educação Intercultural na América Latina e no Caribe: algumas tendências teóricas metodológicas). Pesquisador, Artista e Professor que tem como foco no estudo do Corpo Negro na Dança cuja pesquisa é baseado na Artes a partir da epistemologia Afrográfica. Idealizador do Congresso Brasileiro de Dança Educacional. Coordenador nas Especializações do Centro Sul Brasileiro de Pesquisa Extensão e Pós-Graduação nos cursos de Artes Cênicas e Dança Educacional e da Graduação

em Licenciatura em Dança (FURB - 2021 - atual). Membro do NEAB NACIONAL (Núcleo de Estudo Afro Brasileiro). Atuou como parecerista de projetos Culturais nas leis de Incentivo a Cultura municipais, estaduais e federal (Rouanet).

Karla Karolaine Silva de Carvalho

Nutricionista, pelo Centro Universitário UNIFAVIP, Pós-graduanda em Nutrição Clínica, Metabolismo, Prática e Terapia Nutricional pela FAVENI.

Lanna Luisa Souza Sena

Discente, Graduanda em Engenharia de Alimentos, Universidade Federal de Goiás.

Leandro José da Silva

Nutricionista pelo Centro Universitário Tabosa de Almeida – ASCES-UNITA, Pós-graduando em Nutrição Clínica, Metabolismo, Prática e Terapia Nutricional pela FAVENI.

Leila Akemi Evangelista Kusano

Enfermeira, Mestre em Educação Profissional pela Universidade da Cidade de São Paulo.

Leonardo Faidiga

Graduado em Medicina pela Univesidade Camilo Castelo Branco.

Luana Beatriz Moreira Nunes

Discente, Graduanda em Engenharia de Alimentos, Universidade Federal de Goiás.

Lucia Soares Buss Coutinho

Médica de Família e Comunidade e Professora no Curso de Medicina da Universidade do Planalto Catarinense- UNIPLAC.

Mikaelly Veiga Borges

Discente, Graduanda em Engenharia de Alimentos, Universidade Federal de Goiás.

Nathália Perini Zamprogno

Estudante de medicina da EMESCAM Escola Superior de Ciências da Santa Casa de Misericórdia de Vitória.

Paloma Tonani

Acadêmica de Medicina da Universidade Brasil.

Patrícia Alzira Proscêncio

Doutora em Educação pela UNESP (2018-2022). Mestre em Educação pela Universidade Estadual de Londrina (2010). Especialista em Arte-Educação - INSEP (2014); Especialista em Metodologia da Ação Docente - UEL (2008). Especialista em Dança Educacional - CENSUPEG (2019). Graduada em Pedagogia pela Universidade Norte do Paraná - UNOPAR (2016) e Licenciatura e Bacharelado em Geografia pela Universidade Estadual de Londrina - UEL (1999); Professora na Educação Básica da rede municipal de ensino em Sinop-MT. Experiência na docência no ensino superior: cursos de Pedagogia, Educação Física e Artes Visuais na Universidade UNOPAR - EaD e ANHANGUERA EDUCACIONAL e nos cursos de Pedagogia e Geografia da UNEMAT/Sinop. É membro do Grupo de Pesquisa: Deficiências Físicas e Sensoriais e do Projeto de Pesquisa Jogos e tecnologias no processo de ensino e aprendizagem. Integrou o Projeto de Pesquisa: estudo do perfil das brinquedotecas em centros municipais de educação infantil brasileiros (PIC-EaD - Pitágoras Unopar). Atuou como docente e coordenadora de pesquisa na Faculdade Norte Paranaense - UNINORTE (2010 - 2015). Foi membro do Grupo de Pesquisa Gestualidade, Ludicidade e Cultura - GESLUC (2012-2015) e da comissão editorial da Revista Científica Sensus: Pedagogia, foi supervisora pedagógica na FAUEL (2015). Atuou como bailarina do elenco do Ballet de Londrina de 1993 a 2006. Foi coordenadora da Escola de dança da FUNCART de 2009 a 2012, do Projeto Dança nas Escolas de 2009 a 2013 e do projeto Iniciação à dança realizado em escolas da rede municipal da cidade de Londrina pela FUNCART de 2011 a 2019. Estudos com ênfase nos temas: O Ensino de dança na escola; Corpo e movimento; Arte - educação; Formação de professores; Inclusão escolar; Formação colaborativa em serviço.

Thaysa Diovanna Bortoncello

Pedagoga, Especialista em Psicopedagogia, Docência na Educação Infantil, AEE e Mestranda em Políticas Públicas e Gestão Educacional - UFSM. Professora das Redes Municipais de São João do Polêsine e Santa Maria. Atualmente atuando na gestão, como diretora nas escolas: EMEF Pedro Paulo Pradella, EMEF La Salle, EMEI Beija-Flor em São João do Polêsine.

Veridiana Pereira Duraczinski

Formada em Pedagogia - licenciatura plena pela UFSM, especialista em Gestão Educacional, Mídias Educacionais, Tecnologias da informação aplicadas a educação em Psicopedagogia - clínica e institucional, e Mestre em Tecnologias Educacionais em Rede pela UFSM. Atualmente, atuando na rede municipal de Santa Maria - RS como professora dos anos iniciais e na vice-direção de turno da EMEF Júlio do Canto.

Victor Manoel Nascimento Rosa

Graduando em Engenharia de Alimentos pela UFG, victormanoel@discente.ufg.br

Yasmin Noleto Nascimento

Graduada em Enfermagem pelo Centro Universitário do Distrito Federal.

ISBN 978-658601305-4



9 786586 013054

uniatual
EDITORIA